

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas

Delsa de Fátima dos Santos Mariano

**ESCRAVOS E LIBERTOS: AUTORES DAS AÇÕES DE
LIBERDADE EM DIAMANTINA (1850-1871)**

**Diamantina
2015**

Delsa de Fátima dos Santos Mariano

**ESCRAVOS E LIBERTOS: AUTORES DAS AÇÕES DE
LIBERDADE EM DIAMANTINA (1850-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ciências Humanas

Orientador: Prof.^a Dr.^a Elaine Leonara de Vargas Sodré

Diamantina
2015

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

M333e	<p>Mariano, Delsa de Fátima dos Santos</p> <p>Escravos e libertos: autores das ações de liberdade em Diamantina (1850-1871) / Delsa de Fátima dos Santos Mariano. – Diamantina: UFVJM, 2016.</p> <p>119 p. : il.</p> <p>Orientador: Elaine Leonara de Vargas Sodré</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2015.</p> <p>1. Escravidão. 2. Liberdade. 3. Justiça. 4. Diamantina. I. Título. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p>CDD 981.04</p>
-------	--

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Delsa de Fátima dos Santos Mariano

**ESCRAVOS E LIBERTOS: AUTORES DAS AÇÕES DE LIBERDADE EM
DIAMANTINA (1850-1871)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ciências Humanas

Orientador: Prof.^a Dr.^a Elaine Leonara de Vargas Sodré

Data de aprovação: 18/12/2015

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Pereira Lage
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof.^a Dr.^a Dayse Lúcida Silva Santos
Instituto Federal do Norte de Minas

Prof.^a Dr.^a Elaine Leonara de Vargas Sodré
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Diamantina

AGRADECIMENTOS

Longo foi o caminho percorrido, os desafios que surgiram e as dificuldades apresentadas. Mas acreditei, confiei e tive fé para que o meu objetivo se tornasse realidade. E hoje, só tenho a agradecer... Primeiramente a Deus pela oportunidade, sempre me iluminando e fortalecendo para seguir em frente.

Agradeço à minha orientadora, Dr.^a Elaine Leonara V. Sodré, pelas contribuições e orientações no decorrer do trabalho.

Aos meus pais, Misael e Maria Rita, pelo carinho, paciência e incentivo. O amor de vocês foi fundamental para que eu continuasse a caminhar firme nesse meu projeto de vida. É por isso que eu não me canso de dizer, amo muito vocês!

Às minhas irmãs, Nádia, Edinara e Danila, irmãs amigas que Deus colocou em minha vida! Nessa caminhada pude perceber o quão valioso é a família! Obrigado por confiarem e acreditarem em mim!

Aos meus cunhados, pela força e incentivo. Às minhas sobrinhas Carlinha e Analice e ao meu sobrinho Hugo César, pelos momentos de muita alegria, carinho e amor proporcionado.

Ao meu marido, Walney, pelo incentivo e amor. As suas palavras, o seu carinho e a sua compreensão nos dias difíceis foram muito importantes para mim.

As contribuições das professoras da banca da qualificação, Dr.^a Ana Cristina P. Lage e Dr.^a Ana Paula P. Costa, também foram de muita importância para que fosse concretizada a escrita desta dissertação.

Agradeço as professoras, Dr.^a Ana Cristina P. Lage e a Dr.^a Dayse Lúcida S. Santos, pelas enriquecedoras observações e sugestões feitas no momento da defesa.

Aos funcionários da Biblioteca Antônio Torres, pela disponibilidade e presteza em auxiliar com a documentação.

Agradeço também ao meu diretor Alessandro Matosinhos, pelo incentivo nos momentos difíceis e por acreditar no aperfeiçoamento de seus educadores.

Aos amigos Valdinei Vieira e Douglas Costa, pelo apoio e incentivo nesta caminhada.

Aos colegas do mestrado, meus agradecimentos pelo companheirismo e pelos bons momentos que passamos neste período.

Às amigas Nilze, Dalila, Carmelita, Rosália, Márcia Marina e à minha sogra D. Beatriz, agradeço pelas palavras de estímulo e confiança. Vocês fizeram parte desse momento!

À Adriana Randazzo, Maria Angélica, Thales, Júnior Ribeiro e Jordane, que de alguma forma me ajudaram, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o protagonismo de cativos e libertos em Diamantina para conseguir ou manter a liberdade, por meio do aparato judiciário. A fonte documental utilizada foram as chamadas ações cíveis de liberdade, localizadas na Biblioteca Antônio Torres (BAT), em Diamantina, território da antiga comarca do Serro e espaço escolhido para esta pesquisa. O recorte temporal compreende o período entre 1850, ano em que foi abolido o tráfico negreiro e o ano de 1871, tomando-se como base o período anterior à promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Essa escolha do recorte cronológico final se justifica porque a partir dessa lei um novo padrão nas relações entre senhores e cativos se acentua com a interferência do Estado nas questões relativas à alforria. Conseguir a liberdade era o objetivo de homens e mulheres que procuraram a justiça para reivindicar seus direitos. Em contrapartida, houve aqueles que impetraram ações para comprovar ou manter sua condição de liberto, o que revela aspectos que evidenciam os obstáculos e a precária fronteira que separava a escravidão da liberdade imposta no cotidiano das relações escravistas. Cativos e libertos são, assim, os principais personagens a falar (mesmo que indiretamente) nos processos.

Palavras-chave: escravidão, liberdade, justiça, Diamantina.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of slaves and freedmen in Diamantina to achieve or maintain freedom, through the judicial apparatus. The documentary source used were the so-called civil claims of freedom, located in Antônio Torres Library (BAT), in Diamantina, territory of the former region of Serro and location chosen for this research. The time frame covers the period between 1850, when the slave trade was abolished, and the year 1871, taking as a basis the period prior to the enactment of the Law of Free Birth on 28 September 1871. This choice of chronological frame is justified because, from that law, a new standard in relations between masters and slaves increases with State interference in matters relating to manumission. Achieving freedom was the goal of men and women who sought justice to claim their rights. In contrast, there were those who filed actions to establish or maintain their free status, which reveals aspects that highlight the obstacles and the precarious border separating the bondage of liberty imposed in the daily lives of slave relations. Slaves and freedmen are thus the main characters talking (even indirectly) in the processes.

Keywords: slavery, freedom, justice, Diamantina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	19
O CENÁRIO E AS FONTES	19
1.1. Um olhar sobre Diamantina nos séculos XVIII e XIX: a história e os aspectos administrativos, econômicos e demográficos	20
1.2. Ações de liberdade: fontes de pesquisa da escravidão.....	29
CAPÍTULO 2	36
ESCRavidÃO, DIREITO E LIBERDADE	36
2.1. Panorama do funcionamento da justiça no Brasil do oitocentos.....	37
2.2. Escravos e libertos: agentes históricos	42
2.3. Direito e escravidão	48
2.3.1. Considerações à lei antitráfico de 1831 e às legislações emancipacionistas de 1871 e 1885.....	50
CAPITULO 3	62
OS (DES)CAMINHOS DA LIBERDADE	62
3.1. A alforria: um olhar sobre o tema.....	63
3.2. Ações cíveis em Diamantina	73
3.2.1. Perfil das ações	74
3.2.2. Escravos e libertos: em defesa da liberdade	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
FONTES	106
REFERÊNCIAS	107
ANEXO 1.....	113

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, uma nova abordagem historiográfica tem contemplado a escravidão sob uma perspectiva diferente, valorizando as ações e experiências do escravo. Até então, os estudos sobre a escravidão recaíam sobre a incapacidade de os escravos construírem ações conscientes, sendo, portanto, tratados sob a ótica da passividade. Não se nega, no entanto, a natureza violenta da escravidão caracterizada pela exploração e dominação, que existiu e deixou marcas que permanecem presentes até hoje.

Com o aprofundamento de estudos, houve uma renovação no campo da abordagem dos temas e da utilização de fontes até então pouco exploradas, como, por exemplo, as fontes judiciais. Assim, as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa foram as chamadas ações cíveis de liberdade, que foram analisadas com foco na cidade de Diamantina. O recorte temporal entre 1850, ano em que foi abolido o tráfico negreiro, e o ano de 1871 é tomado como base, destacando-se como marco final o período anterior à promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Essa escolha do recorte cronológico é justificada porque, a partir dessa lei, um novo padrão nas relações entre senhores e cativos se acentua com a interferência do Estado nas questões relativas à alforria.

Propõe-se, dessa forma, analisar o protagonismo de cativos e libertos em Diamantina por meio de demandas pela liberdade, em que estes personagens atuarão como autores nos processos, tendo, em contrapartida, seus senhores ou “supostos proprietários” como réus. Histórias de vida serão evidenciadas e questionadas na justiça, demonstrando que o acesso ao aparato judiciário e a ideia de direito à liberdade coexistiram no cotidiano escravista. Busca-se, assim, entender como era percebido os direitos e privilégios de liberdade por cativos e libertos e como esses direitos eram (re)conhecidos pela sociedade e pela justiça.

Esta pesquisa se atém ao estudo da história social da escravidão, objetivando-se rever o papel histórico desempenhado por cativos em uma perspectiva inversa a modelos que definiam esses agentes como incapazes de interagir no processo histórico. As ações cíveis de liberdade aqui analisadas refletem as demandas de escravos para requererem a condição jurídica de libertos, como, também, de libertos que recorriam à

justiça para comprovar ou manter a posse de suas liberdades, como na ação impetrada por Honório cabra¹:

Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e oito, nesta cidade Diamantina Comarca do Serro Frio, em meu Cartório, aos trinta dias do mês de outubro do dito ano, e sendo ali por parte de Honório cabra me foi apresentada uma petição despachada pelo Doutor Francisco Corrêa Ferreira Rabello, Juiz Municipal e Órfãos deste termo, a fim de ser autuada, e prosseguir-se nos termos da justificação, cuja petição é a que adiante se segue, e para constar fiz esta autuação. Eu, Justiniano Luis de Miranda Junior Escrivão interino que a escrevi.²

Esse é um trecho que inicia a ação de manutenção de liberdade impetrada por Honório cabra, que alegava ser livre há mais de 10 anos. Segundo exposto na petição, o proprietário Antônio Caetano de Araújo havia passado a carta de liberdade do escravo Honório para sua esposa D. Anna de Araújo, para que logo que falecesse, fosse entregue o documento ao escravo. Contudo:

Falecendo seu senhor no Distrito de Rio Preto à mais de 10 anos, a viúva declarou que se achava com o título da liberdade do suplicante, porém que só o entregaria, depois de pagar as dívidas que seu casal era responsável. (BAT, 1868, f.1)

¹ Os dados que aparecem nas ações de liberdade referentes à origem/cor constituem as variações que identificavam escravos e libertos nos documentos. Segundo Paiva (2015, p. 203): “As nomeações sempre estiveram dependentes das conveniências, das compreensões e percepções de escrivães, cronistas e testemunhos no geral, por vezes bastante particulares, e das modificações nos significados ocorridas no tempo e nos espaços”. Concebe-se, no entanto, que “a migração forçada de africanos para as Américas representou novo capítulo na história das dinâmicas de mestiçagens” (PAIVA, 2015, p.199). A utilização dos termos “negros” e “pretos” tornou-se sinônimo de escravos. Paiva chama a atenção quanto a utilização das denominações “negros”, “pretos” e “crioulos” (utilizado para designar as pessoas negras nascidas no Brasil) enquanto “qualidades” mais atribuídas àqueles nascidos na África ou aos seus descendentes diretos, considerando-se as misturas biológicas entre estes e outros grupos já mesclados, o que levou à existência de várias categorias de mestiços. Sobre o vocábulo “cabra”, Paiva (2015, p. 205) descreve: “As mesclas entre índios e africanos produziram outra das categorias que foram usadas quase que exclusivamente na América portuguesa: ‘cabra’. Este e outros termos (mulatos, zambos, coyotes, lobos) marcaram a nomeação dos mestiços com clara animalização aplicada a eles...” Cabra, por exemplo, era palavra comum nas línguas ibéricas, denominativa do mamífero ruminante. Com relação ao vocábulo “pardo”, Paiva (2015, p. 213) considera suas variações, contudo, “tornou-se categoria comum, por vezes indicativa de ‘qualidade’ (denotava alguma mistura com negros, crioulos, mulatos ou zambos, que poderia ter ocorrido com brancos ou índios, principalmente) e em outras vezes, mais raramente, expressando a cor da pele”. Quanto à denominação “mulato”, o autor referido faz menção aos estudos de Jack D. Forbes, que conclui que, desde o final do século XV, tal vocábulo vinha sendo associado à mula, a híbrido e até mesmo a bastardo. Paiva (2015, p. 217) prossegue: “A associação com mulas e, ao mesmo tempo, com híbrido, no sentido de ser um resultado de misturas, era definição que se assentava perfeitamente nos ambientes escravistas ou de trabalhos forçados e mestiços das sociedades ibero-americanas”.

² BAT, manutenção de liberdade. Requerente: Honório cabra, escravo do finado Antônio Caetano de Araújo, 1868, maço 132, cartório do 1º ofício. Das páginas 2 a 4, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento. Para a transcrição dos documentos arrolados nesta pesquisa optou-se em utilizar a ortografia atual.

A alternativa encontrada por Honório para comprovar seu direito à liberdade foi procurar os meios legais. Essa ação não constitui, contudo, um caso isolado, principalmente com relação à cidade de Diamantina, território da antiga comarca do Serro e local escolhido para esta pesquisa. A demanda de escravos e libertos por meio das chamadas ações cíveis de liberdade já é bastante conhecida e numerosa no território brasileiro desde o final do século XVIII e no decorrer do século XIX. Assim, ao longo dos séculos de escravidão, vários sujeitos almejavam a conquista da manumissão por meio da justiça, como, também, não foram raros os casos em que visavam comprovar ou manter a posse de suas liberdades.³ O processo de Honório é uma das vinte ações localizadas no período de 1850 a 1871, reunidas nas caixas da Biblioteca Antônio Torres em Diamantina. Foram encontradas duas ações de escravidão em que senhores de escravos buscaram a justiça para requerer a posse de um escravo que vivia como livre, uma ação de liberdade impetrada por um “suposto senhor” alegando conceder a liberdade a uma escrava e às restantes, impetradas por escravos e forros, como forma de resistência à escravidão por meio da via legal de luta pela liberdade.

Para o período proposto, evidencia-se que as regras na prática de alforrias eram costumeiramente ditadas e estabelecidas pelo senhor, uma vez que não havia normas que regulassem os assuntos relacionados às manumissões. Essa característica possibilitou a existência de uma diversidade de peculiaridades registradas no ato de alforriar, que, por vezes, demonstrava a proximidade entre senhor e escravo, bem como a existência de cláusulas que condicionavam o cativo a situações de libertos dependentes. Havia também a possibilidade de negociação em torno da compra da alforria, prática esta legalizada pela legislação emancipacionista de 1871. Contudo, é importante destacar que o ambiente que prosperou em Diamantina fomentou discussões acerca da escravidão, seja pela imprensa, pela igreja, pelas ruas, pelas fazendas, pelas lavras ou pelos espaços da justiça.

Para impetrar uma ação, o escravo ou liberto tinha de pedir a um cidadão que redigisse (caso não soubesse ler e escrever) e assinasse uma petição para ser entregue ao juiz. Em situações como da ação citada acima, o próprio curador, Agostinho José

³ No decorrer do texto, vários termos relacionados à busca por liberdade serão encontrados. A “prática de alforria” ou “prática de manumissão” constituem designações similares, referenciando-se ao ato de libertar. Cartas de alforria, cartas de liberdade ou papéis de liberdade – este último termo, encontrado na pesquisa de Gonçalves (2011) – remetem-se à documentação que validava a conquista da liberdade. Com relação ao alforriado, era também chamado de forro, de liberto ou de manumitido.

Ferreira Andrade, nomeado pelo juiz para representar Honório cabra, foi quem assinou o requerimento para dar início à ação de manutenção de liberdade. Os cativos e libertos são, portanto, os principais personagens a falar (mesmo que indiretamente), nos processos de liberdade. A voz desses sujeitos é intermediada pelo curador do processo, uma vez que eram civilmente incapacitados de demandar uma ação. Durante o processo, que poderia durar dias ou anos, os cativos ficavam sob *depósito* de um cidadão ou com o próprio curador e, dessa forma, fora do poder de seu senhor. Sobre o depósito do escravo, Grinberg (1994, p. 22) explica:

Este ‘depósito’ refere-se ao contrato de depósito, no qual alguém obriga-se a guardar e restituir, quando lhe for exigido, qualquer objeto móvel que de outrem receba. Neste caso, o escravo cuja ação é aceita deixa de ficar sob a guarda de seu senhor, indo pra um ‘depósito’, provavelmente aos cuidados de seu curador.

A leitura das ações cíveis de liberdade permite identificar um conjunto de histórias de vida que são questionadas juridicamente. Histórias que têm como premissa a conquista da liberdade. A respeito da historicidade do conceito de liberdade, Carvalho (1998, p. 213) elucida:

No dia-a-dia, é comum empregar-se a palavra liberdade como se fosse um termo auto-evidente, desligado da experiência histórica das pessoas [...]. É como se a liberdade fosse um dado absoluto, que existe ou não, de forma claramente delimitada.

Para as pessoas escravizadas entre os séculos XVI e XIX, os termos escravidão e liberdade possuíam significados diferentes ao que se entende atualmente. A percepção cativa sobre a liberdade, por sua vez, estava muito mais ligada às possibilidades de trânsito da escravidão à liberdade, como algo central para suas experiências de vida. Tal é o caso de Honório cabra, que sabia da existência de sua carta de alforria e, privado de seu direito, demonstra o quanto o cativo tinha a percepção de que a liberdade era algo possível por meio da via judicial e com sentença favorável ao escravo. E, de fato, foi o que aconteceu com Honório cabra, que foi “manutenido na posse de sua liberdade” (BAT, 1868, f.8 v) pelo juiz municipal e de órfãos substituto, João Nepomuceno de Aguillar.

Para a realização da pesquisa com as fontes primárias foram desenvolvidos os seguintes passos: identificação da fonte no acervo da Biblioteca Antônio Torres (BAT), do IPHAN- Diamantina, a partir de um catálogo-índice com referência ao cartório do 1º ofício.⁴ Em seguida, foi feita a sistematização dos dados e a transcrição das fontes a partir das seguintes observações: a data, o local, as partes que compunham o processo, quem era o curador, o advogado e juiz, a petição inicial, os relatos das testemunhas, os documentos anexados, a fala do curador e do advogado e a sentença final. Quando houve alguma dúvida sobre a palavra transcrita, optou-se por colocar a palavra entre colchetes, e quando não foi possível identificar a palavra optou-se em colocar o sinal de interrogação entre colchetes [?].

A metodologia adotada pretendeu combinar o emprego do método qualitativo ao estudo da história social a partir da reconstituição de trajetórias de escravos e libertos em Diamantina em defesa da liberdade. No tocante à abordagem qualitativa, compõe a riqueza dos documentos pesquisados as alegações de curadores, de advogados, de juízes e os relatos das testemunhas que, por sua vez, revelam aspectos das relações cotidianas de escravos com seus senhores. É importante destacar também que as relações evidenciadas entre cativos e homens livres foram de fundamental importância para que conseguissem ter acesso à justiça, tal como o acesso ao curador, como, também, os laços de solidariedade construídos com pessoas que conheciam o cativo e testemunham por ele.

O primeiro capítulo deste trabalho tem como título “O cenário e as fontes” e objetiva, inicialmente, uma visão geral sobre o espaço delimitado pela pesquisa. Aspectos como a origem e ocupação histórica da região, ao longo dos séculos XVIII e XIX, bem como aspectos econômicos e demográficos, trazem o contorno da administração portuguesa sob o antigo Arraial do Tijuco, então cidade de Diamantina. Que não se perca de vista: o espaço escolhido para a pesquisa foi um importante centro econômico da província mineira, com a efetiva exploração dos diamantes e a utilização da mão de obra escrava.

Importantes referências nortearam este capítulo a respeito da história de Diamantina, tais como o autor Marcos Lobato Martins, em obra recentemente publicada denominada *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas*

⁴ A ideia inicial do projeto apresentado ao Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas (MPICH) tinha como propósito pesquisar os documentos constantes nos cartórios do 1º, 2º e 3º ofícios. Devido à demanda de documentos e mediante o recorte estabelecido para a escrita desta dissertação, optou-se em utilizar apenas o cartório do 1º ofício.

Minas Gerais (século XIX) e, também, a leitura realizada a partir de escritores locais como Joaquim Felício dos Santos e Aires da Mata Machado Filho.

Caracteriza também o primeiro capítulo a identificação das ações de liberdade como fontes de pesquisa da escravidão, uma vez que representavam uma via legal de luta pela liberdade e uma forma de resistência contra a escravidão. As obras de Sidney Chalhoub, Keila Grinberg, Hebe Mattos e Alysson de Freitas Jesus nortearam o estudo sobre as ações de liberdade, assim como as dissertações de Silvania Dias (2010) e Jener Gonçalves (2006).

Com relação a Sidney Chalhoub (2011), em seu livro *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, o autor recupera aspectos da experiência dos escravos na Corte por meio de processos criminais e de ações de liberdade das últimas décadas do século XIX. Chalhoub busca identificar como os cativos pensavam o mundo e atuavam sobre ele, na perspectiva de deslocar a ideia de um escravo-coisa ou escravo-herói. Em suas conclusões, o autor mostra que “as lutas em torno de diferentes visões ou definições de liberdade e de cativo, eram uma das formas possíveis de acesso ao processo histórico de extinção da escravidão na Corte” (Chalhoub, 2011, p. 29). Recentes trabalhos do autor sobre a precariedade da liberdade no século XIX também convergiram para a compreensão sobre o papel dos libertos nas ações de manutenção de liberdade em Diamantina.

Keila Grinberg foi importante referencial com relação às práticas de reescravização em que libertos buscavam a justiça para manter ou comprovar sua liberdade e nas situações em que os senhores impetravam ações para reaver o direito a um escravo que vivia como livre. As contribuições da autora também se inserem sob a análise minuciosa de um processo de liberdade impetrado em 1813, pela escrava Liberata, no município de Desterro, em que Grinberg explica como se dava o processo de uma ação de liberdade.

Também subsidiou a presente pesquisa a obra de Alysson de Freitas Jesus (2007), intitulada *No Sertão das Minas – Escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. A cidade de Montes Claros é o local escolhido para a pesquisa do autor, que utilizou várias fontes, tais como os processos criminais, as ações cíveis de liberdade, as cartas de alforria e os relatórios provinciais. Sob a perspectiva da liberdade, a leitura de sua obra propiciou identificar pontos importantes, como a própria concessão da liberdade vinculada às ações e atitudes de escravos e não somente, como uma concessão senhorial que por muitos estudiosos é identificado a partir desta lógica.

A importância do estudo de Hebe Mattos (2003), em sua obra *Das cores do silêncio*, ao destacar as experiências de escravos e libertos do sudeste escravista, enfatizou as possibilidades abertas à compreensão das relações sociais e de sua dinâmica no período oitocentista. Assim, no conjunto da análise documental e bibliográfica que compõe a linha interpretativa na presente dissertação, permite-se compreender as possibilidades de cativos e forros conseguirem ou manterem a alforria perante a justiça.

O segundo capítulo, “Escravidão, direito e liberdade”, tem como objetivo inicial apresentar um panorama do funcionamento da justiça no período oitocentista. Foi a partir da justiça que se observou as concepções de direito, como, também, é a partir dela que se propõe reconduzir o tema ao campo da história social.

Para analisar as evidências fornecidas pela documentação, utilizou-se como arcabouço teórico as reflexões do britânico E. P. Thompson, ao se identificar o papel do direito como campo de lutas relativamente autônomas. O autor considera o direito um instrumento mediador de conflitos entre as classes, um campo de lutas com resultados inesperados, uma vez que, se não houvesse essa possibilidade, por que os escravos procurariam à justiça? Contudo, o escravo que recorria ao Estado para reivindicar o direito de liberdade recorria a um mesmo Estado que garantia a existência da escravidão. Para essa perspectiva, a atenção se volta para as questões legais e costumeiras que regiam o direito e a escravidão.

Sobre os argumentos utilizados nas ações cíveis de liberdade, toma-se como premissa as questões jurídicas as quais apresentavam situações específicas das relações entre escravos, libertos e senhores, mediante ruptura de acordos ou mesmo de direitos costumeiros e também de outros estatutos jurídicos, como o Direito Romano, o Direito Canônico e as Ordenações Filipinas. Afinal, o Brasil colonial e imperial somente viria a conhecer o Código Civil em 1916, quando foi promulgado.

Abre-se espaço também neste capítulo, para o entendimento sobre a positivação de leis no decorrer do século XIX, com transformações importantes no universo das relações escravistas. Daí o estudo sobre a lei antitráfico de 1831 e das legislações emancipacionistas de 1871 e 1885 e suas inferências nas argumentações de curadores nos processos de liberdade. Uma breve exposição sobre essas leis traduzem o contexto que moldou as discussões sobre a escravidão no Brasil. Com relação às legislações emancipacionistas que objetivavam paulatina e gradualmente o fim da escravidão, por

outro lado, no entanto, estudos atestam uma maior incidência de ações de liberdade a partir de 1871, em que dispositivos da lei foram utilizados a favor de cativos.

O terceiro capítulo, intitulado “Os (des)caminhos da liberdade”, procura apreender, inicialmente, as questões em torno da alforria. A ideia central é compreender os caminhos percorridos por escravos para conseguir a alforria legal, bem como os descaminhos impostos a forros que tiveram que procurar a justiça para comprovar ou manter suas liberdades. As principais formas de obtenção da alforria no Brasil eram por meio da carta de liberdade (ou carta de alforria, ou papéis de liberdade), por testamento ou inventário, ou pelo ato batismal. Era comum também que escravos comprassem sua alforria, embora não houvesse nenhuma fundamentação legal sobre essa prática. Entretanto, a prática de acumular pecúlio instituída como costume se torna legal com a promulgação da Lei do Ventre Livre. Para a presente pesquisa, não se considera unicamente a vontade dos senhores na concessão de alforria, atribuindo-se, também, a perspectiva de conquista da liberdade pelos cativos, uma vez que havia as possibilidades de negociações e de acordos em torno da alforria.

Consoante à legislação portuguesa, a alforria era definida como doação, não havendo, porém, nenhum título na referida legislação que tratasse diretamente da sua forma de concessão ou registro. Somente o Título 63 do Livro IV das Ordenações Filipinas possuía a referência sobre as doações e alforrias que poderiam ser revogadas por causa de ingratidão verbal ou não com seu senhor, em sua presença ou ausência. A prática de revogação de alforria só foi derogada pela lei de 1871. O que ocorria de fato é que a conquista de uma carta de alforria dificilmente correspondia à liberdade imediata, uma vez que a experiência da liberdade por vezes poderia ser alvo de obstáculos e dificuldades e mesmo o retorno à escravidão.

Sobre as alforrias, a obra de Andréa Lisly Gonçalves, *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*, foi uma importante contribuição por tratar sobre as alforrias em Minas Gerais, mais detidamente na Comarca de Ouro Preto no período provincial, bem como o enfoque dado às possibilidades e arranjos que envolviam o processo de manumissão. Também a obra de Jesus (2007) foi bastante utilizada, em que se remete à prática de alforrias em Montes Claros, divergindo em alguns pontos com a historiografia que trata sobre o tema. Para Diamantina, as informações sobre alforrias basearam-se na obra de Livia Gabriele de Oliveira (2011), intitulada *A presença da Igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: O caso do Bispo de Diamantina – 1864-1888*. Suas contribuições se

vinculam à compreensão sobre a ação do bispado em Diamantina e à prática de manumissões. Para tanto, dados constantes na pesquisa da autora foram importantes para apreender informações sobre os padrões de alforria nas décadas de 1860 a 1880.

Destarte, é nesse capítulo, em especial, que se lança mão dos processos de liberdade, utilizando-os como o suporte documental desta pesquisa. Várias argumentações foram encontradas nas ações de liberdade, o que demonstra as singularidades evidenciadas pelo ato de alforriar. Situações como o descumprimento de promessas de liberdade citadas em testamentos ou nas cartas; a própria existência de uma carta de liberdade que não foi repassada por algum herdeiro ou viúvo(a); a tentativa de compra da liberdade pelo escravo de herança; a tentativa de provar que era nascido de ventre livre ou que havia sido liberto pelo ato do batismo exemplificam as demandas de cativos nos processos de liberdade. Nas ações de manutenção de liberdade, homens e mulheres procuraram a justiça para provar que já eram livres, uma vez que se viam ameaçados de retornar ao cativeiro.

Com efeito, as ações cíveis de liberdade constituíram um importante dispositivo utilizado por cativos e forros na defesa de suas liberdades, refletindo o dinamismo da sociedade a partir da leitura do direito e do poder judiciário como instância mediadora dos conflitos entre os grupos sociais. Ademais, aqueles que conseguiam ter acesso a um curador e procuravam a justiça para reivindicar seu direito certamente possuíam um diferencial, uma vez que as relações pessoais estabelecidas no cotidiano escravista com homens livres foram importantes nos trâmites dos processos. Seguem-se, assim, experiências de escravidão e de liberdade vividas por homens e mulheres que recorreram à justiça para mudarem a sua própria história.

CAPÍTULO 1

O CENÁRIO E AS FONTES

Era o ano de 1807 quando tomou posse do cargo de intendente dos diamantes do Arraial do Tijuco, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt. Esse intendente perseguia avidamente aqueles que explorassem e contrabandeassem diamante, principalmente garimpeiros que minerassem clandestinamente e escravos, quando surpreendidos a lavar cascalho em suas horas de folga. Foi o que aconteceu com o negro Isidoro, vítima do violento sistema repressivo que vigorou no Distrito Diamantino.⁵ O escravo foi acusado de extrair diamantes e contrabandear-los, sendo retirado do poder do seu senhor, frei Rangel, para trabalhar como galé nos serviços de extração para a Fazenda Real.

O negro Isidoro conseguiu fugir, mesmo sob a vigilância constante de capitães do mato e, juntamente com outros companheiros, formaram um quilombo no local chamado Mata dos Crioulos. A venda dos diamantes extraídos pelos quilombolas tinha a função de garantir, além do sustento do quilombo, a compra de alforrias de escravos.

Um dia, o esconderijo foi delatado por um traidor que conduziu as tropas do Intendente Câmara. Isidoro foi atingido por vários tiros e foi conduzido para o Arraial do Tijuco. Durante dias, sofreu torturas e interrogatórios, pois queriam saber para quem eram vendidos os diamantes. Nada foi relatado por Isidoro que morreu sem confessar os nomes dos compradores. Sobre essa história, conta-se também que o negro Isidoro sabia da existência de uma lavra de imensa riqueza e morrera com esse segredo.

A história narrada caracteriza o cenário que constituiu palco da exploração de diamantes, da ação repressiva da Coroa Portuguesa e da trajetória de vida daqueles que almejavam a riqueza e a liberdade. O arraial do Tijuco se elevou a vila em 1831 e depois a cidade, em 1838, tornando-se uma das mais importantes cidades de Minas Gerais, pelo seu dinamismo agropecuário e comercial, resultantes da extração diamantífera.⁶ Conforme salientou Mota (2005, p. 32): “Esta era uma terra de

⁵ A história narrada baseia-se no texto pesquisado em Medaglia & Silveira (2011). Essa mesma história é narrada na obra de Joaquim Felício dos Santos (1976, p. 239), *Memórias do Distrito Diamantino*, que se refere ao Intendente Câmara: “Quase sempre bom, generoso, humano, mas algumas vezes de uma certa severidade levada a excesso”.

⁶ Sobre a diferença entre cidade e vila, Nunes (2001, p. 7) frisa: “No Império, a diferença entre a cidade e a vila era identificada apenas pelo critério demográfico e pela composição dos membros das Câmaras Municipais. As das cidades eram compostas de nove membros, além do secretário; as das vilas, de sete membros. A eleição municipal fazia-se de quatro em quatro anos, com domicílio eleitoral das Assembleias Paroquiais”.

mineração, tanto na vocação econômica que herdara do período colonial, quanto nas referências culturais de uma sociedade dominada pelo imaginário do garimpo”.

Inspirando-se na história lendária do negro Isidoro, outras histórias em Diamantina também foram alvo de tensões, conflitos e sonhos de liberdade. O século XIX também viria a conhecer personagens que almejavam a liberdade e resistiram de outra forma: buscaram a justiça para mediar situações em que reconheciam ter direito.

São histórias reais que ganham trama nesse trabalho, ao se propor a análise das chamadas ações de liberdade. Estes documentos compõem o acervo da Biblioteca Antônio Torres em Diamantina (BAT) e serão o objeto de estudo da presente pesquisa. Foram encontradas 20 ações cíveis de liberdade, constando aquelas que foram impetradas por escravos para conseguir a liberdade, outras por libertos reivindicando manter a liberdade e aquelas movidas por senhores, que tentaram reaver a posse do escravo que fugiu de seu poder e vivia como livre.

Sobre o funcionamento de uma ação de liberdade, Grinberg (1994, p. 22-23) explica:

Uma ação de liberdade é iniciada quando, depois de receber um requerimento – assinado por qualquer pessoa livre, geralmente ‘a rogo’ do escravo –, o juiz nomeia um curador ao escravo e ordena o seu depósito. Assim feito, o curador envia um requerimento (libelo cível) no qual expõe as razões pelas quais o pretendente requer a liberdade... geralmente, o advogado ou procurador do réu (no caso, o senhor do escravo ou seus herdeiros) envia um outro libelo, ou contrariedade, apresentando a defesa de seu cliente. As exposições das razões de ambas as partes também podem prolongar-se por vários requerimentos, até que o juiz fique satisfeito e determine a conclusão da ação.

Contempla inicialmente este capítulo um breve olhar sobre Diamantina, bem como a compreensão e os trâmites em que se operavam os processos de liberdade. Diamantina, terra do diamante foi também uma terra de escravos, de sonhos de riqueza e de liberdade.

1.1. Um olhar sobre Diamantina nos séculos XVIII e XIX: a história e os aspectos administrativos, econômicos e demográficos

A despeito do diamante, capaz de gerar fortunas consideráveis, a maioria dos habitantes de Diamantina pertencia ao mundo da pobreza, de uma pobreza renitente, que se reproduz. Brancos pobres, negros forros e cativos pobres, mestiços pobres, que os viajantes estrangeiros não viram ou não quiseram ver, mas que sempre estiveram lá, na

Diamantina oitocentista, criando diversos tipos de combinações sociais e econômicas, inúmeras formas de reprodução cultural e política. (MARTINS, 2014, p. 236)

Diamantina teve sua origem a partir da exploração diamantífera e conheceu seu apogeu econômico no decorrer do período oitocentista. Conforme o excerto que inicia este subcapítulo, a cidade também fortaleceu as distinções sociais, tendo como sustentáculo a mão de obra escrava. Conhecer um pouco sobre a história de Diamantina, pertencente à Comarca do Serro naquele período, constitui o foco deste texto, dado o espaço em que escravos e libertos buscaram pela liberdade – protagonismo esse não registrado pelos viajantes estrangeiros que por ali passaram.

A notícia da descoberta de ouro em *Ivituruí*,⁷ em fins do século XVII, atraiu para a região um grande número de aventureiros. Logo surgiram os primeiros ranchos que viriam a constituir o arraial que recebeu, primitivamente, o nome de Arraial das Lavras Velhas do *Ivituruí*. Em 29 de janeiro de 1714, a localidade foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila do Príncipe, pelo então governador da capitania de Minas, D. Braz Baltazar da Silveira.

A descoberta e a exploração das minas de ouro e diamantes na Capitania de Minas Gerais, em fins do século XVII e no decorrer do XVIII proporcionou o surgimento de vários arraiais e lugarejos. Segundo Moraes (1942, p. 171): “O fenômeno expansionista verificado na colonização da terra mineira foi, sem dúvida, o resultado da grande corrente migratória que afluiu às Minas, estimulada unicamente pelos descobrimentos auríferos”. Os espaços mineiros foram então submetidos, desde o início, a um rigoroso regime imposto pela Coroa, como forma de exercer um controle mais efetivo sobre a região das minas. Em relação à divisão administrativa em Minas Gerais, a capitania representava a maior unidade e era dividida em comarcas.

Durante o século XVIII, Minas possuía quatro comarcas: a de Vila Rica, com sede em Vila Rica (atual Ouro Preto), a do Rio das Velhas, com sede na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (atual Sabará); a do Rio das Mortes, com sede na Vila de São João del-Rei (atual São João del-Rei) e a do Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe (atual Serro). Em 1815, foi criada a comarca de Paracatu, chegando-se ao total de seis comarcas em 1820, com a de São Francisco. As comarcas se dividiam em termos, com sedes nas vilas ou cidades e os termos, por sua vez, dividiam-se em

⁷ Ivituruí, na língua indígena significava “montanhas frias”. Sobre a descoberta da riqueza aurífera do Serro Frio, ver Santos (1976, p. 41).

freguesias (divisões eclesiásticas que formavam a paróquia e também serviam à administração civil), as quais, por sua vez, dividiam-se em bairros. A elevação de um distrito à categoria de paróquia ou freguesia, além de garantir a presença constante de um padre, poderia dar origem, em outro momento, a uma vila ou município.

Vila Rica, atual Ouro Preto, foi uma das três primeiras vilas criadas nas Minas Gerais no ano de 1711.⁸ As outras duas seriam a do Ribeirão do Carmo, atual Mariana, única “cidade” mineira do período colonial e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, hoje Sabará. Outras vilas foram criadas ao longo do século XVIII, nos locais onde se desenvolvia a atividade mineradora. Em 1713, foi criada a Vila de São João del-Rei; em 1714, a Vila Nova da Rainha (Caeté) e a Vila do Príncipe (Serro); em 1715, a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui (Pitangui); em 1718, a Vila de São José del-Rei (Tiradentes) e, em 1730, a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí.⁹

É para a antiga Comarca do Serro que o presente trabalho se atém, isto é, especificadamente, sobre Diamantina. Com a descoberta de lavras de diamante na região, houve uma grande preocupação da Coroa Portuguesa em defender seus interesses. Foi criada, então, em 1720, a Comarca do Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe. A Comarca do Serro Frio, limitando-se com as províncias do Espírito Santo e da Bahia e beirando as encostas da árida Serra do Espinhaço, possuía acesso dificultado devido ao relevo acidentado e à grande distância em relação à região central da capitania. Seguindo para o norte, a apenas oitenta léguas de distância, formou-se o Arraial do Tijuco como sede do Distrito dos Diamantes. Em direção ao sul, insurgia-se o termo da Conceição que foi elevado à vila em 1841 e em 1851 se tornou cidade. Quanto à antiga Vila do Príncipe, foi elevada à categoria de cidade do Serro em 6 de março de 1838, quando, na mesma data, por via da lei provincial nº 93, a Vila Diamantina também se transforma em cidade.¹⁰

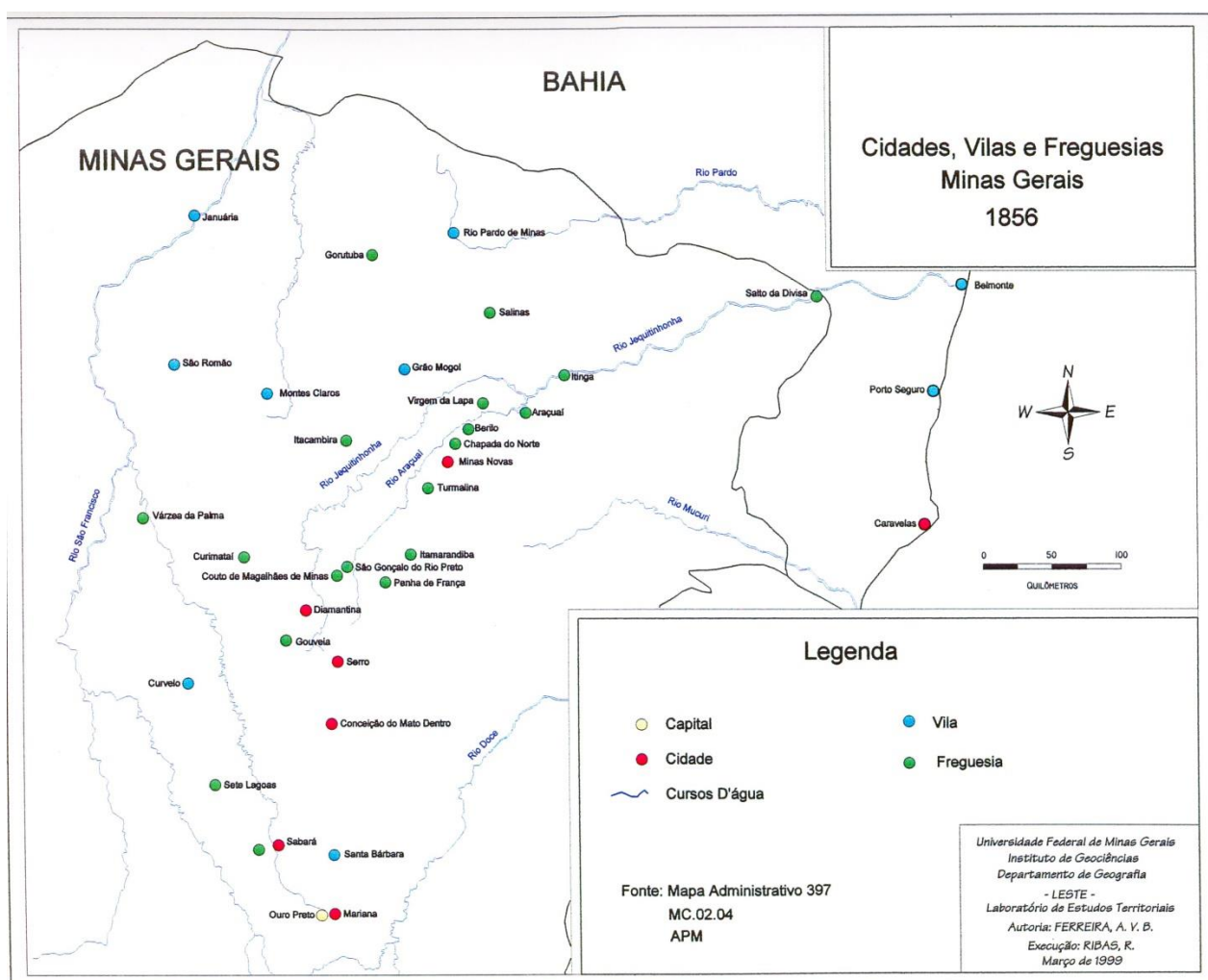
⁸ Mediante sua proximidade com o Rio de Janeiro e sua expressividade econômica, Vila Rica viria a se tornar capital da Capitania em 1721 (VELLOSO & MATOS, 1998, p. 73-87).

⁹ Em 1730 é criada a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, pertencente judicialmente à Comarca do Serro Frio, mas sob a jurisdição da Comarca da Bahia até 1757, quando incorporou-se à Comarca do Serro Frio. Em 1833, a região de Minas Novas passa a integrar a Comarca do Jequitinhonha. Sobre a história de Minas Novas, ver: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Volume XVIII, Vilas do Ouro de Minas, Edição Especial Comemorativa dos 250 anos da Vila de Minas Novas. Belo Horizonte, 1981. Comissão de redação da revista: Dr. Henrique Furtado Portugal, Dr. Wilson Veado, Dr. Ildefonso Silveira de Carvalho, Dr. Felipe Machado Cury, Prof. Norman José de Andrade Junho, Prof.^a Aspásia Vieira Ayer, Prof. Benedicto José de Souza.

¹⁰ Sobre esses dados, ver Machado Filho (1980, p. 220; p. 272; p. 278).

Sobre os povoados que se formaram na Comarca do Serro no decorrer do século XIX, Souza (1993, p. 66) descreve: “Os povoados da Comarca do Serro Frio aumentaram, entre 1831 e 1900, de 78 para 104, sendo que, nesse período, os do termo de Diamantina cresceram de 6 para 60 e os do Serro de 12 para 40”. No mapa de Minas Gerais abaixo, segue-se as descrições de cidades, vilas e freguesias, nos idos de 1856:

MAPA 1



Fonte: BATISTA, A. V. *A formação da rede urbana no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1999.

Diamantina, por vezes intitulada como a “Corte da Demarcação Diamantina”, “Atenas do Norte”, “Empório do Norte”, destacou-se, no cenário mineiro do oitocentos, pelo diversificado e dinâmico quadro econômico que ali se constituiu a partir da exploração de diamantes na região.¹¹ Em relação à descoberta das pedras, existem

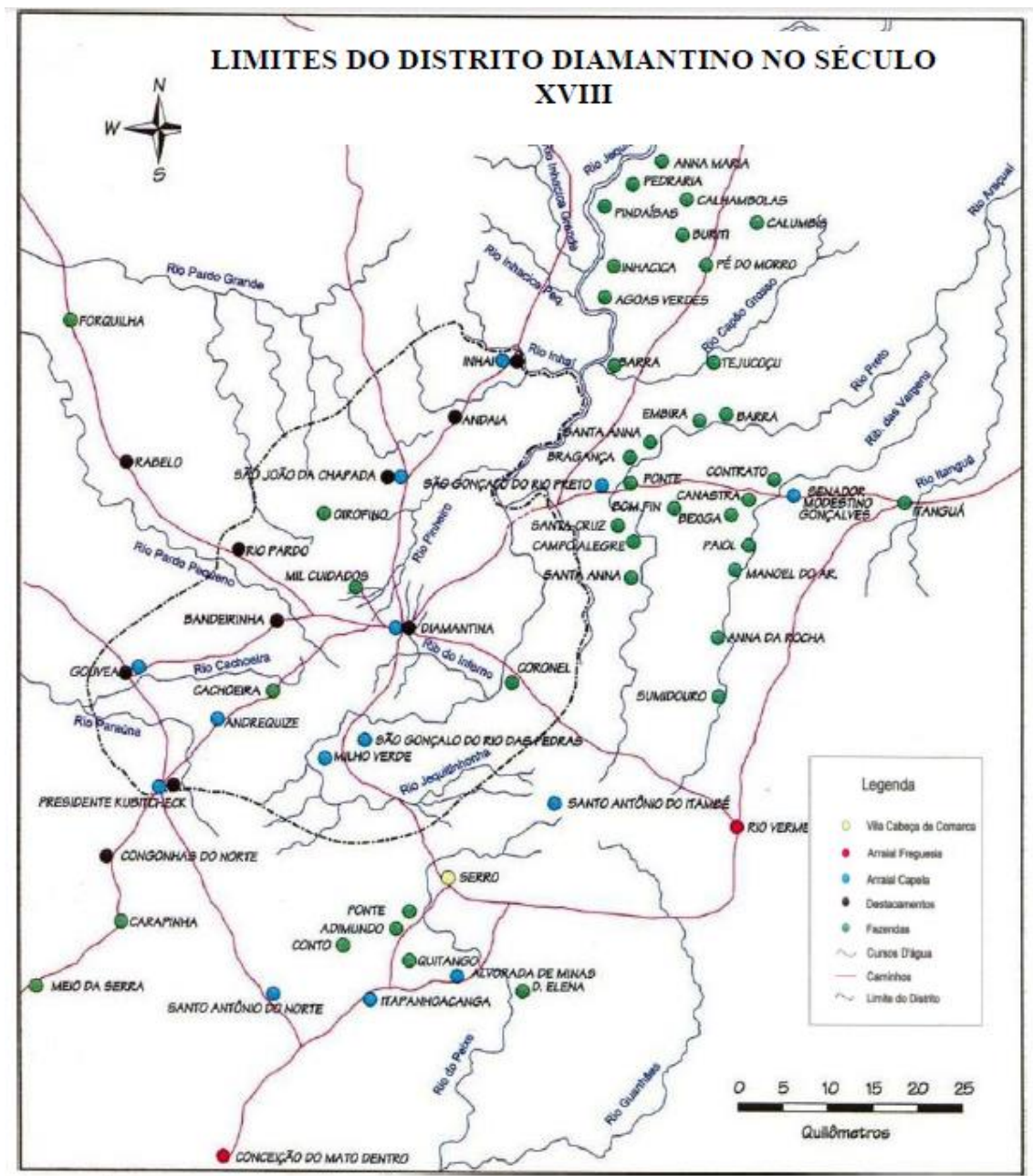
¹¹ Sobre as descrições atribuídas a Diamantina, ver Martins (2014, p. 224).

contradições sobre o período em que foram realmente encontradas. Conta a tradição oral que no Arraial do Tijuco a população utilizava os diamantes para marcar pontos nos jogos de cartas, uma vez que não conheciam o valor de tais pedras. Há, também, a versão segundo a qual os diamantes teriam sido encontrados em 1721, em grande quantidade, nas lavras do rio Morrinhos, de propriedade de Bernardo da Fonseca Lobo, sem que a Coroa Portuguesa tivesse tomado conhecimento dessa descoberta. Isso porque “o achado” teria sido silenciado pelo governador Dom Lourenço de Almeida juntamente com o Ouvidor do Serro, Antônio Rodrigues Banha, os quais efetivaram a extração ilegal das pedras. Somente em 1729 a comunicação seria feita à Coroa, uma vez que a propagação da notícia sobre a descoberta das pedras não permitia mais que se mantivesse em segredo a existência delas na região.¹²

Tendo sido oficializada a existência dos diamantes, uma maior leva de imigrantes e aventureiros ocorreu à região das Gerais, em direção ao Tijuco. Grande quantidade de pedras passou a ser enviada à Coroa Portuguesa, que encontrara grandes dificuldades para evitar a ação de contrabando de diamantes. Entre 1729 e 1734, a exploração da nova riqueza vigorou sob o chamado sistema de livre exploração e cobrança da capitação. A exploração foi aberta aos particulares mediante a cobrança de uma taxa de capitação sobre cada escravo que trabalhasse na extração de diamantes. Contudo, com o intuito de exercer um maior controle sobre a exploração diamantífera, em 1734, toda a região onde as pedras eram encontradas foi demarcada, criando-se, dessa forma, o Distrito Diamantino. Tratava-se de um território que possuía como sede o Arraial do Tijuco e abrangia arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, Datas, São Gonçalo, Chapada, Mendanha, Rio Manso, Picada e Pé do Morro. O mapa abaixo identifica os limites do Distrito Diamantino no século XVIII.

¹² Sobre a descoberta de diamantes, ver Martins (2014, p. 19-20).

MAPA 2



Fonte: BATISTA, A. V. *A formação da rede urbana no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1999.

O Distrito Diamantino ficou então sob a administração da Câmara e da Ouvidoria da Vila do Príncipe, sendo criada a chamada “Intendência dos Diamantes”. Foi então nomeado o primeiro intendente, Rafael Pires Pardinho, que deveria registrar todos os diamantes extraídos a um cofre da Intendência. A princípio, foram revogadas todas as concessões de lavras diamantinas, as quais só foram reabertas em 1739, quando

foi estabelecido um sistema de contratação para a extração dos diamantes. A mineração passou então a funcionar sob o sistema de contratos, os quais seriam arrematados por terceiros a cada quatro anos. O sistema de contratos acabava de vez com o livre acesso de garimpeiros às lavras nas terras do Distrito Diamantino. Essas medidas de controle das minas adotadas pela metrópole não foram suficientes para acabar com o contrabando de diamantes – por isso, outra providência foi tomada pela Coroa Portuguesa em 1745: a proibição da livre entrada de pessoas não ligadas à exploração na área da demarcação diamantina. Estabeleceu-se, então, que o fluxo de pessoas autorizadas se fizesse apenas em locais determinados, os chamados Registros. Eram eles: Caeté-Mirim, Rabelo, Palheiro, Pé do Morro, Inhacica e Paraúna. Cada Registro possuía um fiscal e um destacamento militar, encarregados de impedir a entrada ilegal tanto de pessoas como de mercadorias.

O regime de contratos a particulares vigorou até 1771, quando então foi implantada a Real Extração de Diamantes, que garantia o monopólio régio e era dirigido pela Intendência de Diamantes, composta pelo intendente, um fiscal e três caixas. Nesse mesmo ano, foi então editado o Regimento Diamantino que impôs uma legislação específica para a região. Ficou conhecido como “Livro da Capa Verde” por ter chegado ao distrito encadernado com uma capa de marroquim verde.¹³

Segundo Souza (1993, p. 50), o aluguel de escravos pelos proprietários diamantinenses era rentável. “Nem mesmo as associações religiosas ficavam de fora; a Irmandade do Santíssimo alugava 30 escravos para a Real Extração e as demais contavam entre 2 e 10 escravos nessas condições”. No entanto, a mineração dos diamantes oscilou com relação ao número de escravos alugados para a Real Extração: “Em 1772, no início da atividade, contava-se com 3610 escravos. Para o ano de 1818 houve um registro de 1200 escravos” (MARTINS, 1980, p. 8). Esses dados incidem sobre a primeira crise do diamante que corresponde ao período 1808-1832, em que ocorre a crise da Real Extração com o crescente número de concessões de terrenos minerais para particulares, a partir da década de 1820.

Martins (2013, p. 15), em sua obra intitulada *Estruturas e conjunturas da mineração de diamantes no século XIX em Minas Gerais*, observou que o aluguel de escravos para os trabalhos de mineração foi uma prática que permaneceu dos tempos do Contrato e da Real Extração:

¹³ Sobre a Real Extração e o Regime Diamantino de 1771, ver Furtado (1996).

O caso de Antônio da Costa Vale que alugava um escravo de nome Joaquim, mineiro, para o Tenente Coronel Felisberto Ferreira Brant. No ano de 1864, Antônio Vale pediu a Ferreira Brant um empréstimo de um conto de réis, com prazo de seis meses e a prêmio de 2% ao mês. Para garantia da transação, Antônio Vale hipotecou o escravo de aluguel Joaquim a Ferreira Brant. No ano de 1872, Sebastião Alves Pereira era senhor de 10 escravos, sendo três ‘sofríveis mineiros’ que ele alugava para concessionários de lotes diamantinos. O mesmo fazia, em 1886, Dona Josefina Augusta Pimenta, residente em Diamantina, que era proprietária de cinco escravos. Dois deles, Luís (preto, 21 anos, solteiro) e Agostinho (pardo, 44 anos, solteiro) estavam alugados em uma lavra próxima da cidade.

Com a volta ao regime de livre extração, entre 1832 e 1870, o *boom* da atividade garimpeira se valida com a descoberta de novas lavras de São João da Chapada e do Caeté-Mirim. Porém, a partir de 1870, uma segunda crise se estenderá até os anos de 1890, mediante a descoberta dos diamantes da África do Sul, o que proporcionou a baixa internacional no preço das pedras. Outro fator que contribuiu para a crise foi a Guerra Franco-Prussiana, que descontrolou economicamente o mercado francês, um dos maiores consumidores na Europa.

A economia do diamante e o seu dinamismo no século XIX foram relatados pelos viajantes estrangeiros que cruzaram a região como: Eschwege e Saint-Hilaire, nos anos de 1810; Richard Burton, nos anos de 1870; George Gardner e Johann Jakob von Tschudi, que percorreram a antiga Demarcação Diamantina nos anos de 1840 e de 1850, respectivamente. George Gardner (1975, p. 206 *apud* MARTINS, 2013, p. 3), em 1841, ao conhecer a localidade de Mendanha, situado ao norte de Diamantina, referenciava-se:

O Arraial de Mendanha pareceu-me florescente lugarejo, com uma população de cerca de oitocentas pessoas e com quase todas as casas habitadas. O sítio da aldeia, conquanto romântico, está longe de fértil; fica no fundo rochoso e desnudo de alta montanha, que quase pende sobre ele, com pouco ou nenhum solo vizinho adequado a plantações de qualquer espécie. A maioria da população ganha a vida empregando escravos na mineração do diamante ou abrindo vendas para fornecer alimentos e roupas aos outros, principalmente em troca de diamantes e ouro em pó: e, com efeito, se não fossem as minas de diamantes existentes nas vizinhanças, nem uma só casa se teria erguido neste lugar.

De acordo com Martins (2014, p. 225) “o garimpo sustentou o crescimento dos núcleos urbanos integrantes do Termo, garantindo a diversificação dos negócios entre os moradores”. Robert Slenes (1985, p. 67-68), em sua obra *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, apresenta os seguintes dados sobre a produção das pedras:

Entre 1819 e 1854, a produção aumentou 334%; entre 1854 e 1861, a média anual de exportações de diamantes mineiros pelo porto do Rio de Janeiro teria sido de 107.256 quilates, ao preço médio de 2 libras por quilate.

Laird Bergad (2004, p. 113), em *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*, ao tratar do dinamismo econômico apresentado pelas comarcas da região, a partir da década de 1850, identificou Diamantina como um grande centro comercial, com extensas redes de negócio com o Rio de Janeiro e com a Bahia. Segundo o autor:

A mineração de ouro e diamantes florescia; os diamantes lideravam o comércio de exportação de Diamantina, estimado em 1.500:000\$000 por ano. A pecuária estava espalhada ao longo dos rios Preto e Jequitinhonha; por toda a Diamantina rural havia mais de 130 fazendas dedicadas à agricultura e à pecuária; 37 engenhos de açúcar produziam rapadura e cachaça para consumo local; 6 serrarias e 4 fundições de ferro. Ao sul de Diamantina, no distrito municipal de Serro, capital de Serro Frio, ao longo da velha estrada real colonial, haviam mais 48 engenhos de açúcar numa região predominantemente agrícola e mais 3 fundições de ferro e 3 serrarias. As fundições de ferro eram mais importantes economicamente em Conceição, onde também se encontrava uma grande tecelagem, a Cana do Reino. Além disso, Conceição vendia gado, mulas e produtos de ferro nos mercados de Diamantina, ao norte.

Em relação aos aspectos demográficos do município de Diamantina, Martins (2014, p. 225) observou que houve um crescimento contínuo da população: de 12.345 em 1832, elevando-se para 19.910 em 1872. Os dados coletados pelo autor, acerca de estimativas da população da sede municipal, informam que, para o ano de 1831, havia um total aproximado de 5.039, elevando-se para 10.000 em 1858 e diminuindo para 8.272 no ano de 1899.¹⁴ Conforme Martins (2014, p. 226), essa oscilação relacionava-se com as próprias características da economia regional, em que o *boom* da mineração entre as décadas de 1830 e 1860 se refletiu no aumento de habitantes, ao passo que praticamente durante toda a segunda metade do século XIX houve certa estabilidade.

Sobre a população escrava em Diamantina, Martins (2014, p. 229) informa que a renda evidenciada pelo dinamismo econômico na primeira metade do século XIX propiciou a importação de escravos para a região diamantífera. Assim é que, no decurso das décadas de 1830 a 1870, há um relativo aumento da população escrava em

¹⁴ Martins (2014, p. 225) frisa que, mediante a geografia variável dos distritos de paz, os dados coletados se remetem a estimativas pelo fato de serem mais difíceis de encontrar – e também mais controversas.

Diamantina, que, conforme dados do autor, indica o número de 6.617 escravos em 1832, representando 53,6% da população total e, em 1872, a 7.510, representando 37,2%.

Com relação às observações de Bergad sobre a população escrava em Diamantina, o autor ressaltou a predominância, durante um tempo maior, de escravos nascidos na África, mostrando que a economia da mineração permanecia bastante forte na região no final do século XVIII.¹⁵ Segundo o autor, os dados de Diamantina diferem de São João del-Rei e São José del-Rei, os quais indicam um aumento de escravos nascidos no Brasil já no início de 1730. Para Mariana e Ouro Preto, há referências de que, já em meados da década de 1790, sobrepõe-se o número de escravos brasileiros ao de africanos. Ainda de acordo com Bergad (2004, p. 205), Diamantina veio a ter um número expressivo de escravos brasileiros somente na década de 1820, uma vez que “a importação de africanos para a região de Diamantina certamente estava relacionada às atividades do monopólio real dos diamantes”. Segundo o autor, o aluguel de escravos para a Real Extração foi rentável aos proprietários, uma vez que proporcionava um rendimento garantido e se tornava, assim, um forte incentivo para a compra de escravos.

1.2. Ações de liberdade: fontes de pesquisa da escravidão

A resistência à escravidão por meio de fugas, de formação de quilombos, do uso da violência e, em casos mais extremos, do suicídio, revela situações em que o cativo estava longe de ser um sujeito passivo. Contudo, a possibilidade de obter um novo *status* por meio do reconhecimento legal, as chamadas ações de liberdade, foi outra alternativa encontrada por escravos e libertos para se tornarem ou se manterem livres. Sobre as ações de liberdade, Grinberg (2006, p. 124) considera:

As ações de liberdade em geral, tiveram, assim, um papel fundamental na tensão entre a permanência das relações escravistas e o processo de modernização do Estado brasileiro no século XIX: elas eram a

¹⁵ O pesquisador Laird Bergad (2004, p. 29) examinou a demografia da população escrava da época por meio dos registros de inventários de Diamantina, Ouro Preto/Mariana, São João del-Rei e São José del-Rei. Esses registros continham informações de todos os bens do proprietário, e, quando havia escravos, no geral, detalhava-se o nome, sexo, idade, origem, deficiência física, enfermidade e seu preço. Sobre a importância desses documentos, o autor informa: “[...] na medida em que constituem as únicas fontes primárias sistemáticas em sequência cronológica disponíveis nas coleções de arquivos em Minas Gerais e porque eles contêm dados sobre a população escrava ano a ano [...]”. O pesquisador chama a atenção para o fato de que os dados derivados dos inventários representavam apenas uma pequena amostra de todos os escravos em cada comarca, ressaltando, também, que dados sobre taxa de natalidade e mortalidade não eram informados pela fonte.

expressão da luta por direitos realizada por escravos e seus descendentes, que, através da justiça, tornavam públicas suas demandas e explicitavam a necessidade de regulamentação jurídica das relações privadas civis. De certa forma, suas ações contribuíram para a expansão da esfera pública, por solicitarem a atuação do Estado.

As chamadas “ações de liberdade”, quando usadas como fontes de pesquisa sobre a escravidão, vêm contemplando um grande espaço para discussões sobre o cotidiano escravista. Assim é que Keila Grinberg, em texto sobre a trajetória da negra Liberata, inovou a leitura sobre a documentação em seu livro *Liberata: a lei da ambiguidade*, em que analisa as relações entre senhores e escravos interligados às questões do Direito e do Estado. Igualmente importante é a pesquisa de Sidney Chalhoub em seu livro *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Na obra, o autor analisa as ações de liberdade impetradas no Rio de Janeiro, buscando compreender os diferentes significados em torno da liberdade e do cativo a partir de acordos e conflitos cotidianos. Também se destaca, nesse contexto, o livro *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*, de Hebe Mattos. A autora destaca as experiências de escravos e libertos, a partir de pesquisas de processos criminais e cíveis do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, jornais e inventários *post mortem*. Mattos discute o contexto de agitação política, das mudanças, rupturas e da redefinição dos padrões de dominação nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição no mundo rural do Sudeste, em atenção aos significados atribuídos à liberdade pelos escravos e recém-livres. Para o norte de Minas, a referência com relação às ações de liberdade é o livro de Alysson Luiz Freitas de Jesus, intitulado *No Sertão das Minas - Escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. O autor, ao tratar sobre as ações cíveis, no período anterior e posterior à promulgação de 1871, discute questões importantes sobre a base legal e a costumeira que regiam os litígios entre senhores e escravos em Montes Claros.

É consenso, na literatura que trata sobre as ações de liberdade, a reconstituição de fragmentos de histórias de vida (mesmo que parcialmente) os quais constituem aspectos importantes nas páginas dos processos relativos às ações impetradas por escravos e libertos para conseguirem ou manterem sua liberdade. Ou seja, aspectos do universo cultural, mental e social da época caracterizam a documentação, evidenciando o próprio entendimento que cativos e libertos tinham sobre a escravidão e sobre a liberdade.

É importante fazer algumas observações acerca dos processos de liberdade, uma vez que possuem peculiaridades e diferenças inerentes ao embate social e jurídico em torno das questões referentes à liberdade e à propriedade. Assim, havia demandas de escravos pela liberdade como também havia aquelas iniciadas por libertos para manter sua alforria. Atendo-se à leitura feita por Grinberg (2006) a respeito da classificação dos processos cíveis, a autora chamou a atenção para as ações que envolviam práticas de reescravização, identificadas como manutenção de liberdade e ação de escravidão. As chamadas ações de manutenção de liberdade eram interpostas por libertos que visavam garantir a liberdade ameaçada ou suprimida. Alegando “injusto e ilegal cativo”, muitos libertos buscavam a via legal para manterem sua liberdade. Nesse caso, o caminho escolhido pelos escravos libertos era reunir todas as provas para se confirmar que a alforria já havia sido alcançada. Havia situações, entretanto, que as ações de manutenção de liberdade eram iniciadas pelo medo de retornar ao cativo, simplesmente pelo “ouvir dizer” que o herdeiro do seu falecido senhor iria chamá-lo ao cativo. Com relação às ações impetradas por senhores, chamadas ações de escravidão, tinham como pretensão questionar a legitimidade do status jurídico do réu, que vivia indevidamente como livre.

Para a presente pesquisa, também serão observadas tais diferenciações, bem como as percepções que levaram os agentes sociais a se envolverem nos processos cíveis em Diamantina, considerando-se as ações impetradas por cativos como ações de liberdade e as ações iniciadas por libertos e senhores como práticas de reescravização. Essas práticas de reescravização, embora não tenham recebido esse nome no século XIX, envolvem as discussões que partem da passagem da liberdade para a escravidão.¹⁶ Essa situação é diferente das ações de liberdade que marcam a passagem da escravidão para a liberdade. Nesse contexto, Marcus Carvalho, em sua obra *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*, ao tratar sobre as situações de reescravização de libertos no Recife, na primeira metade do século XIX, identificou a liberdade enquanto estado de transição. Ao mesmo tempo em que o cativo poderia obtê-la, em outros momentos a situação seria mantê-la, o que retrata as dificuldades da vida em liberdade daqueles egressos da escravidão. Assim, conseguir ou manter a liberdade por meio do reconhecimento legal perfazia uma trajetória que deveria ser seguida, seja por cativos,

¹⁶ As práticas de reescravização foram observadas por Grinberg (in Lara & Mendonça, 2006, p. 124) ao analisar 402 ações cíveis da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX.

seja por libertos, pois, conforme Hebe Mattos (2013, p. 180), “Para ser escravo ou livre era preciso reconhecer-se e ser reconhecido como tal”.

Com relação ao procedimento nas ações cíveis de liberdade, via de regra, eram viabilizadas a partir de uma petição inicial, assinada e apresentada ao cartório por uma pessoa livre, já que ao escravo não era permitido peticionar em juízo. Geralmente, o próprio curador do processo era quem apresentava a petição ao juízo. A petição era então encaminhada ao juiz competente, que faria a nomeação de um curador e de um depositário para o impetrante. Em alguns casos, o próprio curador poderia ser o depositário a quem era confiado o escravo até o final do processo. Retirar o cativo do poder do seu senhor era uma forma de garantir sua integridade física enquanto não fosse julgada a causa.

A base jurídica que garantiu o acesso de escravos aos curadores foi o Aviso n. 7 de 25 de janeiro de 1843, que abrangeu o conceito de miserável aos cativos, uma vez que a definição de “miserável”, de acordo com o direito romano, era atribuída àquele que não podia se defender ou pagar os custos do processo. Tal como observado por Grinberg (1994), as ações de liberdade foram recorrentes antes do aviso de 1843, estando presente o curador na defesa do direito de cativos. Com relação ao cativo, mesmo não tendo a fala direta nos processos, revela a sua atuação e a sua voz a partir das exposições feitas pelo curador, bem como a própria concepção do escravo sobre o direito à liberdade argumentada no processo.

Ainda sobre os trâmites das ações de liberdade, dando prosseguimento à ação, as partes apresentavam certidões, arrolavam testemunhas, enfim, usavam os recursos de que dispunham para comprovar suas razões. Com relação às sentenças conclusivas nos processos, estas poderiam ser contestadas por meio de embargos, abrindo-se, nesse caso, a possibilidade de o juiz proferir uma nova sentença. No caso de ser novamente desfavorável ao autor, este poderia apelar, interpondo um recurso. O processo seguia, então, para o Tribunal da Relação, a segunda instância. No Tribunal da Relação, eram nomeados novos advogados cujos esforços eram feitos no sentido de provar que as pretensões defendidas pelos impetrantes eram legítimas. Dada a sentença, se novos embargos fossem apresentados pela parte insatisfeita, com relação à decisão do Tribunal de Relação, era feito, então, um pedido de revista cível ao tribunal da terceira instância. Em alguns casos, o processo prolongava-se por vários anos até que todas as testemunhas fossem inquiridas e as provas fossem apresentadas para a sua conclusão. Em outras situações, por sua vez, alguns processos poderiam também demonstrar a

agilidade na promulgação das sentenças. É o caso da ação de manutenção de liberdade de Honório cabra, liberto já citado na introdução desta dissertação. A petição do referido processo fora apresentada no dia 30 de outubro de 1868 e despachada pelo juiz municipal e de órfãos, o doutor Francisco Correa Ferreira Rabello. A decisão favorável à manutenção da liberdade de Honório cabra ocorreu dias depois, em 2 de novembro de 1868, sentenciada por João Nepomuceno de Aguillar, o juiz municipal e de órfãos, substituto em exercício. Agostinho José Ferreira de Andrade, curador do liberto em questão, ao apresentar os nomes das testemunhas para que fossem intimadas a deporem no dia 2 de novembro do referido ano, ressaltou que “para questões de liberdade não há dia feriado”.¹⁷ As quatro testemunhas foram ouvidas nesse mesmo dia, sendo três delas residentes no Rio Manso e a outra, na sede Diamantina.

As pesquisas das demandas jurídicas envolvendo escravos e libertos revelam também processos com poucas páginas ao lado de outros com mais de 300 folhas, uma vez que resultam na soma de requerimentos, libelos, anexação de cartas de alforria, cópias de testamentos e inventários, sentenças e embargos.¹⁸ Existem processos em que não se consta a sentença final. Porém, mesmo com essa lacuna, as possibilidades abertas para se explorar as informações constantes, seja na petição ou no relato das testemunhas e em documentos anexados, são importantes para se reconstituírem (ainda que parcialmente) aspectos do cotidiano e das trajetórias de vida da época.

Cabe salientar que o acesso de cativos à justiça era comum desde a segunda metade do século XVIII, conforme autores como Grinberg e Chalhoub já abordaram. Jener Cristiano Gonçalves, em sua dissertação de mestrado, *Justiça e direitos costumeiros: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*, discute o funcionamento da justiça em Minas Gerais no período citado, bem como a utilização do sistema judiciário para fazer cumprir direitos costumeiros e conquistas cotidianas por parte de escravos, forros e livres. Segundo Gonçalves (2006, p. 30):

A adoção de diferentes sistemas jurídicos, estabelecendo relações de colaboração, de coexistência, de competição ou de negação, possibilita mais uma chave de análise para tentar interpretar a multiplicidade de leis e estatutos encontrados e utilizados para legitimar a escravidão, para legislar sobre a diversidade de formas de funcionamento das relações escravistas ou para defender a liberdade no contexto colonial e imperial do Brasil.

¹⁷ BAT, manutenção de liberdade de Honório cabra, 1868, maço 132, cartório do 1º ofício, f.4.

¹⁸ Para a pesquisa em questão, os maiores processos encontrados foram: o libelo de Venâncio cabra com 255 folhas, ano 1861, maço 113, e o libelo de Tereza e seus filhos Jacinta e Manoel, com 349 folhas, ano 1871, maço 112, ambos estão incompletos.

O autor pauta-se, sobretudo, no reconhecimento do chamado “pluralismo de estatutos jurídicos”, conceito que utiliza para compreender a variedade de leis e estatutos constatados pela historiografia brasileira. Nessa perspectiva, estatutos e leis regulamentaram as relações escravistas em um contexto marcado pela diversidade cultural, nos períodos colonial e imperial, e foram acionados por escravos e forros para conseguirem ou manterem a sua liberdade.

As questões jurídicas nas ações cíveis apresentavam situações específicas das relações entre escravos e senhores, e incluíam desde a argumentação de ter nascido de ventre livre até a própria insegurança por parte de escravos no que tange ao seu destino após o falecimento de seu senhor. Esse último caso contempla situações em que o cativo buscava provar a liberdade sob condição, por sua vez já cumprida e ameaçada por algum herdeiro que ia contra a promessa de liberdade realizada pelo senhor do escravo. Dito de outra forma, as análises das ações de liberdade evidenciam também a rede de contatos sociais estabelecidos pelos escravos na sociedade em que estavam inseridos. Esses contatos eram usados pelos cativos quando buscavam a liberdade pela via legal, mediante a apresentação de testemunhas que depunham a favor do escravo. Apesar da sociedade fortemente hierarquizada do oitocentos, os escravos mantinham laços de convívio experienciais e sociais com homens livres conhecidos por eles, relações essas de fundamental importância também para que tivessem acesso ao âmbito jurídico.

As relações estabelecidas entre os agentes sociais, escravos e homens livres, possibilitam identificar a inserção destes em um contexto social complexo, mediante relações verticais e horizontais construídas no cotidiano escravista. Essas observações foram o foco da pesquisa de Silvania de Oliveira Dias, em sua dissertação de mestrado, intitulada *As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana (1850-1888)*. A autora analisou 76 ações de liberdade e destacou as alianças construídas no dia a dia entre escravos e seus pares, senhores e homens livres em Mariana/MG. Cumpre ressaltar a importância das ações de liberdade na análise da escravidão no Brasil, mediante as complexidades sociais, culturais e mesmo políticas, compreendidas nas relações entre senhores e escravos. Como salientou Mattos (2012, p. 104): “Através desses documentos é possível pensar nas ações dos escravos que acionam a Justiça como ações de consequências políticas e as fronteiras entre escravidão e liberdade, como construções políticas”. Assim, “as ações de liberdade se consagram como fontes riquíssimas para se entender a força ativa de escravos e senhores no processo histórico

entre o embate do direito de propriedade e a razão de vida em que se constituiu a expectativa de liberdade (...)” (CARVALHO, 2012, p. 58). Destacam-se, sobretudo, com relação à ampliação de lutas cotidianas pela liberdade, na busca e conquista de direitos, demarcando, assim, um novo olhar sobre a história da escravidão e liberdade no Brasil.

Conforme se pretende expor neste texto, as ações cotidianas de escravos por meio das ações de liberdade em Diamantina pressionavam por direitos e privilégios de liberdade, uma vez que as concessões de alforria ocorriam no âmbito das relações privadas. Quando os seus direitos não eram cumpridos, a possibilidade encontrada por alguns escravos foi a de buscar a justiça para o reconhecimento legal da sua liberdade. Por outro lado, no contexto em que o senhor é quem estabelece se concede ou não a alforria, houve mudanças quando o Estado passou a reconhecer legalmente alguns direitos, como a possibilidade de o cativo acumular pecúlio e a possibilidade da compra da alforria, conforme ditava a legislação emancipacionista de 1871. Dessa forma, compreender a base costumeira e legal que regia as ações de liberdade antes e após a promulgação da legislação de 1871 será o assunto do próximo capítulo, uma vez que a justiça funcionará como mediadora das tensões entre senhores e escravos.

CAPÍTULO 2

ESCRAVIDÃO, DIREITO E LIBERDADE

Por qualquer modo, pois, que a liberdade seja conferida ao escravo, solene ou não, direta ou indiretamente, expressa ou tacitamente ou mesmo em forma conjectural ou presumida, por atos entre vivos ou de última vontade, por escrito público, particular, ou ainda sem eles, a liberdade é legitimamente adquirida; e o escravo assim liberto entra na massa geral dos cidadãos, readquirindo a sua capacidade civil em toda a sua plenitude, como os demais cidadãos nacionais ou estrangeiros (MALHEIRO, 1976, p. 85).

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cíveis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. XXII. É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização (Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824).

A primeira citação acima assinala uma exposição de Perdigão Malheiro, importante jurista do século XIX sobre as concessões de alforria, sendo recorrentes entre os proprietários de escravos, embora variassem os padrões de manumissões. A outra citação faz referência ao direito de propriedade, evidenciando o princípio da legitimação da instituição escravista proposto pela Constituição de 1824. Assim, o embate entre os princípios da liberdade e da propriedade nas ações cíveis de liberdade configuraria as condições que poderiam ser favoráveis para este ou aquele lado.

A possibilidade de cativos entrarem na justiça e questionarem os seus direitos e privilégios de liberdade traz à tona várias situações acordadas no âmbito privado que, por sua vez, deixaram de ser cumpridas por alguém ou simplesmente não haviam sido reconhecidas. Essas demandas foram recursivas, como também as situações em que reafirmar a condição de liberto constatava a precariedade da liberdade.

O presente capítulo, por sua vez, objetiva identificar a possibilidade de um escravo conseguir sua alforria legalmente, bem como analisar o papel ativo assumido por cativos e libertos, enquanto agentes históricos, na busca por direitos. A ideia inicial do capítulo, intitulado “Panorama do funcionamento da justiça no Brasil do oitocentos” destaca brevemente as mudanças ocorridas na organização judiciária no século XIX, como forma de identificar o papel de representantes legais nas jurisdições e suas funcionalidades.

No subcapítulo 2.2, intitulado “Escravos e libertos: agentes históricos”, busca-se identificar o papel de escravos/libertos enquanto agentes ativos na história, como via de renovação no campo da história social no Brasil. Conhecer o protagonismo desses sujeitos nas ações cíveis de liberdade demonstra que foram capazes de mudar a sua própria história e conquistar a liberdade. Aqui, não se encontra um escravo-coisa ou um escravo resignado, mas um escravo que fala, que age. As ações dos escravizados, sejam individuais ou coletivas, contribuíram para dilapidar a escravidão, entendendo-as como ações de consequências políticas. Dessa forma, toma-se premissa, neste capítulo, a constatação de que os cativos tinham suas próprias percepções acerca da escravidão, de seus direitos à liberdade – daí se identificar o papel do direito como campo de lutas relativamente autônomas e atuar como instrumento mediador dos conflitos entre as classes sociais.

2.1. Panorama do funcionamento da justiça no Brasil do oitocentos

Com a consolidação da independência política, configurou-se no Brasil um processo de emancipação que adquiriu aspectos tumultuados em um complexo e centralizado espaço recém-emancipado. Segundo Spinosa (2013, p. 1):

A confecção tanto da Carta Constitucional do Brasil quanto de seus Códigos não poderia olvidar destas máximas que, dentro da lógica da autoridade e de sua justificação, unificariam o país e garantiriam a estabilidade política e o *status* de novo Estado para o Império do Brasil.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, conferiu as bases da organização político-institucional do país independente e estabeleceu a existência de quatro poderes políticos: legislativo, executivo, judiciário e moderador. No tocante à justiça, as mudanças foram reflexos das experimentações vivenciadas sob a lógica de uma cultura jurídica que favorecesse a marcha civilizatória do país. A Constituição de 1824, em seu Título VI, “Do Poder Judicial”, apresentava um único capítulo intitulado “Dos Juizes, e Tribunais de Justiça”, que era composto por 14 artigos, em que apresentava a estrutura do novo sistema judiciário. Previa, no art. 151 da Constituição, a independência do poder judicial e seria composto por juizes e jurados. Aos juizes caberia a aplicação da lei, e aos jurados o pronunciamento sobre os

fatos (art. 152). Sobre a independência do poder judiciário, Sodré (2006, p. 101) explica que:

Por um lado, a independência do poder judiciário era restrita, pois havia acima dele a atuação do próprio imperador, ou através do poder moderador, ou através do Conselho de Estado. E por outro lado, os códigos estavam por ser redigidos, visto que até aquele momento, excluindo-se alguns decretos, a legislação que vigorava no Brasil era ainda a portuguesa. A Constituição não dava conta da demanda legislativa, aliás, nela estava previsto a necessidade de novos códigos e leis. O que se veria nos anos subsequentes [...].

A estrutura do poder judicial se organizava em instâncias. A justiça de primeira instância era composta pelos juízes de paz, juízes municipais e de órfãos, promotor público e os juízes de direito. A Constituição também previa a criação do Tribunal de Relação nas províncias em que este se fizesse necessário como órgão de segunda instância, e o Supremo Tribunal de Justiça, com sede no Rio de Janeiro.¹⁹ O Supremo Tribunal de Justiça, criado pela Lei de 18 de setembro de 1828, era composto por dezessete juízes letrados promovidos das Relações. Nesse momento foram extintos a Casa da Suplicação, o Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens. Quanto aos Tribunais da Relação, até 1872 havia apenas quatro: Bahia (1609), Rio de Janeiro (1751), São Luís (1812) e Recife (1821).

O Império Brasileiro presenciou, portanto, mudanças com relação às formas e aos dispositivos da justiça referenciados pela ordem do dia: a construção nacional. Segundo Vellasco (2004, p. 99), as mudanças tinham como objetivo “prover o Império de leis adequadas ao sistema constitucional e à marcha civilizatória”. Assim, foram adotados códigos que definiram uma nova estrutura jurídica: o Código Criminal do Império (1830) e o Código do Processo Criminal (1832).

As mudanças iniciadas na justiça de primeira instância ocorrem com a lei de 15 de outubro de 1827, que criou o Juizado de Paz no Império Brasileiro, como uma forma de introduzir novas bases na administração da justiça. “Com amplas atribuições, o juiz de paz promovia a justiça conciliatória e o julgamento de causas de pequeno valor e/ou pena, impunha o bem viver e o cumprimento das posturas municipais, conduzia as eleições, mantinha a ordem pública e emprego da força pública” (MARTINS, 2014, p.

¹⁹ A esse tribunal, o artigo n. 164 da Constituição atribuía a seguinte função: “1º) Conceder ou denegar revistas nas causas e pela maneira que a lei determinar; 2º) Conhecer os delitos e erros de ofícios que cometerem os seus ministros, o das Relações, os empregados no corpo diplomático e os presidentes das províncias; 3º) Conhecer e decidir sobre os conflitos de jurisdição e competência das Relações provinciais.”

216). A criação do juizado de paz marca, portanto, uma nova dinâmica judiciária, pois a figura do Juiz de Paz passa então a acumular funções administrativas, judiciais e policiais.

Em 16 de dezembro de 1830, foi promulgado o Código Criminal. Esse Código inspirou-se nas ideias do iluminismo penal do século XVIII, na Constituição de 1824 e também em outros Códigos, tais como o Projeto de Código Criminal de 1786, de Pascoal de Mello Freire em Portugal, o Código de Toscana, de Pedro Leopoldo, também em 1786 e o Código Penal francês, de 1810.²⁰

Mesmo pretendendo seguir uma filosofia jurídica liberal, o Código Criminal de 1830 não rompeu de vez com as desigualdades. Assim é que, em seu artigo 60, ele mantém a pena de açoites ao escravo, uma vez que essa prática já havia sido abolida pela Constituição do Império em seu artigo 179. Somente com a Lei nº 3310 de 15 de outubro de 1886, a pena de açoites seria realmente suprimida, com a revogação do artigo 60 do referido código e da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, que também permitia tal prática.

Com relação ao Código do Processo Criminal de 1832, elaborado por Manoel Alves Branco, pode-se afirmar que promoveu uma alteração significativa na organização judiciária da época. Segundo Lopes (2002, p. 289), o novo Código “introduz novidades completas, trazidas da Inglaterra, especificamente o Conselho dos Jurados (tribunal do júri) e o recurso de *habeas corpus*, inexistentes na tradição do direito continental”. O Código apresenta, assim, uma nova base legal e cria uma hierarquia diferente daquela colonial. Dessa forma, os cargos de ouvidores, juízes de fora e ordinários, existentes desde o período colonial, foram extintos. A estrutura judicial passa a ser composta por juízes de direito, juízes municipais, juízes de paz, promotores de justiça e jurados, cujas funções são descritas por Lopes (2002, p. 289-290):

Os Juízes de Direito eram nomeados pelo imperador e atuavam na Comarca. Sua função principal era presidir o Conselho de Jurados e ‘aplicar a lei aos fatos’ (art. 46). Os Juízes Municipais seriam nomeados pelos presidentes de província, entre os indicados em listas tríplices feitas pelas Câmaras Municipais, por três anos, entre pessoas bem conceituadas. Sua base territorial era um termo, dentro da comarca, no qual davam execução às sentenças e exerciam a jurisdição policial. Juízes de Paz tinham funções de polícia e de jurisdição no processo sumário (crimes policiais contra as posturas municipais e crime cuja pena máxima fosse seis meses de prisão ou

²⁰ Sobre os Códigos, ver Lopes (2002).

100\$000 de multa). Eram cargos eletivos criados em 1828 (Lei das Câmaras, de 1º de outubro), que se renovavam a cada ano (art.10). Principalmente tiveram função investigativa, como juízes de instrução (art. 12 e 77). Os promotores públicos eram também nomeados pelos presidentes de províncias por três anos, entre os que poderiam ser jurados, a partir também de listas feitas pelas Câmaras.

Com o código de 1832, manteve-se nos distritos a figura do juiz de paz eleito na paróquia, cujas atribuições consolidaram e ampliaram a sua importância à medida que “favorecia nitidamente as intenções descentralizadoras dos liberais e viera no bojo das reformas que culminariam com o Ato Adicional de 1834 (revisão constitucional)” (LOPES, 2002, p. 291). Contudo, o funcionamento do júri e a competência do juiz de paz foram alterados pela Lei de 1841. É consenso na historiografia o reconhecimento da característica fortemente centralizadora dessa lei, conforme diz Lopes (2002, p. 292): “a reforma do código foi centralizadora e policializante”.

Assim, pela reforma de 1841, o Imperador passou a nomear diretamente os juízes municipais e promotores, uma vez que ficava a cargo do governo provincial escolhê-los a partir de listas tríplices propostas pelas Câmaras Municipais. Da mesma forma, passou à sua competência a nomeação dos chefes de polícia que deveriam ser escolhidos entre desembargadores e juízes de direito. “Por conseguinte, a estruturação do quadro jurídico voltou-se para a formação de uma burocracia de Estado, remunerada e controlada pelo poder central, com o que se avançava na monopolização e controle da máquina administrativa” (MARTINS, 2014, p. 217). Sobre a reforma de 1841, Murilo de Carvalho (2003, p. 152) afirma:

A lei foi um dos pontos culminantes do Regresso e seu item mais polêmico foi a retirada da maior parte dos poderes do juiz de paz eleito e passá-la para os delegados e subdelegados de polícia nomeados pelo ministro do Império. Os delegados e subdelegados, criados pela reforma, tinham poder para dar buscas, prender, formar culpa, pronunciar e conceder fiança. Eram eles que dividiam os distritos de paz em quarteirões, decidiam sobre os escrivães de paz e ainda faziam as listas dos jurados. Essa situação durou em plenitude até 1871 [...].

Somente em 20 de setembro de 1871, mediante a Lei nº 2033/71, foram totalmente separadas as funções da polícia e da justiça.²¹ A lei estabeleceu também

²¹ Segundo a lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871: “Art. 9º Fica extinta a jurisdição dos Chefes de Polícia, Delegados e Subdelegados no que respeita ao julgamento dos crimes de que trata o art. 12 § 7º do Código do Processo Criminal, assim como quanto ao julgamento das infrações dos termos de bem viver e segurança, e das infrações de posturas municipais. Parágrafo único. Fica também extinta a competência dessas autoridades para o processo e pronuncia nos crimes comuns; salva aos Chefes de Polícia a

novas regras com relação à prisão preventiva, além da extensão da defesa no sumário de culpa, fiança, inquérito policial e extensão da ordem de *habeas corpus*, entre outras medidas. Entretanto, até então o país ainda não havia organizado o seu Código Civil, conforme já havia previsto a Constituição Imperial de 1824, embora ele fosse considerado essencial para uma sociedade que se organizava sob a filosofia do constitucionalismo. O Código Civil só seria promulgado em 1916. Na ausência de uma lei civil codificada, o que vigorava no Brasil ainda eram instrumentos legais subsidiários das ordenações portuguesas e do direito romano, os quais suscitaram um ambiente jurídico confuso e, às vezes, contraditório no que se refere à interpretação e à aplicação da legislação portuguesa. É o que se observa na análise de ações de liberdade impetradas por escravos e libertos em Diamantina, em que curadores e juízes fizeram uso desses dispositivos para defender os direitos de cativos.

Fato é que o estudo de tais documentos revela que o escravo não estava sozinho, sendo amparado, dentro e fora do mundo do direito, por curadores e testemunhas que defendiam a causa da liberdade. A justiça passa a ser uma importante instância de mediação para reivindicações de direitos dos cativos. Segundo Ivan Vellasco (2004, p. 22):

O judiciário parece efetivamente ter se constituído um canal através do qual o Estado não só regulava a disputa e os conflitos entre os grupos sociais, como absorvia e respondia às demandas daqueles grupos dominados que, destituídos de recursos políticos estratégicos para intervir no domínio estatal, tinham aí a face do poder público que lhes seria acessível.

Ainda de acordo Vellasco, a justiça era sedutora, uma vez que oferecia resultados, seja aos dominados, seja aos dominantes. Para a presente pesquisa, evidenciou-se o fato de que o aparato judiciário do século XIX, apesar das suas ambiguidades e contradições, possibilitou que escravos e libertos, em alguns casos, conseguissem ou mantivessem sua liberdade.

Juízes de direito, municipais e de órfãos, advogados e curadores foram importantes personagens nos processos que serão analisados no presente trabalho, uma vez que se expressaram perante o exercício do poder público e a aplicação cotidiana da

faculdade de proceder à formação da culpa e pronunciar no caso art. 60 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. Do despacho de pronuncia, neste caso, haverá, sem suspensão das prisões decretadas, recurso necessário, nas Províncias de fácil comunicação com a sede das Relações, para o Presidente da respectiva Relação; nas de difícil comunicação, para o Juiz de Direito da capital da mesma Província.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2033.htm>. Acesso em: 9 ago. 2015.

lei ou pela preservação dos costumes. Na verdade, as interpretações do direito foram sensíveis ao seu tempo, no tocante à experiência escravista e como era percebido pelas partes que compunham as ações de liberdade. É o que se pretende nas próximas páginas: avançar sobre um terreno contraditório das complexas relações entre o direito e o universo da escravidão.

2.2. Escravos e libertos: agentes históricos

A partir da década de 1980, a historiografia brasileira passou por um processo de renovação, contemplando a escravidão sob uma perspectiva diferente, ao valorizar as ações e experiências do escravo. Atribuía-se, assim, visibilidade aos agentes sociais. Até então, os estudos sobre a escravidão recaíam sobre a incapacidade de os escravos construírem ações conscientes, sendo tratados sob a ótica da passividade. Negava-se, dessa forma, a complexidade da experiência dos cativos enquanto agenciadores da própria liberdade. Fato é que os escravos buscaram, negociaram e exigiram sua liberdade de forma individual e coletiva, não se negando aqui a natureza violenta da escravidão que existiu e deixou marcas que permanecem presentes até hoje.

A perspectiva clássica que enfatizou o caráter benevolente da escravidão encontrou nas casas grandes e nas senzalas um cativo brando e a existência de relações sociais harmoniosas, as quais foram interpretadas pelo sociólogo Gilberto Freyre, no início da década de 1930. Freyre, ao discordar das ideias de inferioridade do negro e de sua contribuição negativa para a formação do povo brasileiro, defendidas por Nina Rodrigues e Oliveira Viana, centrou-se em defender a mestiçagem e a influência africana na formação cultural brasileira, o que culminou na chamada “democracia racial”. Sua interpretação propagou o mito da docilidade do senhor e a submissão do escravo, ou melhor, levou à compreensão da existência de uma escravidão amena no Brasil, marcada pelo paternalismo. Porém, a partir dos anos de 1950, uma nova concepção, de cunho marxista, revitalizou os estudos sobre a escravidão negra no Brasil, a qual divergia diametralmente das ideias de Freyre ao se contrapor à perspectiva de uma escravidão branda e paternal. A crítica revisionista se incidiu sobre as postulações de Freyre em sua visão idílica do passado colonial e a ideia de que no Brasil se vivia uma “democracia racial”. Nesse sentido, podem ser citadas as obras de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti, que passaram a enxergar a escravidão como consequência do capitalismo

mercantil, com ênfase na repercussão do escravismo no desenvolvimento da economia brasileira no século XX.²²

Oriundos da chamada Escola Paulista de Sociologia, o grupo composto por sociólogos e historiadores não deixou de demonstrar a face cruel da escravidão, o que era visto pelos marxistas como exemplo de luta de classes. Em suas discussões, destacavam-se questões sobre a reificação do escravo, considerado como limitado em suas ações, o qual só era notado quando cometia algum crime, conforme afirma Gorender (1985) em sua obra *O Escravismo Colonial*.

A temática da resistência escrava será ampliada no Brasil nos anos de 1980, trazendo à tona não só uma releitura das noções de brandura da escravidão expostas por Gilberto Freyre, como também o próprio conceito de violência. “A historiografia passou a admitir a existência de um espaço para o cativo negociar um cotidiano mais complexo do que a tradicional oposição senhor-dominador X escravo-dominado” (JESUS, 2007, p. 53). Essa manifestação historiográfica ganhou, inicialmente, os debates ofertados pela historiografia norte-americana dos anos 1970, sob a compreensão não apenas da existência da violência que permeava as relações senhor e escravo, como também da presença de um espaço para negociações.²³

Na obra de Eugene Genovese (1988), *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*, o autor retoma o conceito de “paternalismo”, mas sob uma nova matriz interpretativa. O conceito, segundo o autor, é compreendido de forma diferenciada por senhores e escravos. Para os senhores, o paternalismo era uma estratégia, um instrumento de dominação, enquanto, para o cativo, tratava-se de uma negociação para se conquistarem direitos e espaços de autonomia, ou melhor, era uma estratégia de resistência. Cabe citar aqui a obra de Kátia Mattoso (1982), intitulada *Ser escravo no Brasil*, a qual abre espaço para novas discussões sobre a escravidão brasileira, espaço esse condizente com a possibilidade de acordos entre senhores e

²² Na década de 1960, os estudos sobre escravidão no Brasil sofreram uma grande inflexão no que se convencionou denominar Escola de São Paulo. Citam-se as obras: Bastide & Fernandes (1958), Costa (1988); Cardoso (1962) e Ianni (1962).

²³ Sharyse Amaral, em sua tese, *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*, faz referência à historiografia norte-americana a partir das obras de três autores que se destacaram na década de 1970: Stanley Engerman e Robert Fogel, em *Time on the cross: the economics of American negro slavery*, e Herbert Gutman, em *The black Family in slavery and freedom*. Segundo a autora, as obras referidas “demonstraram haver espaço para a negociação dentro do sistema escravista norte-americano e que o escravo soube de fato se utilizar dela para melhoria das condições de vida e para criação de uma cultura e vida familiar própria” (AMARAL, 2007, p. 16-17).

escravos no cotidiano da escravidão, “renovando na produção acadêmica nacional, o vigor das proposições de Gilberto Freyre” (GONÇALVES, 2011, p. 55).

Na linha interpretativa historiográfica que discute a resistência escrava, destaca-se a obra *Campos da Violência - Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*, de Silvia Hunold Lara. A autora, ao afirmar o papel dos cativos como agentes históricos, não nega, contudo, a relação de dominação existente sob os meandros da violência que a marcava. Para a historiadora, a relação senhor-escravo era, sem dúvida, uma relação de dominação, mas permeada por um cotidiano que permitia ações de resistência e, ao mesmo tempo, de acomodação, recursos e estratégias.²⁴ Também a obra de João José Reis e Eduardo Silva, intitulada *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, destacou-se ao mostrar a negociação como uma forma de resistência escrava para melhorias de condições de vida no cotidiano escravista. Nesse sentido, Paiva (1995) traz também a discussão sobre o cativo como agente histórico, que ora resistiu, ora adaptou-se ao sistema, ideias estas que são corroboradas por Jesus (2007). Nessa lógica, o escravo enquanto autor de sua própria história engendra estratégias várias, por meio das quais ele podia atuar como agente histórico e identitário dentro do sistema escravista.

As rebeliões escravas e outras ações de resistência cotidiana configuraram o cenário do oitocentos. O protesto escravo encontrou nas fugas, na formação de quilombos, em levantes e mesmo no suicídio, alternativas possíveis de resistência contra a ordem escravista, a partir das percepções construídas pelos cativos em sua luta pela liberdade. Nesse sentido, bastante reveladora é a dissertação de Isadora Moura Mota (2005), intitulada *O vulcão negro da chapada: rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. A autora descreve a história do levante planejado por escravos do Serro e de Diamantina, em 1864, os quais contavam com o apoio de comunidades quilombolas e de homens forros. Eram escravos de fazendas, das lavras de diamantes e das cidades acima referidas, os quais planejaram uma “guerra contra os brancos” para obter a liberdade (MOTA, 2005, p. 3). Segundo Mota (2005, p. 69-70):

Na lavra do Barro, a cerca de 30 quilômetros de Diamantina, mais de quatrocentos escravos silenciosamente juntavam armas e dinheiro. No Serro, pelas vozes e mesmo cartas dos líderes, a ideia de rebelião

²⁴ A leitura de Jesus (2007, p. 55) sobre as contribuições de Campos da violência é enfática ao afirmar sobre a importância da obra para as análises atuais sobre a escravidão, mas posiciona-se: “Identificar as estratégias e expectativas dos escravos perante a escravidão não significa retratar uma ‘neobenignidade’ do escravismo”.

correu pelo menos as oito léguas ao redor da cidade, cada vez mais fortalecida pela circulação de informações sobre guerras e projetos políticos abolicionistas em curso no Império.²⁵

O levante, porém, foi delatado pelo escravo Vicente, que temia as consequências, caso o plano de insurreição se efetivasse. A delação ocorreu no dia 9 de outubro daquele ano, tendo sido o escravo delator premiado com a alforria. Segundo informações sobre o episódio, o plano havia sido elaborado por José cabrinha, Nuno e Demétrio na fazenda da Sesmaria²⁶ e envolveria escravos convidados, pertencentes a fazendeiros e a mineiros dos distritos do Serro, Itambé, Milho Verde, São Sebastião das Correntes e Rio do Peixe.

Mota (2005, p. 77) destaca também que notícias de fugas disseminavam o pânico pela Comarca, principalmente as de fugas coletivas de fazendas: “Em Conceição, 50 escravos de fato deixaram a fazenda do major Antônio da Silva Pereira e provocaram o aquartelamento de mais 50 praças da Guarda Nacional no termo”.²⁷ A fuga de escravos também foi retratada em documentos judiciais em Diamantina, como forma de manter a posse do escravo. Na petição de João Batista Vieira, em 1861, proprietário do escravo Brás crioulo, declarava:

Diz João Batista Vieira, [?] e residente em Curralinho, distrito desta cidade que o suplicante é senhor e possuidor desde 1839 de um escravo crioulo de nome = Brás, que comprou ao Tenente Coronel Juscelino Joaquim de Meneses, como prova com o título junto. Estando fugido o dito escravo, requereu o suplicante a precatória em diversas datas para sua captura... Aconteceu apareceu ele nesta cidade no meio de um comboio de negros que seguiam para a mata do Rio de Janeiro, reconhecido o escravo Brás, requereu o suplicante sua prisão policialmente e se intimou ao dono do dito comboio para [?] à autoridade policial declarar como e de que modo possuía aquele escravo do suplicante...²⁸

²⁵ O jornal *O Jequitinhonha*, que circulava em Diamantina, publicou várias notícias sobre a Guerra de Secessão norte-americana. Isadora Moura Mota (2005, p. 185) descreve: “O interesse do jornal mineiro na guerra civil que conflagrou os Estados Unidos na primeira metade da década de 1860 remetia a suas preocupações com o futuro da escravidão no Brasil, tema que recorrentemente colocava em discussão pelo comentário aos projetos emancipacionistas encaminhados pelos políticos liberais no Parlamento Imperial.” Segundo a autora, as notícias sobre a Guerra de Secessão começaram a ser publicadas no jornal *Jequitinhonha* a partir de 1861, encerrando-se a cobertura em novembro de 1863, quando seu principal redator, Joaquim Felício dos Santos fora chamado para tomar posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Os últimos números da primeira fase do referido jornal datam de 12 a 19 de fevereiro de 1864, voltando a circular somente em 1868.

²⁶ Segundo Mota (2005, p. 118), a Fazenda Sesmaria situava-se no arraial do Rio do Peixe (hoje o município de Alvorada de Minas), que contava com a segunda maior população do município do Serro. “Em 1865, estimava-se que ali morassem 6192 pessoas, entre livres e escravos. Depois de Milho Verde, esta era provavelmente a região do Serro onde a atividade mineradora mais prosperava, embora sem comparação com os níveis alcançados em Diamantina”.

²⁷ Sobre as fugas em Conceição do Mato Dentro, Mota não indicou a referência sobre essa questão.

²⁸ BAT, autuação de uma petição de João Batista Vieira, 1861, maço 121, Cartório do 1º ofício. p. 1.

O escravo Brás se encontrava na Palha, subúrbio de Diamantina, em meio a outros escravos pertencentes ao negociante Moreira, que era português e morava na Serra do Grão Mogol. O proprietário do comboio se defendeu dizendo que havia arrematado o escravo Brás em Grão Mongol, há mais ou menos seis anos. Contudo, o juiz Francisco José Ferreira Torres reconheceu a posse do escravo ao proprietário João Batista.

No entanto, nem sempre a resistência dos cativos se dava por meio de ações explícitas como os levantes, fugas, formação de quilombos. Às vezes, tal resistência se manifestava por meio de uma aparente acomodação, por trás da qual se escondiam estratégias, atitudes engenhosas e perspicazes dos cativos. A virada historiográfica que passou a ver os escravos como sujeitos ativos e protagonistas de suas histórias permitiu, assim, a ampliação de diversos campos de investigação sobre a escravidão, que vêm sendo explorados em pesquisas. Como exemplos, a formação de famílias escravas,²⁹ a violência, os crimes de escravos, as insurreições e os quilombos, o comércio transatlântico, os arranjos e negociações com vistas à liberdade e os próprios processos movidos por cativos contra os senhores.

No tocante aos estudos sobre a formação de núcleos familiares no Brasil (CORRÊA *in* ALMEIDA, 1982) como objeto de estudo, busca-se não se restringir somente às elites, sejam elas administrativas ou as das casas grandes, mas às famílias, compreendendo-se também os que estão entorno dos “desclassificados”, incluindo brancos, africanos, crioulos, pardos, livres, libertos ou cativos. Segundo Corrêa (*in* ALMEIDA, 1982, p. 25), “a família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa-grande o processo total de formação da sociedade brasileira”. A autora chama a atenção ao fato de que essa família patriarcal não foi o único modelo familiar presente na construção do país. Assim, é importante se despir da estrutura histórica tradicional e comumente conhecida, que enfoca o escravo como sujeito passivo, rebelde ou como “coisa” e que assiste ao desenrolar do fim da escravidão ditado pelas engrenagens socioeconômicas do cenário internacional, sem atuar nas mesmas nem

²⁹ Com relação à família escrava, a obra de Robert Slenes (1999) apresenta a família escrava como limitadora do poder senhorial, como forma de garantir concessões por parte do proprietário. Por outro lado, o incentivo à formação da família escrava seria uma garantia da política senhorial como forma de se evitar possíveis revoltas. Para outros estudos sobre a família escrava, ver Paiva (1995) e Fragoso (1987, p. 151-73).

mesmo como coadjuvante. Os trabalhos acadêmicos vêm contemplando uma nova visão sobre a agência escrava, utilizando-se novas fontes para o estudo da escravidão. Assim, as considerações tecidas até aqui, embora sumárias, objetivam constituir um pano de fundo para a discussão sobre o tema da liberdade, bem como para a compreensão da relação senhor-escravo, o que é fundamental para se entender as demandas de escravos e libertos.

Maria Helena P. T. Machado, em seu artigo “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão” chama a atenção para as contribuições oferecidas pela História Social, bem como para os desafios que os historiadores vêm enfrentando ao analisar as novas fontes. Segundo Machado (1988, p. 144):

Interessada na recuperação do processo histórico em suas mediações multivariadas, a abordagem social tem colocado à disposição dos historiadores o arsenal teórico que tem balizado os novos estudos, propiciando uma renovação do conhecimento histórico da sociedade brasileira.

As pesquisas em acervos arquivísticos têm revelado que as relações sociais, políticas e culturais no mundo escravista são muito mais complexas.³⁰ Muitos pesquisadores passaram a procurar as fontes judiciais como via de acesso ao universo de homens e mulheres cujas vozes não haviam sido registradas, buscando apreender a visão escrava a respeito do cativo. Assim, o desafio da historiografia passa a ser “ouvir” as vozes até então silenciadas dos cativos.

Destarte, a aproximação entre História e Direito ganha uma nova perspectiva nos estudos sobre a escravidão no Brasil, uma vez que questões ligadas ao Direito, às leis, às doutrinas, às instituições e aos profissionais da justiça passaram a interessar aos historiadores sociais. Nesse contexto se inserem as chamadas “ações de liberdade”, documentos cartoriais que revelam a ocorrência de escravos os quais demandam a ação e a intervenção da justiça, para requerer ou manter sua liberdade, seja no tocante ao rompimento de um acordo entre as partes litigantes, seja em relação à conquista de direitos.

³⁰ A produção historiográfica dos últimos anos sobre a escravidão vem se destacando com a utilização de novas fontes e novos métodos, propiciando o surgimento de novos enfoques e abordagens. Cf. Chalhoub (1990), Damasio (1995), Figueiredo (2004), Gonçalves (1995); Grinberg (1994), Lara (1988), Mattoso (1979), Mendonça (1999), Oliveira (1988), Paiva (1995) e Xavier (1996).

2.3. Direito e escravidão

Para analisar as evidências fornecidas pela documentação, utilizou-se, como arcabouço teórico, as reflexões do britânico E. P. Thompson, ao se identificar o papel do direito como campo de lutas relativamente autônomas. Thompson (1987), em sua obra *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*, estudou o Direito do século XVIII a partir das origens da Lei Negra na Inglaterra, que punia com a morte aqueles que praticassem a caça ou pesca clandestina em qualquer floresta real. Segundo Thompson, o Direito podia até ser considerado instrumento de afirmação do poder da classe dominante, porém, nem todas as situações são sempre favoráveis à elite. As contribuições de Thompson são significativas por levar a reflexões importantes sobre o Direito e sobre os aspectos jurídicos de uma sociedade em que estão em jogo as graves desigualdades, as relações de poder e os privilégios de grupos. O autor considera o Direito um instrumento mediador de conflitos entre as classes, um campo de lutas com resultados inesperados, uma vez que, a análise dos autores envolvidos, possibilita revelar a dimensão da dinâmica social.

Em relação a uma conceituação abrangente do Direito, Kelsen (1997, p. 5) considera: “O Direito é uma ordem normativa da conduta humana, ou seja, um sistema de normas que regulam o comportamento humano”. A concepção do Direito como uma prática social capaz de prover informações sobre a sociedade escravista é um fenômeno recente, uma vez que o Direito era visto como a representação dos interesses dos dominantes. O Direito e a escravidão no Brasil oitocentista conheceram um microcosmo dos diversos interesses e ideais que emergiram a partir da necessidade de regulamentação das relações sociais típicas da moderna sociedade liberal.

Os estudos referentes à escravidão e ao Direito apontam para a investigação de duas linhas de pesquisa: o direito cível e o direito criminal. Em relação a essa questão, a condição de escravo na legislação criminal sugere ambiguidade, uma vez que enquanto na cível o cativo não possui representatividade jurídica, na penal ele já era considerado de duas formas diferentes: como sujeito, na condição de ter praticado um crime e como coisa, caso fosse a vítima. O Direito passa a ser instrumento mediador das tensões sociais, como forma de regulamentar as situações entre senhores, escravos e libertos. Ressalta-se, no entanto que esse escravo que demanda uma ação na justiça para reclamar o seu direito à liberdade é o mesmo escravo que possui um senhor, o qual é amparado pelo “Direito de Propriedade em toda a sua plenitude”, conforme a

Constituição Brasileira de 1824.³¹ A mesma Constituição que não menciona a existência de escravos reconhece a liberdade e a propriedade como direitos naturais.

Como já dito neste texto, a princípio, no Brasil, na ausência de um código civil, a utilização de inúmeras disposições legais oriundas do Direito Romano e das Ordenações Portuguesas é que regulavam as relações escravistas até a existência das leis positivas. O Direito Romano subsidiou e fundamentou o Direito Português e, conseqüentemente, o Brasileiro, nas chamadas Ordenações. Estas consistiram na codificação geral das leis, que objetivava, por sua vez, unificar o direito do Reino, estabelecendo quais leis, dentre as romanas e as canônicas, estariam em vigor. A vigência das Ordenações Afonsinas foram as primeiras ordenações então instituídas e definiam as leis civis, administrativas, fiscais, penais e militares. O código legislativo português foi reestruturado duas vezes: em 1521, durante a vigência do reinado de D. Manuel, sob o nome de Ordenações Manuelinas e, em 1603, quando passam a vigorar as Ordenações Filipinas, vigentes em Portugal até 1867. Cabe salientar aqui que, as Ordenações Filipinas constituíram a base do Direito no Brasil tanto no período colonial como no império. Somente após a independência é que as normas previstas por essas ordenações foram aos poucos sendo revogadas. As Ordenações só deixaram de vigorar em 1916, quando foi promulgado o código civil.³²

Assim, escravos e libertos, que lutaram pelo seu direito à liberdade em Diamantina e em outros locais, encontraram uma arena judicial confusa em relação às leis que regiam as questões escravistas. Alvarás, decretos, cartas régias, regimentos também faziam parte desse emaranhado conjunto de normas, por vezes contraditórias e profusas. É importante ressaltar que muitos artigos das Ordenações eram inadequados à demanda e a aspectos do cotidiano escravista no Brasil, uma vez que haviam sido concebidos para serem aplicados a outra realidade e época – em que a escravidão em Portugal estava associada aos mouros e a outros não cristãos. Com efeito, as questões jurídicas nas ações cíveis de liberdade apresentavam situações específicas das relações entre escravos e senhores, decorrentes de uma maior consciência dos escravos em relação a seus direitos. Abre-se, portanto, um leque que abrange a própria leitura e interpretação de leis pelos sujeitos, os argumentos apresentados pelas partes, como

³¹ Ver artigo 179 da Constituição de 1824. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

³² Durante o período colonial, e no decorrer do século XIX, a base legal que regia no Brasil as relações escravistas se baseava nas Ordenações, nas normas do direito romano, na jurisprudência colonial e imperial e nos costumes.

também a base consuetudinária e legal das decisões nos processos. Sobre os argumentos nas ações cíveis de liberdade respaldados em leis brasileiras, faz-se necessário algumas exposições.

2.3.1. Considerações à lei antitráfico de 1831 e às legislações emancipacionistas de 1871 e 1885

A respeito do aparato legal que se instituiu no decorrer do século XIX no Brasil, em relação à questão escravista, cabe destacar a lei de 1831, conhecida como Lei Diogo de Feijó, e as legislações emancipacionistas de 1871 e 1885. Embora não fazendo parte do recorte desta pesquisa, é importante tecer aqui algumas considerações sobre as referidas leis, uma vez que as mesmas foram largamente utilizadas por escravos e seus curadores nas demandas por liberdade.

Sabe-se que, além do Brasil, o sistema escravista era mantido na ilha de Cuba, uma possessão espanhola, e na maioria dos estados do sul dos Estados Unidos.³³ Contudo, as transformações socioeconômicas que moldaram o mundo moderno, entre 1776 e 1848, suscitaram movimentos que reivindicavam a liberdade e a igualdade. A essa demanda, somam-se as postulações em prol do tráfico internacional de escravos e, conseqüentemente, pelo fim da escravidão. Assim é que, a partir de movimentações sociais e políticas no oitocentos, a abolição da escravidão no Brasil foi sendo escrita, por vezes forjada, tanto na perspectiva do “politicamente correto”, como também pelo viés dos interesses da elite interna, contrária ao fim da escravidão. As discussões sobre a questão escrava no Brasil caracterizou-se como uma proposta gradativa de libertação, a começar pela extinção do tráfico.

Jaime Rodrigues, em sua obra *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*, ao tratar sobre o fim do tráfico de africanos no Brasil, destacou os principais fatores que levaram ao fim do tráfico:

A maior coesão das parcelas da elite política; o esgotamento do projeto de construção do mercado de mão-de-obra, baseado exclusivamente no escravo como alicerce da produção; o vínculo estreito entre ‘corrupção dos costumes’ e escravidão; a manutenção do direito sobre a propriedade existente; a pressão inglesa e a necessidade de garantir a soberania perante ela. (RODRIGUES, 2005, p. 118)

³³ A escravidão nos Estados Unidos foi oficialmente abolida em 1865 e, em Cuba, no ano de 1886. Sobre a escravidão e a liberdade nas Américas, ver Grinberg e Peabody (2013).

Tais fatores geraram conflitos e envolveram diversos grupos sociais: escravos, forros, homens livres e pobres, parlamentares, traficantes de escravos. Segundo o autor, as concepções de nação e de cidadania, os projetos de civilização e o controle social de livres e libertos colocaram em pauta as discussões sobre o tráfico, que começou a ser visto como uma das fontes de males sociais.

Os debates entre parlamentares ocorridos no Brasil dessa época culminaram na criação da lei de sete de novembro de 1831, que proibia o tráfico atlântico de escravos para o país.³⁴ A referida lei foi rotulada pela historiografia como uma “lei para inglês ver”, expressão que remete ao fato de que foi fruto da pressão do governo britânico pelo fim do tráfico negreiro, não sendo executada pelo governo brasileiro. Mesmo sendo previstas penas pela lei de 1831 para os importadores e compradores de escravos, a clandestinidade continuou nas décadas seguintes, uma vez que os interesses econômicos brasileiros se sobrepujavam à causa pelo fim do tráfico defendida pela Inglaterra.

E o que dizer sobre os chamados “africanos livres”, escravizados ilegalmente e resgatados por autoridades fiscalizadoras em navios negreiros? Em vista a essa questão, o artigo de Beatriz Gallotti, “O Direito de ser africano livre”, trata sobre as variações da definição de “africano livre”, que não foi uma criação da lei de 1831.³⁵

A categoria legal desse termo se originou a partir dos tratados assinados pela Grã-Bretanha e por Portugal para a abolição do tráfico de escravos. Na Convenção Adicional de 28 de junho de 1817 se estabeleceu a emancipação dos africanos encontrados a bordo de embarcações apreendidas, que passariam a ser julgadas por uma comissão mista. Em 1818, o alvará português, o qual se espelhou na legislação aplicada nos domínios britânicos desde 1808, determinou que os africanos emancipados seriam preparados para o trabalho livre por um período de 14 anos.

No Brasil, sob a tutela do governo imperial, os chamados “africanos livres” foram colocados como prestadores de trabalho compulsório a concessionários particulares, por um prazo que, na maior parte dos casos, ultrapassava o período estipulado no alvará português. De fato, o próprio entendimento do termo “africano livre” foi associado apenas àqueles que haviam sido apreendidos pelas autoridades que

³⁴ Sobre a lei de 1831 - Art. 1º: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindo de fora, ficam livres”. O artigo estabelecia exceções à regra, a serem aplicadas aos escravos tripulantes de navios que comerciavam em portos brasileiros e aos escravos fugitivos, que seriam devolvidos aos seus países e senhores. O 7º artigo da lei proibia o desembarque de libertos estrangeiros. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

³⁵ Ver Galotti (in LARA & MENDONÇA, 2006).

desempenhavam a repressão ao tráfico. E o que se evidenciou é que muitos cativos e seus descendentes foram destituídos do direito a liberdade.

Segundo Tâmis Parron (2011, p. 12), o contrabando de africanos para o Brasil se avolumou, entre 1835 e 1850, por meio da articulação entre homens de capital e homens da política, “atingindo cerca de 700 mil pessoas violentamente comercializadas”. O autor afirma: “Por ironia, foi nos quadros do Estado nacional contemporâneo que a escravidão se ampliou com mais rapidez e força no Brasil, tudo em nome de nosso crescimento econômico e civilizacional” (PARRON, 2011, p. 12). Afinal, a fórmula era conciliar a necessidade de mão de obra para a lavoura, e o tráfico enquanto elemento estrutural da nação, que, por sua vez atenderia a essa demanda. As colocações de Parron constataam a evidente infração à lei de 1831 no Brasil. Apesar de nunca ter sido colocada em prática, a referida lei foi recuperada por abolicionistas, juízes e curadores em ações de liberdade. Produções de Beatriz Gallotti Mamigonian, Elciene Azevedo e Keila Grinberg tratam sobre a “reescravização” a partir da interpretação da lei de 1831.³⁶ Segundo as autoras, trata-se de uma legislação que, se por um lado foi burlada por traficantes e senhores nas décadas de 1830 e 1840, por outro, foi utilizada nas décadas de 1860 a 1880 nas ações de liberdades impetradas pelos africanos que aqui aportaram depois de 1831.

Na verdade, o fim do tráfico negreiro no Brasil só se tornou realidade após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Em suma, pode-se concluir que, embora a lei de 1831 nunca tenha sido efetivamente aplicada, como também nunca tenha sido revogada, ela teve consequências jamais previstas por seus legisladores, uma vez que passou a ser invocada como justificativa legal para a obtenção da liberdade de escravos africanos que entraram no país após aquela data. Examina-se, a seguir, uma ação de liberdade que utiliza a referência legal embasada nessa lei, na cidade de Diamantina.

Dizem Sebastião Chapada e Amancio ambos de nação africana escravos que dizem serem de D. Ana, viúva do finado Major Francisco Gomes Ribeiro, residente na freguesia de S. João da Chapada termo desta cidade que tendo sido importado para o Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831, como provarão com documentos ou testemunhas, requer seu depósito e que se lhe nomeie

³⁶ Sobre as práticas de reescravização, ver Lara e Mendonça (2006).

um curador para propor a seu favor a competente ação de proclamação de liberdade.³⁷

A presente ação foi iniciada em 23 de julho de 1886, a partir da petição assinada pelo cidadão Antônio José Alves Cazuza. Os escravos Sebastião Chapada e Amâncio foram depositados em mãos do cidadão Carlos Alves Ferreira Prado, que deveria se responsabilizar por eles até a conclusão da ação, tendo sido o curador Olympio Mourão. De acordo com o curador, os escravos teriam chegado ao Brasil após a promulgação da lei de 1831, o que por si só já configurava a condição dos mesmos como livres.

No decorrer do processo, a senhora dos escravos D. Anna Thereza Gomes Ribeiro, representada pelo procurador João Nepomuceno Kubitschek, formaliza um documento que é entregue à Delegacia, no qual contesta a liberdade dos escravos, que haviam fugido há mais de dois meses de seu poder e se encontravam na cidade ou em seus subúrbios. Segundo o documento, a alegação de os escravos terem sido importados para o Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831 não havia sido acompanhada de qualquer gênero de provas, documentos ou informação de pessoas fidedignas, e sim apenas das falas dos escravos, o que era inaceitável. Kubitschek se baseia na Ordenação Livro 3º Título 56 § 3º, de modo a provar que o escravo era proibido de depor como testemunha. O procurador ainda busca esclarecimento a respeito da legitimidade do curador e depositário do escravo, nomeado pelo juiz, afirmando que Olympio Mourão não havia entrado em exercício de suas funções e que “nem talvez o faça por não existir base para a mesma” (BAT, 1886, f. 6v).

O procurador busca respaldo para sua arguição no artigo 15 do decreto nº 9602 de 12 de junho de 1886, segundo o qual quem recebesse escravo alheio em sua residência estaria incorrendo em ato considerado crime.³⁸ Defendendo a hipótese de que os escravos se encontravam “depositados ilegalmente”, o procurador faz referência ao artigo 260 do Código Penal, que estabelece as penas para quem mantiver em sua

³⁷ BAT, autuação de uma petição de Sebastião Chapada e Amancio, 1886, maço nº 297 - diversos, f. 02. Das páginas 44 a 47, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

³⁸ Sobre o artigo 15 do Decreto nº 9602 de 12 de junho de 1886: “Incorre no crime do art. 260 do Código Penal aquele: a) que receber em casa, estabelecimento, serviço ou obra, ou ocultar escravo alheio, sabendo que o é, si dentro de 15 dias depois de recebido não manifestar ao Juiz de Paz do distrito ou Inspetor de quarteirão; b) que conservar na casa, estabelecimento, serviço ou obra, ou ocultar escravo, depois de conhecer a sua condição, e não o manifestar no prazo legal, contado da nova ciência. Parágrafo único. Aquele que receber escravo maltratado por castigos exagerados ou foragido por temor de ameaças graves deverá apresentá-lo, no prazo mais breve possível, à autoridade mais próxima, para proceder como for de direito”. Ver: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9602-12-junho-1886-543354-publicacaooriginal-53585-pe.html>>. Acesso em: 9 set. 2015.

residência “coisa alheia achada ou perdida”.³⁹ A favor da propriedade dos escravos, Kubitschek evoca também a Constituição de 1824 e arremata:

Nestas circunstancias a Suplicante, protestando lançar mão de todos os meios legais para reaver os seus escravos e dos criminais contra quem quer que tenha dado causa a que eles fugissem do seu poder e os retenha a seus serviços, vem requerer a V.S. o levantamento do fictício depósito em que se acham (fictício porque a Suplicante sabe que eles não se acham em poder do depositário nomeado, quando aliás há depositário público, sendo eles entregues a sua legítima senhora. (BAT, 1886, f. 7)

A argumentação do procurador foi inteiramente construída a partir de um único ponto: o direito de propriedade, tantas vezes invocado nas falas do advogado João Nepomuceno Kubitschek. As arguições apresentadas pelo procurador foram respondidas por Olympio Mourão, que apresentou defesa em relação à sua nomeação, justificando que o cargo de curador era obrigatório e que prosseguia com a ação, com relação apenas ao escravo Sebastião, sob a alegação de “cativeiro injusto”. Ao afirmar que essa era a décima causa de liberdade de que havia tratado naquele ano, com algumas em andamento, ele dispensava o cargo de curador de Amâncio, uma vez que ainda não havia colhido informações necessárias para provar o seu direito de liberdade. Sobre essa situação, é importante se pensar sobre a atuação dos curadores com relação à busca de provas e ao próprio acúmulo de processos a cargo dos mesmos.

A ação tem continuidade (apenas em relação ao pedido de liberdade do escravo Sebastião Chapada) com a inquirição das testemunhas. Carlos Alves Ferreira Prado foi a primeira testemunha a ser ouvida. Ele morava em Diamantina, era empregado público, casado, tinha cinquenta e sete anos. Era primo-irmão da ré e afilhado de crisma do finado marido dela. Essa relação de parentesco foi questionada pelo procurador Nepomuceno, ao declarar que a testemunha era inimiga da ré, o que, perante a lei, era proibido, isto é, o seu depoimento. Em contrapartida, Carlos Prado declarou que nunca tivera inimizade com D. Ana e nem com sua família e “que inimizade não se alega simplesmente, mas que deve ser provada” (BAT, 1886, f. 13v). A extensa exposição feita por Carlos revelou questões importantes sobre o tráfico ilegal e a condução dos africanos até a cidade de Diamantina. Em seu depoimento, afirmou que, no ano de 1845,

³⁹ Sobre o Artigo 260 do Código Criminal: “Mais se julgará furto a achada da coisa alheia perdida, quando se não manifestar ao Juiz de Paz do distrito, ou Oficial de Quarteirão, dentro de quinze dias depois que for achada pena – de prisão com trabalho por um mês a dois anos, o de multa de cinco a vinte por cento do valor da coisa achada.” Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 8 set. 2015.

trabalhava como caixeiro no Rio de Janeiro e tivera então uma desavença com seu patrão. Nessa mesma ocasião, o seu padrinho Francisco Gomes Ribeiro, chegando na cidade, com ele se entendeu para que o trouxesse para Diamantina. Veio então em uma comitiva que conduzia para essa cidade “setenta e dois africanos novos comprados” (BAT, 1886, 13v), os quais ficaram no lugar denominado Ponte d’Areia, local onde se escondiam os africanos que chegavam. Sobre a travessia da comitiva, o relato da testemunha expõe claramente o reconhecimento da ilegalidade do tráfico entre os que se envolviam nessa prática:

Era muito rapaz e não prestava atenção ao motivo porque a comitiva dos africanos só transitava pelas cidades, lugares povoados e barreiras do Governo à noite e que quando tinha de passar por alguma barreira, ficavam estacionados, e Ouvidio marchava adiante, e que alta noite recebiam ordem para continuar a marcha, e que então encontravam as [porteiras] abertas sem guarda algum, e passavam com todo silencio recomendado. (BAT, 1886, 13 v/14)

Na comitiva estava o intérprete africano conhecido pelo nome João Doutor, uma vez que nenhum dos africanos conduzidos falava, nem entendia palavra alguma de português. João, vulgo Doutor, também foi inquirido como testemunha no processo. Ele tinha setenta anos, era casado, pedreiro e morava em Diamantina. Seria o africano João um escravo ou liberto? O documento não traz essa referência e, em seu relato, confirma-se, também, a presença de Sebastião na comitiva que trazia os africanos para Diamantina.

Carlos Prado afirmou que, na época, Sebastião Chapada deveria ter a idade de oito a dez anos e “muitas vezes chorava dizendo-se cansado pelo que vinha na garupa dele testemunha e algumas vezes adormecia e caía do cavalo...” (BAT, 1886, f. 14).⁴⁰ Outro dado importante no relato da testemunha evidencia o reconhecimento sobre a ilegalidade do tráfico de africanos e contava com uma combinação de suborno, inclusive por autoridades policiais.

Que quando foram a Ponta de Areia receber os escravos foi pela madrugada e a esta hora retiraram-se para a parte da estrada que dias antes de receberem os escravos seu Patrão [?] João Pires da Silva comprou um africano [?] desembarcar na cidade de Rio de Janeiro a noite, foi apreendido esse escravo pela Polícia e seu Patrão João Pires

⁴⁰ Ao todo, foram inquiridas três testemunhas. Com relação ao relato de Antônio Joaquim de Fonseca, foi-lhe também confirmada a presença de Sebastião Chapada no comboio. A testemunha era empregado de Francisco Gomes Ribeiro e, segundo ele, Sebastião Chapada teria entre dez a doze anos de idade no período.

pagou cem mil reis a patrulha para poder se for o escravo. (BAT, 1886, f. 14v/ 15)

A aplicabilidade de lei de 1831 nas argumentações de ações de liberdade foi alvo de discussões no momento em que os escravos passaram a questionar a ilegalidade de sua liberdade em contendas judiciais, momentos em que a lei deixaria de ser uma “lei para inglês ver”, como, por vezes, foi rotulada. Na ação de Sebastião Chapada, a sentença foi favorável à liberdade. Segundo o parecer do juiz de direito, que acatou os depoimentos das testemunhas, Sebastião Chapada havia mesmo sido importado da África para o Brasil e desembarcado nas costas do Rio de Janeiro. Em seguida, o cativo havia sido vendido como escravo para Francisco Gomes Ribeiro, no ano de 1845, e conduzido “com todas as cautelas então usadas para ocultar-se às autoridades a introdução de africanos livres – como escravos” (BAT, 1886, f. 17 v).

O juiz concluiu que, se no ano de 1845 o autor já tinha seus oito ou dez anos, logo, ele teria nascido após a lei proibitiva de 7 de novembro de 1831 e que “ assim só podia ser importado por meio do tráfico proibido e punido por ela” (BAT, 1886, f. 17 v). O magistrado ainda se refere à Ré como “pretensa” senhora do autor da ação e alega que ela não poderia ter contestado a ação por não ter apresentado o documento de matrícula, conforme regia a legislação de 1871 e o decreto de 1872. Assim, o processo, iniciado em julho de 1886, foi finalizado em dezembro do mesmo ano, com a publicação da sentença no dia 23 de abril de 1887. Saliente-se, no entanto, que a referida ação, respaldada na lei de 1831, evidenciou, em seus desdobramentos, outro instrumento legal, com a invocação da lei de 1871.

A proposta “Rio Branco”, que levou o nome do primeiro-ministro brasileiro, conhecida como Lei do Ventre Livre, foi promulgada em 28 de setembro de 1871, tornando-se alvo de intensos debates e forte oposição tanto de conservadores quanto de liberais, de escravagistas e de deputados. A oposição e a mobilização a favor do projeto ganharam outros espaços da sociedade, como a imprensa, com a publicação de artigos favoráveis e contrários às medidas propostas pelo Parlamento.

A lei previa que todas as crianças nascidas de mães escravas, a partir da data de sua promulgação, seriam consideradas livres, ficando sob os cuidados dos senhores até completarem oito anos. A partir daí, aos senhores era concedida a prerrogativa de optarem pela libertação, em troca de títulos públicos, ou utilizar os serviços dos beneficiados pela lei até que tivessem 21 anos. Tais dispositivos foram considerados por alguns como forma de assegurar o direito de propriedade, entendendo-se, no primeiro

caso, como ressarcimento pecuniário e, na segunda situação, como uma indenização por prestação de serviços. Essa lei previa, em seu artigo 8º, a obrigatoriedade da matrícula de escravos pelos proprietários, sob pena de multa. No registro de matrícula deveria constar o nome do escravo e do senhor, o sexo, a cor, a idade, a filiação e a aptidão pelo trabalho. A não efetivação da matrícula pelo proprietário foi um dos argumentos utilizados por escravos para se livrarem do cativeiro. Dentre outros dispositivos, o abandono de escravo pelo proprietário, previsto no artigo 6º da referida lei, também resguardava ao cativo o direito de conseguir a liberdade.

Para Chalhoub (2011), a aprovação da lei de 1871, além de ter sido uma conquista dos escravos, abria, também, mais chances para o cativo conseguir a alforria mesmo contra a vontade do seu proprietário. Isso porque em seu artigo quarto, parágrafo segundo, a lei reconhecia ao escravo o direito de formar um pecúlio para a compra da alforria.

Nessa mesma linha de interpretação, insere-se Jesus (2007, p. 184): “Sendo a existência do pecúlio, portanto, indiscutível ao longo da escravidão no Brasil, a questão mais polêmica após 1871 parece ter sido, realmente, a alforria forçada”. O valor a ser pago foi um dos pontos centrais de disputas nas demandas por liberdade, principalmente quando a quantia oferecida pelo escravo não era aceita pelo senhor. Uma das possibilidades que a lei pontuava para definir o preço da alforria era o procedimento de avaliação, em que o cativo apresentava o pecúlio em juízo e esperava pelo arbitramento judicial. No entanto, a compra de alforria já era uma prática utilizada mesmo antes da sua legalização, consagrada pelo direito costumeiro. Dessa forma, era comum o acúmulo de pecúlio pelo escravo para cobrir o valor que lhe fosse atribuído, o que evidencia uma situação que instrumentalizava as negociações entre senhores e escravos. Segundo Chalhoub (2011, p. 199):

O texto final da lei de 28 de setembro foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros... Na verdade, a lei de 28 de setembro pode ser interpretada como exemplo de uma lei cujas disposições mais importantes foram arrancadas pelos escravos às classes proprietárias.

Chalhoub defende a ideia de reinterpretação da lei de 28 de setembro de 1871 e chama a atenção para o fato de que ela representou o reconhecimento legal de direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume. O autor salienta em suas discussões que o pecúlio e a obtenção da liberdade por meio da indenização de preço já era uma

prática comum antes de 1871. “As trapaças dos herdeiros deixaram de ser os principais obstáculos dos escravos nos processos de liberdade; o problema agora era obrigar o senhor a abaixar o preço exigido para a obtenção da alforria” (CHALHOUB, 2011, p. 198). Assim, nos casos em que as negociações sobre o valor do pecúlio entre senhores e escravos não chegavam a um acordo, a questão saía do âmbito privado, passando a ser discutida nos processos judiciais.

Com relação à Lei do Ventre Livre, é importante citar a criação do Fundo de Emancipação, que tinha como objetivo a criação de um fundo em cada província a fim de gerar receitas que possibilitariam a compra de alforrias de cativos selecionados por juntas classificadoras de escravos. O dispositivo beneficiava primeiramente casais com filhos.⁴¹ “Esse dinheiro seria oriundo de impostos, doações, loterias e multas quanto a infrações da própria lei” (JESUS, 2007, p. 189). No entanto, as Juntas Municipais de Emancipação raramente produziam os resultados esperados, mostrando-se por vezes ineficazes. Ainda segundo Jesus (2007, p. 189): “As alforrias concedidas no âmbito privado eram em maior número que as alforrias por meio do fundo de emancipação proposto pelo governo”. Por sua vez, feitas algumas considerações sobre a Lei do Ventre Livre, o que se reitera aqui, é a sua importância nas relações escravistas no Brasil. Vários trabalhos têm discutido o aumento do número de ações de liberdade pós-1871. Entretanto, alguns estudos destacam que a lei não garantiu a segurança a todos os escravos.

Essa interpretação observa-se em Grinberg (1994, p. 99), quando afirma: “Assim, sendo a lei de 1871 considerada a primeira positiva no que se refere a escravos, ela teria significado também o cerceamento da possibilidade de obtenção da liberdade”. Isso porque, por um lado, a lei ampliou o acesso à alforria colocando em xeque a exclusividade do direito senhorial sobre a liberdade do escravo. Mas, por outro lado, seus artigos e parágrafos regulamentados pelo Decreto 5135 de 1872, dificultaram o êxito das ações impetradas pelos cativos, mediante especificações que deveriam fundamentar a ação e que deveriam ser provadas. Até então, essa exigência não se fazia tão importante nas demandas que contestavam o jugo do cativo.

Não menos conturbada foi a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei dos Sexagenários, sancionada no dia 28 de setembro de 1885, 14 anos após a

⁴¹ No tocante à família escrava, em 1869, havia sido aprovada a lei que proibia os leilões públicos de escravos e a separação de casais e de pais e filhos por venda. Ver: Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>>. Acesso em: 4 set. 2015.

promulgação da Lei do Ventre Livre. Tal como a legislação de 1871, a Lei dos Sexagenários continha dispositivos que reafirmavam o direito da propriedade e asseguravam a manutenção de libertos sob o domínio dos senhores. Seguem-se alguns parágrafos de seu Artigo 3º:

§ 10 – São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos. § 11 – Os que forem maiores de 60 e menores de 65 anos, logo que completarem esta idade, não serão sujeitos aos aludidos serviços, qualquer que seja o tempo que os tenham prestado com relação ao prazo acima declarado. § 12 – É permitida a remissão dos mesmos serviços, mediante o valor não excedente à metade do valor arbitrado para escravo da classe de 55 a 60 anos de idade. § 13 – Todos os libertos maiores de 60 anos, preenchido o tempo de serviço de que trata o § 10, continuarão em companhia de seus ex-senhores, que serão obrigados a alimentá-los, vesti-los, e tratá-los em suas moléstias, usufruindo os serviços compatíveis com as forças deles, salvo se preferirem obter em outra parte os meios de subsistência, e os Juízes de Órfãos os julgarem capazes de o fazer.⁴²

Como se pode ver, a Lei dos Sexagenários, mantendo uma relação de domínio entre senhores e escravos, falava de liberdade e, ao mesmo tempo, de escravidão. Além disso, a referida lei mantinha o pecúlio legalizado pela lei de 1871, mas estabelecia uma tabela com valores fixos os quais deveriam ser pagos pelos escravos que pleiteassem a liberdade. Por essa tabela, os valores variavam de acordo com a idade e iam se reduzindo à medida que o escravo se tornasse mais idoso. No entanto, os montantes estabelecidos pela lei eram maiores do que os já praticados na época. Tal expediente foi interpretado pelos defensores dos escravos como uma forma de diminuir os recursos impetrados por eles no sentido de negociar os valores do pecúlio.

Conforme já comentado anteriormente neste texto, litígios envolvendo esses valores levaram, muitas vezes, escravos e senhores a buscarem os meios legais a fim de se resolverem pendências entre as partes, como se exemplifica na ação de liberdade analisada por Joseli Mendonça (2008, p. 280-281) em seu livro *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição*. No ano de 1886, o pai de Manoel, Francisco Ferraz, apresentou em juízo um pecúlio de 400 mil réis para libertá-lo. Manoel era escravo de dona Maria Francisca Barbosa Aranha e morava na Fazenda Bom Retiro, em Campinas. Ocorre, porém, que a quantia apresentada para a compra da

⁴² Sobre a Lei de 1885, ver:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 2 set. 2015.

liberdade de Manoel não correspondia ao valor fixado na tabela aprovada em 1885, pois, de acordo com ela, o valor do pecúlio para um escravo com menos de 30 anos era de 900 mil réis. Como Manoel tinha 24 anos, esse seria o valor mínimo estipulado para ele conseguir a liberdade. Francisco Ferraz argumentou, entretanto, que seu filho sofria de um defeito físico e, tendo isso em vista, seu preço deveria ser estabelecido por arbitramento. Os avaliadores, porém, entenderam que ele deveria pagar o valor de 900 mil réis, apesar do laudo médico constante dos autos que comprovava o defeito físico do escravo. O representante do escravo, recorrendo a Tribunal da Relação de São Paulo, consegue, no ano de 1887, a reformulação do preço da alforria para 600 mil réis. Segundo a autora, no documento, porém, não há uma resposta que constate se o valor foi pago pelo escravo.

A Lei dos Sexagenários é vista por muitos como uma lei mais favorável aos senhores do que aos cativos. Entretanto, não se pode perder de vista que a aprovação das leis de 1871 e de 1885 fez parte de um conjunto de avanços rumo à abolição da escravatura no Brasil, uma vez que invocam a iniciativa concreta do poder público para estabelecer medidas emancipacionistas. Por outro lado, seus artigos foram importantes para respaldar juridicamente ações impetradas por escravos e o reconhecimento de direitos que abrangia desde o ventre livre até a compra da alforria, além de quebrar o monopólio da concessão das alforrias que antes recaía apenas sobre os senhores.⁴³

Para o período proposto aqui, as observações recaem sobre o exercício de poder dos senhores sobre os seus escravos, que se estabelecia essencialmente de forma privada. A concessão da alforria era arbitrada pelo senhor, e a ruptura de acordos ou mesmo de direitos costumeiros ou outros estatutos jurídicos entre senhores, escravos e libertos foram foco de litígios entre as partes.

Toma-se como pauta, dessa forma, identificar o papel ativo assumido por escravos e libertos em Diamantina, enquanto agentes históricos no processo de ordenamento jurídico no período oitocentista. Daí se compreender a atuação desses personagens no período anterior à promulgação da legislação emancipacionista de 1871, uma vez que a percepção escrava sobre seus direitos e privilégios de liberdade se inscreveu no âmbito das relações particulares estabelecidas entre senhor e escravo. É o

⁴³ Sobre a lei de 1871, Grinberg (1994, p. 99) descreve: “Se, por um lado, ela golpeou a ascendência moral dos senhores sobre seus cativos, por outro marcou o posicionamento do governo sobre a forma como deveria ser encaminhada a questão da libertação dos escravos, já, àquela altura, irreversível.”

que se conta nas próximas páginas, por meio da análise de ações cíveis de liberdade em Diamantina.

CAPITULO 3

OS (DES)CAMINHOS DA LIBERDADE

Este capítulo objetiva explorar os caminhos percorridos por escravos para conquistar a liberdade, bem como os descaminhos impostos àqueles que já viviam como livres ou que já haviam cumprido as condições para conseguir a alforria. Por sua vez, a experiência da liberdade poderia ser alvo de obstáculos e dificuldades que configuraram as práticas de reescravização. As páginas que se seguem buscam, dessa forma, reconstituir (mesmo que parcialmente), a trajetória de homens e mulheres que litigaram em defesa da liberdade em Diamantina.

A atenção sobre o tema das alforrias também constitui aspecto importante a ser tratado neste capítulo, uma vez que, dentre os argumentos apresentados nos processos, muitos tratam sobre a existência de uma carta de liberdade que não foi entregue por um herdeiro ou por um viúvo(a). Dessa forma, o estudo sobre as formas de obtenção da alforria, bem como a compreensão sobre a prática de manumissões traz à tona evidências sobre as relações estabelecidas entre senhor e escravos no cotidiano escravista. Não se prospecta aqui a ideia de que a obtenção da alforria fosse condicionada apenas pela perspectiva senhorial de doação. Escravos negociaram e buscaram suas liberdades, ou melhor, conseguiram responder a um sistema que legitimava a escravidão. Contudo, uma minoria se utilizou do aparato jurídico para defender seus direitos.

É neste capítulo que se lança mão das fontes encontradas na BAT, totalizando 20 ações cíveis, dentre as quais duas se referem a ações de escravidão impetradas por senhores que queriam reaver a posse de seus escravos, um processo acionado por um suposto proprietário de uma escrava que alegava a sua posse e pedia que fosse concedida legalmente a liberdade a ela. As restantes foram impetradas por escravos e libertos, principais personagens desta pesquisa. Dessa forma, o que se busca aqui é demonstrar que as ações cíveis de liberdade foram um importante recurso utilizado para reivindicar a obtenção e a defesa da liberdade a partir da própria percepção cativa sobre seu direito de ser livre.

3.1. A alforria: um olhar sobre o tema

A alforria foi um importante elemento do sistema escravista, sendo um instrumento legal por meio do qual o proprietário de escravos passava a propriedade do escravo para o próprio escravo. Nas palavras da historiadora Mary Karasch (2000, p. 439), “em certo sentido, os escravos literalmente compravam-se ou eram doados para si mesmos”. Dessa forma, as cartas de alforria constituem importantes fontes para a compreensão das práticas de manumissões. Esses documentos possibilitam apreender os valores escravistas impressos, as motivações e as condições impostas àqueles que transitavam para uma nova condição social, bem como a própria perspectiva do documento como prova da liberdade.

Destarte, várias discussões vêm se destacando sobre o tema das alforrias.⁴⁴ Como afirmam Grinberg e Peabody (2013, p. 11): “Escravos buscaram, negociaram e exigiram suas liberdades de forma individual e coletiva de várias maneiras”. Assim, conceber a liberdade somente sob a ótica de doação pelos senhores aos escravos é ocultar a percepção e o reconhecimento dos cativos sobre seus direitos à libertação. Na mesma perspectiva, inscreve-se Eduardo França Paiva ao tratar sobre as estratégias empreendidas pelos cativos para conseguir a liberdade:⁴⁵

Para os escravos as alforrias eram, acima de tudo, o meio mais descomplicado de abandonar o cativeiro em definitivo. Eram, também, a concretização de seu mais premente anseio. Pela manumissão tudo valia a pena, até mesmo fazer da vida uma representação. Neste caso, os recursos de resistência adotados diferenciam-se bastante dos quilombos, fugas e rebeliões, e na maioria das vezes não buscavam romper com o sistema. Nem por isso podem ser classificados como alienação. Na verdade o alvo a ser alcançado, pelo menos de imediato, não era a supressão do escravismo ou a transformação do Estado, mas o abandono da condição de submetido. Nesta perspectiva tornar-se ou fazer-se passar por passivo amável e fiel resultou em muitas cartas de alforria justificadas nos ‘bons serviços prestados’, na ‘lealdade e sujeição’, expressões recorrentes nos testamentos [e cartas de alforrias] e empregadas mesmo quando tratava-se de manumissões pagas. Neste momento, as estratégias engendradas no dia a dia obtinham sucesso. A partir daí, nova fase de adaptações iniciava-se como maneira de garantir a sociabilidade e a sobrevivência dos libertos. (PAIVA, 1995, p. 107)

⁴⁴ A discussão sobre o tema das alforrias visa citar alguns trabalhos. Destacam-se aqueles em que o presente texto dialoga, entre os quais: Eisenberg (1989), Mattoso (1982), Jesus (2007), Gonçalves (2011) e Oliveira (2011).

⁴⁵ Na obra de Paiva intitulada *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII. Estratégias de resistência através dos testamentos*, o autor se atém ao período colonial e às relações escravistas na região de Minas Gerais, com base na população forra da comarca do Rio das Velhas.

Segundo Paiva, o escravo se adaptava ao sistema escravista, investindo em práticas cotidianas de convivência e negociações que contribuíssem para conquista da liberdade. Muitas vezes, entende-se a intenção dos senhores de escravos brasileiros em libertar seus cativos como prova de benevolência do sistema escravista ou mesmo para assegurar os laços de dependência. Porém, a carta de liberdade que os senhores consideravam concessões, benesses ou mesmo um mecanismo de controle social, para o escravo representava uma conquista. Nessa mesma perspectiva, destaca-se a obra de Jesus (2007). O autor discorda das perspectivas mais tradicionais, já consolidadas na historiografia, que tratam as cartas de alforria como benevolência senhorial, atos de “cima para baixo”, dependentes apenas e tão somente da vontade dos senhores. Ele descarta essa possibilidade, colocando os escravos como atores sociais que, em muitos casos, recorrem a todas as manobras, subterfúgios e estratégias possíveis visando alcançar a tão almejada alforria.

A intenção dos senhores de expressar benevolência e caridade aparece claramente nos registros das cartas de liberdade. Dessa forma, era comum nesses documentos as anotações, tais como “por muito amor que lhe tenho”, “pelos bons serviços prestados”. Nas cartas, por sua vez, há menções que buscam sublimar a atuação de senhores: “é de minha livre vontade” ou “é de livre e espontânea vontade”. O fato é que, independentemente da forma como os senhores concederam as cartas, escravos obedeceram, dedicaram-se, prestaram serviços, acumularam pecúlio por meio de outras atividades ou doações, como também, possivelmente, “teatralizaram situações”, construindo-se, tudo isso, estratégias necessárias para conseguirem a almejada liberdade. Contudo, embora o registro não fosse uma obrigação legal, tornou-se um costume adotado como forma de garantir a liberdade e os direitos dos alforriados e também como um meio de resguardar a vontade do senhor, caso esta fosse contestada por possíveis litígios de herdeiros. Conforme se verá adiante, o problema seria também não entregar a carta de liberdade ao escravo. De acordo com Mattoso (1982, p. 177-178):

A alforria podia ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas, se não há uma ata, faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. Em geral, esta é concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, se ele é analfabeto. Para evitar contestação, tornou-se hábito que o documento seja registrado no

cartório em presença de testemunhas. Com muita frequência ocorre, porém, que se passem anos entre a concessão da alforria e seu registro em cartório.

Assim, a alforria, deveria ser oficializada para ser reconhecida. O senhor, ou o procurador a seu mando, chamava o escrivão à sua residência ou ia ao cartório e passava as informações necessárias para que o documento fosse registrado no livro de notas do tabelião. A certidão era então datada e assinada por testemunhas e pelo escrivão e, assim, o ato se legitimava. Contudo, nem todas as alforrias foram registradas em cartório.⁴⁶ Segundo Gonçalves (2011, p. 178), “(...) além do fato de muitas cartas não terem sido registradas em Cartório, também não constaria dos Livros de Notas, pelo menos em número significativo, as manumissões resultantes das disposições testamentárias”. No caso das alforrias citadas em testamentos, era comum a concessão da liberdade condicional a partir de situações estabelecidas pelo senhor e que deveriam ser cumpridas pelo escravo. Gonçalves chama a atenção, em sua pesquisa, ao notar que muitos escravos alforriados em testamentos e inventários não estavam listados nos livros de notas, o que significa que possivelmente conseguiriam sua liberdade apenas após a morte do senhor ou por meio do cumprimento da condição de prestação de serviços.

Dessa forma, é importante salientar que a carta de alforria não foi a única forma de um escravo obter sua liberdade, conquista que se dava também por meio do ato do batismo cristão ou por meio de testamento ou de inventário.⁴⁷ A liberdade concedida no ato batismal era registrada em livro de pessoas livres, sendo, dessa forma, a própria cópia de registro de batismo a comprovação da condição de livre. Com relação aos testamentos, também importantes fontes de estudo das alforrias, expressavam os atos de última vontade de uma pessoa após a morte, constando, às vezes, alforrias sob condições e que só se tornariam realidade após o cumprimento da(s) cláusula(s) constante(s). Contudo, algumas alforrias concedidas em testamento poderiam estar registradas em cartórios sob a forma de cartas de liberdades. Os inventários, por sua vez, eram decorrentes de um processo iniciado após a morte de um indivíduo e, no caso da existência de um testamento, era observado se todos os desejos e solicitações do

⁴⁶ Gonçalves (2011), em sua obra sobre as alforrias em Minas colonial e provincial, focada mais detidamente na Comarca de Ouro Preto, enfatiza a análise de cartas de alforria e as ações cíveis (de liberdade e reescravização) na documentação básica para o seu estudo.

⁴⁷ Eisenberg (1989, p. 248) chama a atenção para a utilização de outras fontes para o estudo das alforrias, como os registros de batismo de escravos, os testamentos, os inventários, os documentos das estações fiscais de coletorias de rendas (que, por sua vez, realizaram as matrículas entre 1871 e 1887) e os jornais que deram destaque ao ato de alforria.

testador haviam sido cumpridos, inclusive as cláusulas referentes à concessão de liberdade conquistada após a morte do senhor.

Até à promulgação da lei de 1871, a concessão ou não de alforrias competiam exclusivamente ao senhor. Entretanto, condições excepcionais poderiam culminar na liberdade aos cativos, como a delação de algum levante organizado por escravos e a participação deles em guerras. No Brasil, exemplificam-se os casos de alforrias concedidas pelo Estado a escravos pela participação dos mesmos na Guerra do Paraguai e na emancipação da Bahia.⁴⁸ Segundo Perdigão Malheiro (1976), a liberdade concedida a escravos contra a vontade do senhor também poderia constar nas seguintes situações: a morte natural, o abandono do escravo por invalidez, ao cativo que encontrasse diamante de mais de 20 quilates e aquele que denunciasse a sonegação de diamantes pelo senhor, recebendo ainda o prêmio de 200\$.

As cartas de alforria podiam ser gratuitas, onerosas ou condicionais. Quando gratuitas ou incondicionais, o senhor oferecia a liberdade a seu escravo sem quaisquer ônus ou condições; nas onerosas, declarava-se a informação sobre a quantia que o escravo deveria pagar para a sua aquisição. Já nas alforrias condicionais, determinava-se a forma de pagamento por parte do escravo, seja por meio da prestação de serviço ou outra combinação, o que, de fato, condicionava o “libertando”⁴⁹ a determinadas situações, como, por exemplo, servir o dono (ou outra pessoa) por um determinado espaço de tempo ou acompanhá-lo até a morte.

O historiador Russell-Wood (2005, p. 294), em seu estudo sobre a população escrava e liberta, de ascendência africana, no Brasil colonial, enumerou as informações constantes em uma carta de alforria:

A carta de alforria trazia as seguintes informações: identidade do dono [...], local de moradia e estado civil; identidade da pessoa a ser libertada, com nome, sexo, idade, cor, local de nascimento, ocupação e etnia e como o escravo chegara à posse do dono.

Mesmo havendo certa padronização nas cartas de liberdade, como também ocorreu no século XIX, elas eram motivadas pela ausência de normas que regulassem os

⁴⁸ Segundo Vitor Izecksohn (2014, p. 385-424): “Desde o começo da campanha contra o Paraguai escravos e libertos foram alistados no Exército e na Marinha. O alistamento desses indivíduos ocorria pela força, por doações, por substituições ou quando os escravos fugiam e se apresentavam como homens livres... o uniforme funcionava como abrigo em relação à condição prévia de cativo. Apesar da necessidade de soldados, o governo imperial retornou pelo menos 36 indivíduos a seus donos, quase todos descobertos logo no início, o que demonstrava clara prioridade ao direito de propriedade”.

⁴⁹ O termo “libertando” aparece nos documentos da presente pesquisa como forma de demonstrar a fronteira existente entre a escravidão e a liberdade, entre ser escravo e obter um novo *status*.

assuntos relacionados às manumissões.⁵⁰ Alcançar a liberdade era, por si só, um acontecimento dotado “de significados tão diferentes quanto às particularidades registradas no ato de alforriar, o que tornava cada manumissão, praticamente, um caso singular” (GONÇALVES, 2011, p. 20). As situações interpostas nas cartas de liberdade dependiam muito das relações estabelecidas no cotidiano escravista. Consoante à legislação portuguesa, a alforria era definida como doação, não havendo, porém, nenhum título na referida legislação que tratasse diretamente da sua forma de concessão ou registro. Somente o Título 63 do Livro IV das Ordenações Filipinas possuía a referência sobre a regulamentação de revogação das doações e das alforrias por ingratidão verbal com seu senhor, em sua presença ou ausência.⁵¹ O que ocorria de fato é que a conquista de uma carta de alforria muito dificilmente correspondia à liberdade imediata, uma vez que a experiência da liberdade por vezes poderia ser alvo de obstáculos e o retorno ao cativeiro. A prática de revogação de alforria só foi derogada pela lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

Nas cartas de alforria, ainda que o documento expressasse a vontade do senhor, uma vez que se sobrepõe aqui a noção de direito privado, é possível também uma leitura acerca das relações entre senhores e escravos mediante uma gama de situações

⁵⁰ Sobre a estrutura da carta de alforria, Douglas Cole Libby e Afonso de Alencastro Graça Filho (2003, p. 122) detalham: “No caso dos registros de cartas de alforria, as anotações geralmente começavam com a data do registro, embora não fosse rara a referência a uma data anterior quando houve um acordo entre o escravo e seu senhor ou quando da consumação da libertação propriamente dita. Os nomes dos proprietários concedendo a libertação ou de terceiros que estavam comprando a alforria do escravo eram anotados junto com as informações sobre o lugar de residência, o estado civil – no caso de viúvas e de membro do clero – e patentes nas companhias de ordenança. Também havia anotações referentes a ex-escravos, nativos ou africanos, que estavam alforriando cativos. Os escravos alforriados normalmente eram listados apenas pelos prenomes, embora houvesse alguns casos de menções de sobrenomes. Indicações acerca da tonalidade da pele do alforriado e da naturalidade eram quase universais, enquanto as especificações das idades e das filiações geralmente eram restritas aos poucos casos de libertação de crianças pequenas. Registrou-se frequentemente a informação quanto à natureza da alforria, de modo que é possível verificar se as alforrias foram compradas ou não... Por fim, como algumas alforrias eram intermediadas de uma forma ou outra por terceiros, os registros correspondentes identificavam estes indivíduos (de modo geral parentes do alforriado) e incluíam informações sobre os papéis que eles desempenhavam no processo de libertação.”

⁵¹ Na pesquisa de Elisa Vignolo Silva sobre alforrias em São João del-Rei (1820-1840) é citado o seguinte exemplo sobre a revogação da alforria de Justino pardo. No testamento redigido pelo seu ex-senhor, em 1837, descrevia-se: “Declaro que apesar de o meu escravo Justino pardo ter sido contemplado na liberdade que conferi a todos estes com cartas lançadas em notas, contudo, como o mesmo passou a ser-me muito ingrato, praticando imensos atos de desobediências, chegando ao ponto de tentar contra minha existência com uma faca empunhada, que, de certo parecia nas mãos deste malvado se não resisto com toda força com a outra que trazia por tal motivo, pois usando da faculdade que a lei me dá, desde já me retrato e reclamo a liberdade que lhe tinha conferido gratuitamente para ele Justino continuar na escravidão de meus herdeiros que sustentarão esta minha vontade por todos os mais que a lei lhes permitir”. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A032.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2015.

particulares. Vale ressaltar que o ato de alforriar não exclui a compreensão de que o escravo manumitido fosse o único a se beneficiar da alforria. Nessa linha de raciocínio, Gonçalves (2011, p. 20) chama a atenção para os casos “em que negociar algum tipo de fidelidade, ou até mesmo livrar-se de um escravo indesejado, poderia significar, para o proprietário, um importante benefício para a estabilidade de um sistema baseado no uso sistemático da força”. Em casos de escravos violentos, talvez negociar a liberdade fosse um caminho alternativo utilizado por alguns senhores.

Assim, a partir das situações descritas nas cartas de alforria ou papéis de liberdade, pode-se apreender não apenas as condições arbitradas pelo senhor para o cumprimento da alforria, como também demandas próprias dos escravos. Conforme Gonçalves (2011, p. 172) exemplifica: “o caso da dilatação do prazo do pagamento das ‘prestações’ em se tratando de alforrias parceladas, ou da aceitação da redução dos preços do mancípio para viabilizar o pagamento da alforria...”. A esses exemplos, a possibilidades de alforria via negociações se tornaram importantes para se compreender as relações estabelecidas entre senhores e escravos no cotidiano escravista. Outra forma de negociação também evidenciada entre senhor-escravo foi a coartação que consistia na compra da alforria parcelada mediante contrato feito entre ambos. Vários estudos relativos ao século XVIII e XIX, em especial no que se refere à história de Minas, evidenciam a existência dessa prática como algo relativamente comum no processo de libertação de escravo.⁵² Para o estudo das alforrias, a obra de Jacob Gorender, intitulada *O Escravismo Colonial* identificou as variáveis estabelecidas para se avaliar o comportamento das alforrias. O autor sintetizou:

a) Maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais, tomadas em conjunto; b) proporção relevante de alforrias gratuitas incondicionais; c) maior incidência das alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural; d) alforrias mais frequentes nas fases de depressão e menos frequentes nas fases de prosperidade; e) maioria de mulheres entre os alforriados, embora fossem minoria entre os escravos; f) elevado percentual de domésticos entre os alforriados; g) maior incidência proporcional entre os pardos do que entre os pretos; h) elevado percentual de velhos e inválidos em geral entre os alforriados. (GORENDER, 1985, p. 354-355)

As variáveis constantes nas cartas também foram analisadas por Peter Eisenberg, ao estudar as alforrias em Campinas no século XIX. Segundo o autor:

⁵² Andréa Lisly (2011) identificou no conjunto de 1.892 cartas de alforrias registradas na Comarca de Ouro Preto, o número de 202 referentes à coartações, entre 1808-1870. Jesus (2007) observou que poucas cartas revelaram a coartação como um mecanismo para o acordo da liberdade. Ver também Schwartz (1974; 1988), Paiva (1995) e Souza (1999).

Até 1870, enquanto a maioria da população escrava era masculina, negra, crioula, nas idades produtivas e empregada como mão-de-obra não qualificada, as alforrias registradas foram desproporcionalmente distribuídas entre escravas mulatas, crioulas, muito jovens ou, em grau menor, muito velhas, empregadas no serviço doméstico. (EISENBERG, 1989, p. 299)

O autor pontuou outras considerações sobre as mudanças ocorridas nas décadas finais da escravidão sobre o perfil do alforriado, no momento em que a atividade cafeeira emergiu economicamente e o número de alforrias aumentou mais rapidamente do que a população escrava, concluindo que “(...) o indivíduo alforriado foi majoritariamente um escravo homem, negro e por força das leis de 1850, 1871 e 1885, um crioulo na faixa etária mais produtiva de 11 a 49 anos” (EISENBERG, 1989, p. 299). Jesus (2007) também traçou um detalhado perfil de alforriados ao analisar uma vasta documentação civil e criminal do sertão norte-mineiro, elucidando aspectos importantes das relações estabelecidas entre cativos, forros e homens livres, no período oitocentista, como forma de compreender o cotidiano demarcado pela solidariedade e violência, negociação e conflito, situações analisadas pelo autor como complementares.

Jesus arrolou em seu estudo, um total de 357 cartas de alforria, registradas na Vila de Montes Claros de Formigas a partir de 1830. Os crioulos constituíram a maioria dos alforriados, bem como um número maior de escravos adultos alforriados que representavam 32%, quando comparados ao número de alforrias concedidas às crianças e aos idosos, que representaram cerca de 26%. Contudo, a análise do autor, sobre a faixa etária de escravos manumitidos, prospectou resultado diferente do padrão ao identificar a fase adulta como mais propensa a conseguir alforrias. Segundo Jesus, as pesquisas que identificam um maior número de alforrias entre as crianças e idosos utilizam um critério econômico ao passo que sua análise incorporou o critério em que a fase adulta seria justamente o momento estratégico para que o escravo conquistasse sua alforria. Para tanto, ele considerou a seguinte divisão sobre a faixa etária dos alforriados: de 0 a 15 anos, como crianças; de 16 a 45 anos, os adultos, e, acima de 46 anos, os idosos.

Sobre as crianças manumitidas, a idade delas é foco de várias discussões entre os historiadores, uma vez que as cartas de alforrias registradas em cartório não apresentavam a idade exata da criança. A análise desses documentos, em vários casos, não permite a leitura de informações constantes sobre a idade, o que deixa dúvidas sobre o que os proprietários entendiam como “criança”. As evidências nas cartas que levam a considerar que o documento trata de uma criança são descrições como a

condição de órfão, de ser menor de idade e a própria presença do sufixo “inho” associado à origem da criança (“pardinho”, “mulatinho”, “crioulinho”, “cabrinha”). Situações também relativas ao preço do escravo se mostram úteis para identificar se era uma criança, quando atribuído o valor pela pouca idade.⁵³ Ainda sobre a obra de Jesus, o autor destacou também, a respeito do norte de Minas, a prevalência das mulheres na concessão de alforrias, questão bastante difundida na historiografia e que também foi tratada por Gonçalves ao identificar as seguintes situações para a propensão de forras sobre o de escravos libertos:

Tal incidência de mulheres se explicaria não apenas pela prostituição, concubinato ou matrimônio, sobretudo numa região carente de mulheres, como era o caso da capitania de Minas Gerais, mas também pelas oportunidades oferecidas pela economia urbana que ocupava um número significativo de pessoas de sexo feminino. (GONÇALVES, 2011, p. 133)

Nessa mesma perspectiva, Eisenberg (1989) também considera a superioridade de alforrias femininas, identificando primeiramente que o escravo era mais importante para o trabalho físico nos centros de produção da lavoura e da mineração. O autor enfatiza ainda as oportunidades de conseguir a liberdade que a mulher escrava possuía ao estabelecer laços afetivos com seus senhores, ou mesmo sexuais e/ou de reciprocidade. Outra análise elencada pelo autor recai na compreensão sobre o princípio *partus sequitur ventrem*, o qual determinava que a condição legal do filho era condicionada pela condição legal da mãe. Assim sendo, sua família, consanguínea ou de compadrio, concentraria mais esforços em libertá-la do que ao homem. Também, no caso da Bahia, o estudo de Katia Mattoso (1972), entre 1779-1850, identificou que 61,6% das mulheres obtiveram a carta de alforria. Para o exame das alforrias, merece ser mencionado o estudo de Livia Gabriele de Oliveira (2011) para a cidade Diamantina no período compreendido entre 1864-1888. A autora realizou um estudo por meio da análise de 523 cartas de alforria com o objetivo de conjugar a prática de manumissões em Diamantina e as ações emancipacionistas evidenciadas pelo Bispo Dom João Antônio dos Santos. Segundo Oliveira (2011, p. 44) na década de 1860 houve o registro de 327 alforrias, evidenciando-se o número acentuado dessas cartas em relação às décadas finais da escravidão. A autora atribui a redução das cartas de liberdade no

⁵³ Conforme exemplificado por Gonçalves (2011, p. 193) em uma das cartas de liberdade por ela analisada: “Ao conceder a alforria a Rufina parda, filha da escrava Francisca, também parda, Antônio Fernandes Barroso declara que aceitara os 50\$000 pagos pela mãe pelo fato de a escrava não ter maior valor pela pouca idade”.

período das décadas de 1870 e 1880 à crise na extração de diamantes. Isso porque, com a crise, o número de escravos diminuiu em decorrência de seus deslocamentos, isto é, as negociações para outras regiões de maior prosperidade econômica. É importante reforçar que os dados analisados pela autora caracterizam o número relativo às manumissões em Diamantina relacionadas às cartas registradas nos cartórios. Não há, no entanto, um estudo sistemático que apreenda outras fontes, como os testamentos, inventários e atos de batismo que se remetem às alforrias para a cidade citada. Quanto ao gênero dos alforriados, Oliveira encontrou 261 alforrias masculinas e 255 femininas, denotando-se um equilíbrio entre forros e forras. De acordo com Oliveira (2011, p. 37), a população escrava masculina era maior do que a feminina:

Em 1872 foram registradas 21 alforrias femininas, correspondentes a 2,4% do número de escravas do município no mesmo ano, que era de 860 mulheres. Já as alforrias masculinas corresponderam a 1,4% dos 1176 escravos do gênero masculino...

Dessa forma, em termos percentuais, a alforria feminina se sobressaiu sobre o número de alforrias masculinas. Sobre a origem dos alforriados, Oliveira encontrou 126 libertos de nação africana, 306 alforriados nascidos no Brasil e 91 registros sem origem determinada.⁵⁴ A criouliização da população cativa confirma, assim, os padrões observados por outros estudos, a citar na Comarca de Ouro Preto, em Campinas e em Montes Claros. Acerca do tipo de manumissão, a pesquisa de Oliveira revelou que as alforrias condicionais se sobressaíram com relação às alforrias incondicionais ou onerosas, mantendo, contudo, um equilíbrio entre elas com relação ao gênero. Concernente às alforrias condicionais, segue-se o caso de Firmino africano,⁵⁵ que fora comprado pelo Sr. Severiano Pinto Alves do Porto, aos seus trinta anos de idade, para casar-se com Isabel, uma escrava da casa. As condições previamente impostas a

⁵⁴ Sobre a importação de africanos para a região de Diamantina, o autor Bergad (2004, p. 204-205) observou que, nos censos de 1776 e 1808, há um aumento na proporção de escravos homens em relação à de escravas, o que certamente é um forte indicador da importação de escravos para a região. Ainda segundo suas observações, a amostra dos inventários de Diamantina revela que os escravos africanos continuavam sendo a maioria nos primeiros anos do século XIX e que somente na década de 1820 os escravos brasileiros se tornariam maioria em Diamantina, bem mais tarde do que no centro e no sul de Minas.

⁵⁵ Os dois exemplos que se seguem fazem parte do texto “Recontando a história: histórias e trajetórias de negros e negras forras em Minas Gerais no século XIX – as alforrias em Diamantina”, apresentado no XVI Encontro Regional de História – ANPUH/MG em julho de 2008 (PRAXEDES, DIAS & OLIVEIRA 2008, p. 9-11). Disponível em:

<[71](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vLYPxPWZJ2wJ:historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd53/praxed.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt%7Clang_es>”. Acesso em: 13 jul. 2015.</p></div><div data-bbox=)

Firmino para conseguir sua liberdade eram o casamento e a prestação de serviço ao seu senhor pelo período de dez anos, a contar da data de 10 de abril de 1850.⁵⁶

Havia situações, contudo, em que a prestação de serviços só findaria com a morte dos senhores.⁵⁷ Em alguns casos, essa obrigação era estendida aos familiares dos mesmos: filhos, irmãos, netos. Cita-se, a título de exemplo, o caso dos escravos João Africano, Amaro crioulo, Jacinto crioulo, Torquato cabra, Francisco Cassanga, Joaquim crioulo e Silvério cabra, que só seriam alforriados após a morte de Dona Bernarda Teresa de Jesus e depois de servirem durante quatro anos aos seus herdeiros.⁵⁸

Sobre as manumissões em Diamantina, a atuação da Igreja Católica foi muito importante na pauta referente à questão da emancipação, destacando-se a figura de Dom João Antônio dos Santos.⁵⁹ Filho de influentes proprietários diamantinense e serrano, nasceu no dia 19 de novembro de 1818 na freguesia do Rio Preto e seus irmãos eram Joaquim Felício dos Santos (nome conhecido nesta pesquisa mediante sua atuação nas ações de liberdade) e Antônio Felício dos Santos. As ideias abolicionistas de Dom João se fizeram presentes por meio de cartas pastorais, publicações em jornais⁶⁰ e na criação da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês (SPNSM), em 10 de julho de 1870. A atenção se volta para a SPNSM, uma vez que sua funcionalidade era atribuída à prática de alforrias em Diamantina. A primeira diretoria dessa sociedade era assim constituída: presidente perpétuo, Dom João Antônio dos Santos; secretário, Major José Ferreira de Andrade Brant; tesoureiro, João da Matta Machado; procuradores, Bernardino da Cunha Ferreira⁶¹ e Dr. Carlos Honório Benedicto Ottoni. As eleições para se constituírem os membros da diretoria aconteciam anualmente, podendo seus membros ser reeleitos. Sobre os artigos que compunham o Estatuto da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês, Fernandes cita (2005, p.105):

⁵⁶ Fonte das autoras: BAT - Diamantina, Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício, Cartas de Liberdade, maço 44, livro 4, 20/11/1851, fls. 42 (cf. PRAXEDES, DIAS & OLIVEIRA, 2008, p. 9-11).

⁵⁷ Casos como esses foram identificados nesta pesquisa, em que escravos acionam a justiça mediante o cumprimento da condição imposta pelo senhor. Ver o item: “Escravos e libertos: em defesa da liberdade”.

⁵⁸ Fonte das autoras: BAT- Diamantina, Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício, Cartas de Liberdade, maço 44, livro 7, 05/02/1855, fls 107 a 110 (cf. PRAXEDES, DIAS & OLIVEIRA, 2008, p. 9-11).

⁵⁹ Sobre o assunto, ver Fernandes (2005) e Oliveira (2011).

⁶⁰ Segundo Oliveira (2011, p. 32), na imprensa diamantinense destacavam-se dois jornais que abordavam a causa abolicionista: *O Jequitinhonha* e o *Sete de Setembro*. Com relação ao jornal *O Jequitinhonha*, a autora observa: “O jornal publicava discussões sobre o fim da escravidão em diversos países, sobre a postura do Imperador do Brasil quanto ao abolicionismo, o encaminhamento dos projetos de leis, as condições de vida dos escravos e libertos e a posição da Igreja, assinada, algumas vezes, pelo próprio bispo diocesano.”

⁶¹ Bernardino da Cunha Ferreira atuou nas ações cíveis de liberdade como curador e advogado de proprietários. Sua atuação como secretário na SPNSM e advogado de proprietários de escravos foi questionada pelo advogado Agostinho José Ferreira Andrada na ação de liberdade de Lucinda Maria de Souza. Sobre o assunto, ver o item da presente pesquisa: “Escravos e libertos: em defesa da liberdade”.

O art. 6º definiu que para ser sócio honorário ou benfeitor havia a necessidade de se fazer dádivas à sociedade de no mínimo 200\$000, de libertar em nome dela escravos de qualquer valor e prestar serviços relevantes a causa da emancipação. O art. 8º definiu que cada sócio pagaria uma joia de 5\$000 por ocasião de sua entrada e uma contribuição mensal de 1\$000. O art. 9º definiu que cada sócio poderia remir-se dando de uma só vez a quantia de 100\$000.⁶²

Acerca das alforrias, o artigo 25 do Estatuto da SPNSM discorria sobre a preferência no momento de se alforriarem as mulheres até 40 anos, casadas ou solteiras, com filhos ou sem. Em seu artigo 26, definia a preferência a escravos que possuíssem um valor para sua alforria ou nas situações em que alguém apresentasse algum valor para abater na mesma.

A SPNSM, juntamente com a Câmara Municipal de Diamantina, atuou junto ao Fundo de Emancipação, instituição responsável pela indenização, por parte do Estado, a donos de escravos que optassem pela libertação deles. No Serro, a atuação do bispo se fez presente com a criação da “Sociedade Obreiros da Liberdade”, que também contemplava a causa da liberdade sob o incentivo de se emancipar na pia batismal. Segundo Souza (1993, p. 138): “Na cidade do Serro é criado um fundo municipal que liberta, de modo geral, mulheres em idade de 40 a 50 anos, algumas já sofrendo de males crônicos devido às atividades constantes de procriação”. O autor pontua a importância da SPNSM, do Fundo de Emancipação de Diamantina e do Fundo Municipal do Serro como ações que contribuíram para aumentar o número de alforrias na região. Assim, a prática de alforria foi algo real em Diamantina. Essa prática encontrou na imprensa, na religião, em acordos, em negociações e em conflitos entre senhores e escravos a ideia motriz de que a liberdade era possível. Ademais, o que se propõe nas próximas páginas é conhecer um pouco mais sobre a liberdade em Diamantina a partir das ações cíveis de liberdade.

3.2. Ações cíveis em Diamantina

O subcapítulo que se segue visa colocar em perspectiva a análise das ações cíveis em Diamantina, buscando correlacionar situações que envolviam escravos, libertos e senhores. Dessa forma, busca-se identificar o protagonismo de cativos e libertos nos processos e como eles percebiam seus direitos e privilégios de liberdade,

⁶² O Estatuto da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês foi redigido pelo jornal *O Jequitinhonha*, ano IX, n. 37, 10/07/1870.

bem como a participação de curadores e testemunhas nos processos foi importante para o (re)conhecimento do direito à liberdade.

Para isso, a organização do texto será subdividida em duas partes. O item 3.2.1, intitulado “Perfil das Ações”, busca trazer informações constantes das fontes analisadas em Diamantina, como aspectos sobre gênero, faixa etária, origem/cor, os argumentos encontrados nas ações cíveis e quem eram os curadores e juízes nos processos. Objetiva-se conhecer um pouco mais sobre os cativos e forros, levando-se em conta a existência de informações incompletas no que tange à idade e à origem/cor. O item 3.2.2, “Escravos e libertos: em defesa da liberdade”, lança mão das ações de liberdade e de manutenção de liberdade, analisando as situações que levaram os cativos e os libertos a reivindicarem seu direito de serem livres. Objetiva-se, assim, analisar os argumentos utilizados pelos autores dos processos, as referências (quando citadas) às leis ou costumes aplicadas pelas partes litigantes e, a partir desse repertório, conhecer as experiências da escravidão e histórias de liberdade vivenciadas por aqueles que buscaram a justiça para o reconhecimento do seu direito à liberdade.

3.2.1. Perfil das ações

Dentre os 33 sujeitos envolvidos nas ações de liberdade, mediante o período proposto nesta pesquisa, 19 referem-se a homens e 14 a mulheres. Esses personagens compunham os espaços urbanos, rurais e das lavras em Diamantina, dado os locais onde moravam e as poucas referências sobre as ocupações a que estavam ligados⁶³.

Ao se cruzar as categorias origem/cor, as referências nos processos a escravos e libertos aparecem como pardos, cabras, crioulos e africanos e nem todas as fontes constam estes dados. Sobre a origem, apenas três escravos africanos atuaram nas ações, enquanto os nascidos no Brasil constituíram maioria. Com relação à faixa etária, poucas fontes contemplam essa informação. Um escravo é apresentado com a idade de “mais ou menos 40 anos”, dois escravos com 25 anos, um “maior de 14 anos e menor de 21 anos”, outro menor de 17 anos e uma escrava menor de idade, mas sem a referência específica à idade. Percebe-se, portanto, que as informações sobre a idade dos autores das ações são bastante incompletas.

Os processos de liberdade integram, nesta pesquisa, 18 ações de liberdade e duas ações de escravidão que aparecem intituladas como libelo, requerimento, justificação,

⁶³ Ver anexo 1.

proclamação de liberdade, manutenção de liberdade, juramento verbal. Para análise dos documentos, identifica-se como ações cíveis de liberdade as impetradas por escravos para conseguirem a liberdade e também aquelas demandadas por libertos para a manutenção da mesma e como ações de escravidão, a demanda de proprietários pela manutenção de escravidão. É importante ressaltar, entretanto, que as ações de manutenção de liberdade e as ações de escravidão, constituem, em seu conjunto, uma prática de reescravização.

Com relação às argumentações expostas nos documentos, nove ações apresentam as discussões que vão desde a existência de uma carta de alforria que não foi entregue ao cativo, como também as promessas de liberdade. Estas poderiam estar inscritas em testamentos ou inventários, demarcando condições ou não para que os escravos conquistassem a sua liberdade, como também as promessas verbais conferidas por proprietários sob a presença de testemunhas. Situações estas que em que herdeiros ou viúvos(as) não cumpriam (ou não aceitavam?) com as vontades expressas pelo senhor(a), o que levou cativos a buscarem a justiça para conseguirem a liberdade, o que, por sua vez, expôs situações em que deveriam comprovar sua condição de libertos. Situações também demandadas por aqueles que já viviam como livres e se encontravam ameaçados de voltar ao cativeiro configuraram quatro ações, nas quais os libertos buscavam manter a sua liberdade pelo meio legal. Também foram encontradas duas ações que questionavam a liberdade, embasadas no princípio romano de que o parto segue o ventre, uma em que o autor da ação questiona ser livre mediante doação no ato do batismo e não teve o seu direito à liberdade e outra ação em que o escravo de herança não consegue a liberdade dentre todos os herdeiros e propõe comprar a parte que falta.

No conjunto citado, foi encontrada uma ação de liberdade impetrada por um proprietário de escravo, com argumento à primeira vista bastante inusitado, cabendo, por isso, conhecer essa ação: era o mês de fevereiro do ano de 1871, quando Manuel Severino de Andrade, fazendeiro estabelecido na Freguesia do Rio Manso, buscou a justiça para mover uma ação em que reconhecia ser o proprietário de Virgínia cabra e lhe concedia a liberdade.⁶⁴ A escrava havia sido apreendida no Rio Manso por Joaquim Farnesi da Paixão, morador em Diamantina, mediante mandado expedido pelo Dr. João Salomé de Queiroga, juiz de direito da comarca. Segundo Manuel Severino, o juiz havia

⁶⁴ BAT, requerimento de Manuel Severino de Andrade dando liberdade a sua escrava Virgínia cabra, 1871, maço 132, cartório do 1º ofício. Das páginas 67 a 68, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

contrariado o disposto no artigo 15 do Regulamento 15 de Março de 1842, § 3º.⁶⁵ O que se requeria inicialmente na ação era que se reintegrasse o termo da questão, ou melhor, o suplicante da ação considerava irregular a medida tomada pelo juiz da comarca, que havia admitido agravo do despacho para o juízo de Montes Claros, quando tanto a escrava quanto o réu Joaquim Farnesi residiam em Diamantina. Outra questão que demarcava o conflito na ação era provar quem tinha a posse de Virgínia cabra, que pertencia à Antônia Joaquina de Oliveira, filha de Manuel Severino e esposa de Alexandre José Domingues, que faleceu em 1857. Em segundas núpcias, Antônia se casou com Manoel Pereira da Costa, que a abandonou e vendeu todos os escravos do casal ao senhor Farnesi. Ocorre, porém, que Manuel Severino era credor do primeiro casal, “e por compra de uma pequena parte da escravinha Virgínia cabra” (BAT, 1871, f. 2) ao suplicante ficou pertencendo até o ano de 1869, quando então foi concedido o direito de posse da cativa a Joaquim Farnesi.

Bernardino da Cunha Ferreira foi nomeado curador, conforme os trâmites judiciais, para defender a escrava, como também defender a própria intenção do “suposto proprietário”. Em sua fala, o curador trata a cativa como “libertada” e acentua: “admitiu Manuel Severino de Andrade de si esse domínio, restituindo-a a seu estado natural de livre e assim reintegrada no gozo de sua liberdade pela única pessoa que podia renunciar seus direitos de senhor, deve ela ser mantida” (BAT, 1871, f. 10). Outro dado importante fornecido por Manuel Severino, e que possivelmente tenha pesado em sua decisão em libertar Virgínia cabra, era o fato de ela ser filha natural de Pedro Pereira de Andrade, morador em Montes Claros. O documento não expõe, no entanto, qual o laço de parentesco existente entre o suplicante da ação e o referido Pedro Pereira. Dando continuidade ao processo, uma questão foi abordada pelo curador ao afirmar que o senhor Farnesi maltratava a menor Virgínia e não a entregava para ser depositada, sob a alegação de que ela estava em tratamento de moléstia. Em suas argumentações, Bernardino da Cunha perguntava o porquê então de a escrava não ter sido levada à Casa da Caridade e prossegue, ao requerer o corpo de delito, anexado como documento 03 no processo, o que, segundo ele, “veio comprovar toda a alegação

⁶⁵ Segundo este Regulamento: “Art. 15- Os agravos de petição somente terão lugar quando a Relação ou o Juiz de Direito, a quem competir o seu conhecimento, se achar no Termo ou dentro de cinco léguas do lugar onde se agrava. Somente se admitirão: 3º Da decisão que não admite o terceiro que vem opor-se na causa. (Ord. Liv. 3º, Tit. 20 § 31 verso - E tratando-se) e da que denega vista dos autos ou admite nos próprios autos ou em separado os embargos opostos na execução. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-143-15-marco-1842-560882-publicacaooriginal-84098-pe.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

do estado lastimante da libertada” (BAT, 1871, f. 10). Contudo, apesar das arguições bem fundamentadas pelo curador, o juiz municipal e de órfãos, Francisco Correa Ferreira Rabello, no dia 24 de março de 1871, deu parecer favorável à manutenção da escravidão. Segundo o juiz, o direito do cedente, no caso Manuel Severino, não estava claro, ficando Virgínia cabra sob a posse de Joaquim Farnesi.

Com relação às ações impetradas por proprietários, ou seja, ações de escravidão, no Juízo Municipal de Diamantina foram encontrados dois processos, ambos incompletos. Requerer o direito de posse sobre escravos que tentavam passar por livres configuravam aspectos que davam voz a proprietários nos processos. É o caso da escrava Raymunda, que vivia como livre, era casada, tinha filhas e se intitulava como Flora Raymunda. Segundo o libelo de escravidão movido por Henriqueta Senhorinha Carlota Fonseca, em março de 1870, a sua escrava Raymunda havia evadido de seu poder, e, segundo “notícias muito positivas que tem chegado ao seu conhecimento” (BAT, 1870, f.3) ela se encontrava para os lados do município de Dolores do Indayá.⁶⁶ A proprietária reivindicava o seu direito à posse da escrava, como também de “suas crias” (BAT, 1870, f.3). Conforme o mandado enviado para o delegado de polícia, para a efetivação das buscas na região, a escrava foi descrita com a idade mais ou menos 25 anos, estatura regular, bons dentes, nariz grande e chato, peito grande. O processo, no entanto, não consta o que aconteceu com a escrava Raymunda e seus filhos.

Em outro libelo de escravidão, Manoel Pereira Moreira de Oliveira Só, no ano de 1861, buscava mostrar a nulidade das cartas de liberdade passadas pela sua avó D. Catharina Brandão aos escravos João cabra, Francisco pardo, Maria cabra e Catharina parda.⁶⁷ Segundo Manoel Pereira, curador e neto de D. Catharina, sua avó sofria de “incapacidade moral” e, por isso, não tinha condições de passar nenhuma carta de alforria. Para comprovar essa alegação, ele apresentou o interdito como documento que justificaria a anulação da concessão de alforrias. Segundo ele, dois escravos haviam sido libertos gratuitamente e dois por quantias muito insignificantes, efetuadas por D. Catharina aos réus. Ambos os escravos foram representados pelo curador João Batista de Almeida e Silva Barca que, contrariando o libelo do autor, trouxe à tona uma série de

⁶⁶ BAT, Requerimento, apelante: Henriqueta Senhorinha Carlota Fonseca, 1870, maço 122, cartório do 1º Ofício. Na página 68, a citação do documento será referenciada no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

⁶⁷ BAT, Apelante: Manoel Pereira Moreira de Oliveira Só, réu: João cabra, Francisca parda, Maria cabra e Catharina parda, 1861, maço 112, cartório do 1º ofício. Das páginas 69 a 70, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

arguições que pretendiam mostrar que a proprietária não apresentava o quadro referenciado por Manoel Pereira. Tal como “tem sempre se conservado com perfeito juízo e com entendimento, sofrendo apenas alguma falta de forças (físicas) devido mais a enfermidade do que a mesma idade” (BAT, 1861, f. 28).

O curador, em sua argumentação, procurou desclassificar a legitimidade do interdito apresentado por Manoel Pereira, afirmando que a sentença declaratória dele era inteiramente nula, uma vez que não havia sido precedida do exame de peritos que comprovasse a “incapacidade moral” de sua avó. O curador alegou também que, além disso, a sentença não havia sido publicada no domicílio de D. Catharina, no caso, no distrito de Inhahy e que, certamente, tais formalidades haviam sido negligenciadas por Manoel. O curador Silva e Barca, continuando sua argumentação, relatou que há 30 ou mais anos, D. Catharina e sua amiga, Angélica Josepha Brandão, firmaram o seguinte acordo: libertar os escravos José (afilhado de Catharina) e Manoel (afilhado de Angélica). Barca ainda expõe outras situações com a finalidade de comprovar que a libertação de escravos mediante pecúlio era atitude comumente posta em prática por D. Catharina. Assim, o curador afirma que, em 1840, a escrava de nome Francisca deu a luz a José, que foi liberto pela quantia de 38\$400 réis, paga pelo padrinho Aleixo da Cruz, “quantia esta pela qual naquele tempo se libertavam os escravos recém-nascidos” (BAT, 1861, f. 29). Posteriormente, a escrava Francisca deu a luz a outro filho de nome Joaquim, o qual também foi batizado como livre pela quantia de 200\$000 réis recebida por D. Catharina. Foi citado ainda o caso de Clarindo que também exemplifica a liberdade sob condição onerosa, uma vez que a dita proprietária recebeu o valor de 300\$000 réis pela liberdade do escravo, o qual ainda não possuía dois anos de idade. Dessa forma, o que realmente o curador queria demonstrar, após buscar avidamente por provas para compor a defesa, era invalidar a questão da alforria gratuita alegada por Manoel Pereira. O curador Barca afirma, ainda, que nenhum dos escravos da D. Catharina foram libertados gratuitamente, pelo contrário, foram alforriados por bons preços.

Com relação aos réus do processo, algumas informações oferecidas pelo curador, expõem a prática da coartação, liberdade conseguida por meio de pagamentos em prestações. Foi o caso de João, Francisca e Maria, que, mesmo coartados, continuaram a prestar seus serviços para o tratamento e alimentação de sua ex-

senhora.⁶⁸ O fato é que, segundo o curador, a liberdade conferida por D. Catharina aos réus foi mediante a execução da sua própria vontade e, como bem demonstrou, não foram concedidas gratuitamente. Não há, entretanto, a conclusão da ação que termina com a apresentação das testemunhas inquiridas para a defesa dos réus.

Contudo, é importante fazer algumas observações sobre os citados libelos de escravidão, uma vez que é questionável a própria existência dessas ações. Afinal, a possibilidade de um senhor de escravo recorrer à justiça para reclamar seu suposto escravo e esperar por uma sentença poderia demorar anos e ainda lhe ser desfavorável. Questiona-se, dessa forma: por que um senhor buscaria a justiça para rever a posse de um escravo, esperar talvez anos e anos e gastar com os custos do processo? Conforme observado por Grinberg (2007), em seu texto “Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”, os senhores que buscavam a justiça para reaver o seu suposto escravo eram pessoas com poucas posses e, provavelmente, essa seria a única maneira de reaver a propriedade que considerava ser sua. A autora, em sua análise, ainda relata que, em alguns processos por ela analisados, havia senhores forros, casos em que perder o escravo significaria também perder o acesso ao mundo dos livres.

A ação impetrada por Manoel abre margens para identificá-lo conforme a análise feita por Grinberg sobre os proprietários de poucas posses. Nesse sentido, são reveladoras as palavras do curador Barca que, contrariando o libelo de Manoel, dispôs a seguinte informação:

Por que além disto a mesma Catharina declarou que era verdade, que os ditos seus netos, além de não lhe prestarem socorro algum, desfrutavam os serviços de seus escravos, especialmente o Autor Manoel Pereira, que tendo se casado com bom dote e recebido cinco escravos em herança de sua mulher prodigalizou quase todos esses bens, e hoje possui um pequeno terreno e dois escravos velhos, isto mesmo sujeito a dividas muito superiores aos seus valores, o que tudo [gastou] prodigalidade, sem se lembrar de fazer favor algum ou obséquio a dona Catharina sua Avó. (BAT, 1861, f. 29v)

Essas evidências demonstram que o autor da ação, ao se aproveitar da condição de curador de sua avó, buscou a justiça para conseguir a posse dos escravos, uma vez que estes é que sustentavam, com os jornais, a dita D. Catharina. Provavelmente, possuir bens seria importante para Manoel que tinha dívidas superiores aos bens que possuía. É importante ressaltar que os processos encontrados no acervo da Biblioteca

⁶⁸ O documento não traz o valor coartado pelos escravos. Sobre a ré Catharina, há apenas a declaração de que se pretendia libertar a escrava.

Antônio Torres em Diamantina compõem apenas um universo limitado das ações, uma vez que a pesquisa se centrou em analisar apenas os documentos existentes no cartório de 1º ofício.⁶⁹

Por meio da análise das ações por período, pode-se afirmar que houve um acentuado aumento das ações de liberdade na década de 1860, comparativamente à década anterior. Pode-se supor esse crescimento pela extinção do tráfico negreiro em 1850, que levou à ampliação do debate sobre a natureza do escravismo brasileiro e o que provavelmente teria levado os escravos a uma maior percepção de seus direitos. Outro fator que pode estar relacionado ao aumento das ações de liberdade na década de 1860 seria a própria ameaça do tráfico interno. Esses dados corroboram a pesquisa feita por Oliveira (2011), em seu estudo sobre alforrias em Diamantina, entre os anos de 1860 a 1880, uma vez que houve um aumento nas concessões de alforrias na década de 1860, ao passo que, os cativos certamente estavam mais atentos às possibilidades para se conseguir a liberdade.

No caso das ações de liberdade, e estabelecendo um diálogo com as fontes, pode-se levantar a seguinte situação: a percepção cativa sobre a escravidão e a liberdade, uma vez que acordos e promessas descumpridas, ou a própria existência de uma carta de liberdade, foram aspectos importantes evidenciados nos processos. Dessa forma, essas situações exemplificam que esses personagens estavam atentos à realidade e discerniam seus direitos. Percebeu-se, também, que houve um número maior de sentenças favoráveis ao escravo ou liberto do que favorável ao senhor, que consta apenas uma. Essa sentença, cujo senhor saiu vitorioso, refere-se ao caso da escrava Virgínia. Sete ações cíveis se encontram incompletas, fato que pode ser explicado como decorrente da própria morosidade da justiça, ou mesmo devido a dificuldades para se obter as provas e conseguirem reunir as testemunhas. Tais situações acabavam por inviabilizar a continuidade do processo. Destaca-se, porém, um processo em que houve a desistência, por parte da liberta Raymunda Leocádia, em dar prosseguimento com a ação.⁷⁰ No libelo apresentado pelo curador Pedro Fernandes Pereira Correia, em 1868, informa-se:

⁶⁹ Destaca-se, dessa forma, que nesse acervo foram encontradas ações de liberdade no período anterior a 1850 e posterior à promulgação da Lei do Ventre Livre, existentes também nos cartórios do 2º e 3º ofícios.

⁷⁰ BAT, libelo, apelante: Raymunda Leocádia, réu: Justiniano Martins Neto, 1868, maço 113, cartório do 1º ofício. Na página 72, a citação do documento será referenciada no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

Diz Raymunda Leocádia por seu curador abaixo assinado, que ela foi libertada por sua falecida ex senhora D. Anna Leocádia dos Prazeres e que esteve de posse de sua liberdade por alguns anos. Acontecendo falece aquela libertadora. Justiniano Martins Neto aproveitando-se de uma conferência de dote, que [aluvosamente] fez, quer chamar a suplicante a escravidão, tendo até vendido a suplicante para a Itabira, donde foi remetida à esse termo pelas ordens do Dr. Chefe de Polícia, transmitido ao delegado daquele termo. A suplicante sendo depositada em casa do cidadão Raymundo Moreira da Silva chamou a conciliação a Justiniano e a João Chrisostomo de Campos, mas nada obteve declarando o ultimo nada ter com essa pretensão. (BAT, 1868, f. 2)

Conforme apresentado pelo curador, Raymunda Leocádia já vivia como livre há alguns anos, o que configurava sua condição de liberta. Para responder a essa ação, o juiz municipal João Nepomuceno de Aguillar inquiriu ao réu Justiniano, que morava em Araçuaí, o qual deveria comparecer perante ele próprio nos dias em que houvesse audiência; no caso, nas quartas ou sábados, ao meio dia. A argumentação apresentada pelo curador girava em torno da liberdade conferida por carta solene aos 29 de setembro de 1857, que só foi registrada aos 7 de fevereiro de 1861. Conforme consta nos autos, a liberdade foi conferida mediante o pagamento de 150\$000, efetuado pelo Sr. Antônio da Cruz Silva. Ainda nas alegações em defesa de Raymunda Leocádia, Pedro Fernandes procurou demonstrar a má fé do réu. Segundo o curador, Justiniano pretendia vender Raymunda Leocádia pelo preço de 400\$000 ao senhor João Chrisóstomo e explica: “se a venda fosse leal e a libertanda fosse cativa pela sua saúde e aspecto obteria o preço de 1:500\$000 ou mais” (BAT, 1868, f.7). Contudo, a negociação entre o réu e Chrisóstomo foi desfeita, conforme as informações nos autos do processo. Esses aspectos foram recuperados pelo curador, mas o que ficou sem explicação foi a desistência do processo pela apelante a fim de instaurar uma segunda ação.

Outro aspecto significativo das ações cíveis em Diamantina, que merece destaque, diz respeito aos curadores, advogados e juízes. Mesmo não constituindo o objeto central de estudo desta pesquisa, algumas observações são importantes a partir da relação dos nomes que aparecem nos processos.

TABELA 1: Relação de nomes de escravos/libertos, curadores, advogados e juízes presentes nas ações cíveis

Data ⁷¹	Relação de nomes de escravos e libertos presentes nas ações cíveis de liberdade e escravidão	Curador	Advogado/Procurador ⁷²	Juiz
1850	Amaro cabra (aparece também no documento como pardo)	Luís José Afonso Fernandes	João Batista de Almeida e Silva Barca	João de Figueiredo (substituto); Justiniano Luís de Miranda
1852	Joaquim, Maria, Moisés, crioulos; Vicente cabra e Carolina africana	A petição é assinada por Antônio Augusto de Queiroga	Manoel Ribeiro das Chagas e Joaquim Elias Eliseu Filho	Justiniano Luis de Miranda
1861	Inocência de Souza Lima e Jorge de Souza Lima	Bernardino José de Queiroga	Joaquim Felício dos Santos	Silvério José Lima (juiz substituto)
1861	Josefina parda	Bernardino da Cunha Ferreira	João Batista de Almeida e Silva Barca/ Joaquim Felício dos Santos	João Vieira de Azevedo Coitinho; Antônio Augusto de Oliveira
1861	João e Maria cabra, Francisca e Catharina parda.	João Batista de Almeida e Silva Barca	João Raimundo Mourão	João Vieira de Azevedo Coitinho (3º substituto); Justiniano Luiz de Miranda; Joaquim Felício dos Santos (5º substituto); Antônio Augusto de Oliveira.
1861	Venâncio cabra	João Batista de Almeida e Silva Barca		João Vieira de Azevedo Coitinho (juiz substituto-1861) Bernardino José Pereira de Queiroga (1864)
1862	José Prudente da Silva	Nome ilegível		Antônio Augusto de Oliveira
1868	Honório cabra	Agostinho José Ferreira Andrade		João Nepomuceno de Aguillar (juiz substituto em exercício)
1868	Manoel de Souza Bandeira	Francisco Domingos de Oliveira		João Nepomuceno de Aguillar
1868	Moisés Conengundes de Salomé	Carlos Alves Ferreira Prado	Agostinho José Ferreira de Andrade Júnior	João Nepomuceno de Aguillar
1868	Raimunda Leocádia	Pedro Fernandes Pereira Correia	Agostinho José Ferreira de Andrade Júnior	João Nepomuceno de Aguillar
1869	Antonia Raimunda de Andrade	Joaquim Felício dos Santos (foi apenas indicado)		Francisco Correa Ferreira Rabello

⁷¹ O ano indicado no quadro marca apenas o início do processo.

⁷² Acredita-se que, nos processos em que não há a atuação de advogados em defesa do proprietário, seria provavelmente pelos custos e, mediante a causa, talvez não valesse a pena pagar.

		para ser nomeado)		
1869	Lucinda crioula	Agostinho José Ferreira Andrade	Bernardino da Cunha Ferreira	Manoel Ricardo Pires Camargo (juiz substituto); Francisco Correa Ferreira Rabello(que dá a sentença final)
1869	Ricardo crioulo	Bernardino da Cunha Ferreira	João Raimundo Mourão	Bernardino José Pereira de Queiroga (1869) Francisco Correa Ferreira Rabello (1870) ; José Ferreira de Andrade Brant , primeiro substituo do juiz (1872)
1870	Francisco, Antônio, Cecília, Eva	João Raimundo Mourão		-
1870	Raymunda	-	-	-
1871	Virginia cabra	Bernardino da Cunha Ferreira		Francisco Correa Ferreira Rabello
1871	Thereza e seus filhos Jacinta e Manoel	Joaquim Felício dos Santos	João Evangelista Caldeira	Francisco Correa Ferreira Rabello
1871	José crioulo	Dr. Stochler/		Francisco Correa Ferreira Rabello
1871	Patrício pardo	Agostinho José Ferreira Andrade		Francisco Correa Ferreira Rabello

Fonte: BAT, Ações Cíveis, 1850-1871, Diamantina/MG.

Dentre os juízes que atuaram nos processos analisados, o que se destacou ao dar sentenças favoráveis à causa da liberdade foi Francisco Correa Ferreira Rabello, seguido por João Nepomuceno de Aguillar. O primeiro, com quatro sentenças que davam o parecer favorável à liberdade, uma sentença com parecer favorável à manutenção da escravidão e uma em que ele arbitrava no processo, mas não possui conclusão. Quanto a João Nepomuceno, três sentenças dadas por ele foram favoráveis à liberdade e, em um processo em que ele atuava, a apelante desistiu em prosseguir com a causa.⁷³

As informações constantes da Tabela 1 permitem observar a presença de advogados que, em alguns processos, empenhavam-se na defesa dos cativos, mas por outro lado, em outros processos, não hesitavam em defender o direito de propriedade dos senhores. Entre esses, encontram-se: Agostinho José Ferreira Andrade, Bernardino da Cunha Ferreira, João Batista de Almeida e Silva Barca, João Raimundo Mourão e Joaquim Felício dos Santos. Tal fato corrobora a afirmação de Grinberg (2002), na análise de ações do Tribunal da Relação da Corte. Segundo a autora, os advogados não

⁷³ Esse processo já foi analisado anteriormente.

eram militantes rígidos de uma causa.⁷⁴ Conforme salientado por Mattos (2013, p. 196) a atuação dos personagens que compunham os processos foram importantes, uma vez que “discutem as fronteiras legais entre escravidão e liberdade e, portanto, o arcabouço jurídico que emprestava legitimidade à escravidão, como também as prerrogativas da liberdade”. “Advogados e juízes, por exemplo, interpretaram a lei em meio a injunções políticas e ideológicas que moldaram e influenciaram suas decisões” (PENA, 2001, p. 25). Ao se pensar na atuação dos advogados nos casos em que defendiam os senhores, eles também estariam questionando e comprometendo a própria ordem escravista. Elciene Azevedo (*in* LARA & MENDONÇA, 2006), em seu texto sobre os advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo, destacou a presença de advogados e juízes simpáticos à causa da liberdade no processo de abolição. Segundo a autora:

Ao atuarem em ações cíveis de liberdade impetradas pelos escravos contra seus senhores, esses profissionais ajudaram a desestruturar a política de domínio senhorial, minando as bases da ideologia que sustentavam o cativeiro. Se escravos buscavam alcançar na justiça a efetivação de seus direitos, encontravam muitas vezes nos tribunais o respaldo de homens letrados dispostos a utilizar criativamente seu saber em favor do princípio da liberdade. (AZEVEDO *in* LARA & MENDONÇA, 2006, p. 199)

De acordo com Elciene, as últimas décadas da escravidão em São Paulo contaram com o engajamento político de homens da lei. Azevedo destacou e descreveu a trajetória do escravo Luiz Gonzaga Pinto da Gama, o qual conseguiu a sua liberdade por meio dos dispositivos legais. Luiz Gama foi advogado militante à causa da liberdade, como também se engajou politicamente pela abolição imediata da escravidão.

Como forma de identificar a atuação de curadores em um dos processos de liberdade em Diamantina, segue-se, a título de exemplo, uma ação de protesto feita pelo curador João Raimundo Mourão.⁷⁵ Suas explanações recaem sobre a liberdade de 26 escravos pertencentes ao Comendador Vicente José de Trindade. Era o dia 27 de março de 1871:

Diz o advogado João Raimundo Mourão que poucos dias depois da morte do comendador Vicente José de Trindade seus escravos de mineração procuraram o suplicante em seu escritório e pediram-lhe para propor ação [?] a proclamação de liberdade a seu favor, e justificando o suplicante com audiência da herdeira d'aqule falecido os fatos que constituem o direito à

⁷⁴ Sobre o assunto, ver Grinberg (2002, p. 258).

⁷⁵ BAT, requerimento de protesto por João Raymundo Mourão, 1871, maço 297 – diversos, 1871. Na página 76, a citação do documento será referenciada no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

liberdade dos mesmos escravos, mandou V.S depositá-los e por sua própria deliberação nomeou o suplicante na qualidade d'eles seu curador a lide. Desde então o suplicante não tem poupado esforços, já viajando para informar-se a respeito da questão, e já aplicando-se com toda a atenção sua acanhada inteligência e o estudo especial do direito que regula as questões de liberdade. Também tem o suplicante com inalterável paciência suportado ofensas e injúrias da parte contrária, que senhores tem cobrado nos autos e até tem combatido o natural receio, que deve ter das ameaças, que lhe tem sido feitas pela parte contrária, sem duvida com o fim de desacoroçoar o suplicante parou não prosseguir na defesa da liberdade de seus constituintes, mas suplicante, lembrando-se que está em ilustrada cidade Diamantina, como se diz, país clássico da liberdade e que além d'isso assinava a favor da grande questão do dia – a emancipação – que tem sido promovida por todas as classes da sociedade, com o maior entusiasmo e dedicação, tem continuado com toda a constância a pugnar pelos direitos de seus constituintes, contando com a proteção da lei e com os favores d'esta e tem consciência de haver até aqui cumprido com os seus deveres de advogado e curador, o que felizmente é de notoriedade pública. (BAT, 1871, f.1/ 1v)

O curador João Raimundo Mourão demonstra, em sua argumentação, que se achava inteirado das discussões a respeito da emancipação que já fazia parte do cotidiano do país, incluindo nesse contexto a cidade de Diamantina. Sua explanação levanta questões sobre o direito à liberdade de 26 escravos de mineração, como, também, reclama a não inclusão do mandado de depósito do libertando Antônio cabra, o que possuía ofício de sapateiro, pois havia outro libertando com o mesmo nome. Esse fato teria impedido o prosseguimento do processo nos termos da apelação ou ao menos que tomasse por termo seu agravo. João Raimundo Mourão protesta ainda contra a decisão do juiz de direito da comarca pelo fato de ter sido exonerado do cargo de curador dos libertandos do Comendador Trindade, além de ter sido nomeado um novo curador indicado pela parte contrária. A surpresa de tal fato é exposta pelo advogado, o qual afirma que “fato este é inteiramente virgem neste foro e o suplicante acredita que todos os outros” (BAT, 1871, f. 3), sendo também surpresa para os outros advogados da cidade, afinal, isso ia contra a disposição do Alvará de 16 de janeiro de 1838, o qual trata sobre a suspeição do empregado. Em 28 de março de 1871, porém, seu requerimento foi indeferido.

No caso em tela, as situações expostas não atendem a compreensão do que realmente havia acontecido para que o curador fosse exonerado da causa em que estava atuando, como também permite argumentar o que teria acontecido com aqueles 26 escravos de mineração. Por outro lado, o requerimento de protesto de João Raimundo Mourão expõe a importância da atuação dos curadores nos processos, e como se verá adiante, decisiva para que escravos e libertos conseguissem defender sua liberdade.

3.2.2. Escravos e libertos: em defesa da liberdade

A demanda de escravos e libertos por meio das chamadas ações cíveis de liberdade já são bastante conhecidas e numerosas no território brasileiro desde o final do século XVIII e também no decorrer do século XIX. Assim, ao longo dos séculos de escravidão, vários sujeitos ambicionaram a conquista da manumissão por meio da justiça, como também não foram raros os casos em que visavam comprovar e manter a posse de suas liberdades.

A análise dos processos aqui apresentados, cujo recorte cronológico abrange período não contemplado pelas legislações emancipacionistas de 1871 e 1885, coloca-se diante de um terreno movediço em que se movimentam senhores e escravos. Um terreno em que os limites entre liberdade e escravidão são bastante fluidos, devido, entre outros fatores, à ausência de leis positivas sobre a liberdade. Na falta dessas leis positivas, o Direito Romano e as Ordenações Filipinas, aliados ao Direito Costumeiro, tornaram possível a busca da liberdade. De acordo com Mattos (2011, p. 197), “As Ordenações Filipinas em seu espírito, não são regras gerais a nortear ou regular o funcionamento da sociedade, mas um conjunto de normas que possibilitasse a arbitragem real em prol do bem comum”. Nas Ordenações, a escravidão era tida como contrária ao direito natural, a citar o livro 4, título 11, parágrafo 4, em que se lê: “em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais”, que, por vezes, foi evocada pelos curadores em Diamantina.⁷⁶

É sobre o protagonismo de cativos e libertos em Diamantina por meio de demandas pela liberdade que a presente pesquisa estabelece o diálogo, bem como a compreensão sobre os obstáculos e a precária fronteira que separava a escravidão da liberdade imposta no cotidiano das relações escravistas. Assim, como eram percebidos os privilégios e direitos de liberdade por cativos e libertos em Diamantina? Para essa questão, a percepção dos cativos sobre as possibilidades de trânsito da escravidão à liberdade, bem como de libertos para o retorno a escravidão, foram evidenciadas no cotidiano escravista e reivindicadas por meio das ações de liberdade e de manutenção de liberdade. Serão aqui analisadas situações que contemplam a ação desses personagens,

⁷⁶ Sobre o citado título da Ordenação, ver: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p790.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

bem como o (re)conhecimento de seus direitos à liberdade pela sociedade, pela justiça e pelos próprios cativos e forros.

No dia 9 de novembro de 1862, foi entregue ao juiz municipal e de órfãos de Diamantina, uma petição assinada em nome de José Prudente da Silva, natural da Freguesia de Gouveia, no lugar denominado Paulista.⁷⁷ José Prudente alegava que se encontrava preso e recolhido na cadeia em Diamantina por suporem ser ele escravo, quando era nascido de ventre livre, filho natural de Ignês Pereira, crioula liberta e, como tal, foi sempre reconhecido pelas pessoas do lugar. A petição ainda citava o Alvará de 10 de março de 1682 como referência legal à liberdade do suplicante, como, também, o pedido para serem inquiridas as testemunhas.⁷⁸ O autor pedia, portanto, que lhe fosse restituída a sua liberdade, solicitação que foi deferida pelo juiz. Sob as mesmas alegações expostas por José Prudente, também Venâncio cabra aciona a justiça, em 1861.⁷⁹

Diz Venancio cabra, filho natural de Antonia crioula liberta, que ele quer proclamar sua liberdade acionando a seu suposto senhor Manoel Antônio de Souza Gonçalves... e como não o pode fazer sem assistência de um curador que lhe fale em juízo, requerer de V. S. se digne nomear um Advogado... (BAT, 1861, f. 2)

As alegações de Venâncio cabra também recaem sobre o princípio disposto no Direito Romano de que o parto segue o ventre, princípio segundo o qual a condição legal da criança segue o ventre da mãe. Ressalta-se que tal fundamento visava, originalmente, proteger o direito de propriedade, servindo aos interesses dos senhores de escravos, uma vez que se perpetuava nos filhos da escrava a mesma condição da mãe. Entretanto, tal princípio passou a ser visto como uma brecha legal para as ações de liberdade de escravos, pois permitia, também, a interpretação de que se a mãe era juridicamente livre no momento do parto, tal seria então a condição do filho. No Brasil,

⁷⁷ BAT, Justificante: José Prudente da Silva, 1862, maço 133, cartório do 1º ofício.

⁷⁸ Sobre o Alvará de 10 de março de 1682: “Todos os Negros ou mulatos, que antes de irem por qualquer causa para os Palmares serão livres, por força ou por vontade à minha obediência; e bem assim o serão todos os que descenderem de moradores livres; pela mesma razão serão cativos todos aqueles que o eram antes de irem para os ditos Palmares, como também os filhos e descendentes de mulheres cativas seguindo o parto a condição do ventre”. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/imagens_livros/19_ordenacoes_filipinas/livro_4/1045.jpg>.

Acesso em: 11 jul. 2015.

⁷⁹ BAT, Libelo, Apelante Venâncio cabra com assistência de seu curador João Batista de Almeida, Réu Manoel Antônio de Souza Gonçalves, 1861, maço 113, cartório do 1º ofício. Das páginas 78 a 80, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

esse fundamento seria reconhecidamente legal a partir da Lei do Ventre Livre,⁸⁰ promulgada em 1871, que já foi referenciada neste trabalho.

A ação de Venâncio cabra se respaldava no fato de que ele era filho da liberta Antônia crioula, que havia sido escrava de Manoel Correia de Souza, vulgo Bexiga, morador de Araçuaí. O próprio Manoel, juntamente com Dona Ana das Chagas, sua vizinha, foram os padrinhos de Antônia, que fora batizada como liberta no curato do Araçuaí.

Por a sua mãe ter falecido no momento do parto, a senhora D. Ana levou a criança para sua casa para que uma de suas escravas a amamentasse. Consta nos autos que, falecendo os padrinhos de Antônia, ficou a mesma sob o poder de d. Anna Maria de Sousa, filha e herdeira do senhor Manoel Correia. Segundo a arguição do curador João Batista de Almeida e Silva Barca:

Por que d. Anna Maria de Souza, enviou logo a referida crioula Antonia a dita sua irmã D. Thereza de Campos, que já então morava na Freguesia do Rio Vermelho, para onde ela também se mudou, e residiu no lugar denominado = mundo velho = até o seu falecimento. (BAT, 1861, f. 11)

Dessa forma, ficou a crioula Antônia sob o poder de D. Thereza, período em que ela teve vários filhos e filhas, entre eles, Venâncio cabra, todos batizados como escravos na Freguesia do Rio Vermelho. Segundo a exposição do curador, um dos irmãos de Venâncio, de nome Joaquim, sendo escravo da herança do tenente-coronel João Floriano e casado com uma escrava da mesma herança, reconhecendo que era nascido de ventre livre se despediu de seus senhores, declarando-se livre. Retirou-se da casa levando inclusive sua esposa, alegando os jornais de seu trabalho, pois muito mais teria a merecer mediante o tempo em que foi escravo. Nada fizeram seus pretensos senhores, uma vez que no lugar representavam “as principais autoridades, como juizes de paz, subdelegados de polícia e oficiais superiores de respectivo Batalhão da Guarda Nacional” (BAT, 1861, f. 12v).

A liberdade de Antônia e de seus descendentes era pública tanto em Araçuaí quanto na freguesia do Rio Vermelho. Tal fato, no entanto, foi contradito pelo réu, o qual alegou que a escrava Antônia não havia sido liberta em tempo algum e nem mesmo na pia batismal, tendo sido, inclusive, inventariada e partilhada entre os herdeiros do

⁸⁰ O artigo 1º da referida lei dispõe que “os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data dessa lei serão considerados de condição livre”. Ver: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 2 set. 2015.

finado Manoel Correia de Souza. Manoel Antônio alegava que o escravo Venâncio cabra havia sido dado ainda menino ao comendador Bernardo Ferreira Rabelo. Falecendo o comendador foi seu filho, o tenente-coronel Sebastião João Ferreira Rabelo que lhe vendeu o dito escravo, conforme provava o título de venda.

Não é demais lembrar que o êxito das ações de liberdade dependia da existência de provas e do depoimento de testemunhas. No contexto da precariedade dos sistemas de comunicação da época, a obtenção de provas e testemunhas podia consistir num verdadeiro empecilho para o andamento do processo. Assim, era comum o curador se ver na condição de ser obrigado a pedir uma dilatação do prazo. Segue a solicitação feita pelo curador Silva Barca, representante de Venâncio:

Como se vê dos artigos do libelo e contrariedade, e quota desses fatos relativos a liberdade de meu curatelado se deram a maior parte na Freguesia do Rio Vermelho, por onde mandei um portador exigindo informações, sendo que algumas informações tem de serem prestadas por algumas pessoas existentes na Freguesia de São Sebastião, além da cidade do Serro, e por isso tem demorado o portador pelo qual mandei exigir as ditas informações, e por isso peço reforma do prazo o que espero conseguir *não só pelo privilegio* concedido pela natureza da causa, como lhe concede o alvará de 10 de março de 1682, o que não tenho requerido na atualidade pela ausência do juízo que se acha fora da terra, por tanto protestando pelo direito de meu curatelado, espero que se conceda a reforma do prazo com o que se fará a justiça do costume. (BAT, 1861, f. 67v, grifo meu)

Além do atraso nos processos, causado pelos “embaraços” para se conseguirem provas e testemunhas, a demora poderia ainda ter origem na falta de juízes ou de tabeliões. Na exposição do curador apresentada à justiça, o atraso para a apresentação foi justificado pela ausência ora do juiz, ora do escrivão. Os pedidos de dilação de prazo para a continuidade no processo também foi justificado pelo fato de as testemunhas morarem em lugares distintos: Cocais, São Sebastião dos Correntes, Jacury, Mundo Velho, Rio Vermelho. No caso de Venâncio, no ano de 1864 ainda não havia um parecer à sua causa, o que preferiu fugir a esperar o reconhecimento legal de sua liberdade.

As ações cíveis de liberdade mostraram, por vezes, que cativos se moviam em espaços estreitos, abertos pelas contradições de herdeiros e viúvos(as) que não reconheciam as promessas de liberdade, evocadas em testamentos ou inventários, ou a própria existência de uma carta de alforria. Ademais, mediante as diferentes modalidades de alforria e a imposição de cláusulas para a sua efetivação, como a concessão da liberdade após a morte do senhor, a prestação de serviços ou a companhia

a terceiros configuraram as chamadas alforrias condicionais.⁸¹ Cumprir a condição e não conseguir o seu direito à liberdade foram situações demandadas nos litígios entre libertos condicionais e senhores.

Em 1838, a senhora Maria Feliciano Filgueira dos Santos, moradora no distrito de Gouveia, procurou o padre Luís dos Reis Silva para escrever e assinar as cartas de liberdade de todos os seus escravos. Essas cartas passariam a ter validade após sua morte. Ocorre que a senhora Feliciano faleceu repentinamente e o viúvo, requerendo o inventário, ignorou o desejo da mulher, considerando como cativos aqueles que, por força das cartas de liberdade, deveriam ser libertos. Tal fato levou os escravos Joaquina, Maria e Moisés crioulos, Vicente cabra e Carolina africana, entre outros, a acionarem a justiça, em 1852.⁸² O curador Antônio Augusto Queiroga, expõe:

Ora, é evidente que conforme o direito pátrio e romano estão os suplicantes de posse sua liberdade desde o falecimento de Maria Feliciano... (e) se por que o fato da descrição dos suplicantes, como cativos é uma verdadeira turbação da posse de liberdade dos mesmos e importa até crime de (injúria) da parte do inventariante... (BAT, 1852, f. 2/ 2v)

A fala do curador possibilita identificar uma questão que marcou a experiência da liberdade na sociedade escravista brasileira: o acesso à alforria vinha, muitas vezes, atrelado a riscos para aqueles que ainda precisavam legitimar sua condição de libertos. No processo citado, os escravos pertencentes à D. Maria Feliciano já estariam no estágio de “libertandos” a partir do momento da existência das cartas de liberdade. O depoimento das testemunhas, ao confirmarem a existência dessas cartas, foi determinante para a decisão do juiz. Destaca-se, nesse caso, a declaração do padre Luís, que afirmou ter ele mesmo escrito tais documentos. Entre as testemunhas que viram as cartas, estavam João Nepomuceno de Aguillar e Francisco Felipe Santiago. Em seus depoimentos, elas ainda deixaram claro que havia duas “escravinhas” cujos nomes não constavam nas cartas devido ao fato de terem nascido após a redação delas. Eram elas: Francisca com sete anos e Altina com seis. A sentença foi favorável aos suplicantes,

⁸¹ Com relação à alforria condicional, “os romanos denominava *statuliberi*, aqueles que, sendo de feito livres, dependiam de que se realizasse a condição ou chegasse o dia designado para que o fossem de direito” (MALHEIRO, 1976, p. 114). Perdigão ainda explica sobre o termo *statuliberi*: “A própria expressão *statuliberi* não se encontra em lei alguma nossa, antiga ou moderna; apenas a Ord. Liv. 4º tit. 63 fala em alforria condicional” (MALHEIRO, 1976, p. 114-115).

⁸² BAT, Joaquina e Maria crioulas, Moisés crioulo, Vicente cabra, Carolina africana e outros, Réu: João José Farnese da Paixão, 1852, maço 126, cartório do 1º ofício. Das páginas 81 a 82, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

sendo deferida, no dia 19 de fevereiro de 1852, pelo juiz Justiniano Luís de Miranda. Entretanto, uma petição de embargo foi apresentada por João José Farnese, ao declarar que estava sendo prejudicado com a concessão das cartas de liberdade, uma vez que possuía “incontestável direito a (meação) do casal” (BAT, 1852, f. 8). O documento analisado não revela se o processo foi enviado para o juiz de direito da comarca, constando dos autos apenas a nomeação dos procuradores Manoel Ribeiro das Chagas e Joaquim Elias Eliseu Filho, que representariam João José Farnese.

Dessa forma, situações em que a alforria só teria validade após a morte do senhor eram comuns e colocavam os cativos na desconfortável e incômoda situação de não saberem quando a liberdade viria de fato, sem contar a ameaça que pairava sobre eles a respeito de uma possível revogação. Acrescente-se a isso a possibilidade de os herdeiros ignorarem as cartas de liberdade, como na ação aqui explanada.

Em outra ação de liberdade, impetrada por Manoel de Sousa Bandeira, em 1868, Manoel, ainda menor de idade, foi comprado por João Teixeira, “que o teve em sua companhia com muito carinho, amizade até morrer” (BAT, 1868, f. 2).⁸³ O senhor João Teixeira, sofrendo de grave enfermidade em Currálinho, mudou-se para Diamantina a fim de fazer tratamento. Contudo, já sabendo da gravidade de sua doença João Teixeira chamou seu irmão e herdeiro, Francisco Teixeira de Sousa, juntamente com outras pessoas. Em sua declaração ao irmão “ordenava que por morte dele (Francisco) deixava livre o escravo Manoel, e que ele (João) não o fazia então por ver que o escravo ainda era criança e precisava de governo, criação, e educação” (BAT, 1868, f. 2). Conforme consta no processo, após o falecimento de João Teixeira, o escravo Manoel passou a viver na companhia de Francisco Teixeira, que sempre declarava a condição de liberdade dele, sendo essa declaração “pública e notória no Currálinho, entre todo o povo e entre a família de Francisco de Souza Bandeira”. Anos depois, Francisco faleceu e sua viúva Raimunda Baracho de Aguiar não concedeu a liberdade ao escravo, o que o fez acionar a justiça. Dando prosseguimento aos trâmites do processo, João Teixeira de Sousa, sobrinho herdeiro de Francisco de Sousa Bandeira, apresentou-se por vontade própria e confirmou o direito à liberdade de Manuel cabra, uma vez que “as alegações dos itens do ex-escravo Manuel é mesmo que verdadeira” (BAT, 1868, f. 6). Ao todo, foram inquiridas seis testemunhas, todas elas moradoras no Currálinho, as quais deram

⁸³ BAT, Justificante Manoel de Sousa Bandeira, Justificada Raimunda (viúva de Francisco de Sousa), 1868, maço 120, cartório do 1º ofício. Na página 82, a citação do documento será referenciada no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

razão ao “liberto” Manoel. Contudo, o que mais chamou atenção no processo foi o fato de a própria viúva Raimunda ter reconhecido o direito do suplicante à liberdade, declarando que nenhuma oposição fazia em relação a isso. Fato é que a ré acabou pedindo a extinção do processo e solicitando que fosse isenta de pagar os custos dele. Segundo o curador, foi sabendo do sagrado direito do suplicante que a senhora Raimunda desistiu da demanda. Ele pede ainda que fosse entregue uma certidão da sentença para salvaguarda do liberto, uma vez que a decisão do juiz deu parecer favorável a Manoel em 7 de abril de 1868.

Como no caso anterior, essa é uma ação de liberdade que tem origem no descumprimento da última vontade do senhor em libertar seus escravos. Cabe questionar, entretanto, até que ponto o ato de conferir a liberdade após a morte simbolizaria essa última vontade. Em situações assim, as cartas de alforria podiam sinalizar uma outra questão: serem vistas como instrumento de controle e dominação, tendo por objetivo moldar o comportamento do escravo, pacificar as difíceis relações entre eles e seus senhores, ou melhor, torná-los libertos dependentes. Nessa perspectiva, as cartas de alforrias podem ser consideradas, ao mesmo tempo, como mecanismos de liberdade e de dominação. Por outro lado, não descrevem as situações engendradas pelos cativos para consegui-las. Segundo Gonçalves (2011, p. 239), “não são raras as cartas que estipulam, durante o Oitocentos, como condição para a alforria, a obrigação do escravo de garantir a realização de missas por intenção da alma do senhor”. Segundo a autora, tais exigências, em geral, estavam previstas em testamentos. Ela cita o exemplo do escravo Joaquim, manumitido aos sete anos e que deveria, além de cumprir a obrigação de acompanhar a sua senhora até a morte, “mandar dizer trinta missas, quinze por minha alma e outras quinze por alma de meus pais e parentes, e dispor do meu enterro cumprindo os dispostos, e então gozará de sua liberdade” (GONÇALVES, 2011, p. 240).

Assim, as alforrias sob condição, apresentavam exigências singulares como as citadas acima. Não menos complicado teria sido a situação dos escravos de D. Ana Joaquina Guedes dos Santos. Na petição do curador João Raimundo Mourão, em 28 de março de 1870, pedia a verificação do livro de registro de testamentos ao tabelião do Serro e que certificasse quais os escravos haviam sido libertos por ela.⁸⁴ A redação do testamento era de 1858 e conferiu-se que os escravos Antônio e Francisco africanos,

⁸⁴ BAT, requerimento, apelante João Raimundo Mourão, 1870, maço 122, cartório do 1º ofício.

Cecília cabra e Eva crioula só teriam o título de liberdade após a morte da testadora e trabalhassem quatro anos em benefício da construção da capela Nossa Senhora do Rosário do Arraial de São Gonçalo. Findos os quatro anos, o testamenteiro lhes passaria o título de liberdade, o que não ocorreu. Os escravos certamente já haviam cumprido a condição imposta pela proprietária D. Ana, uma vez que a redação do testamento era de 1858. O documento possui apenas a petição inicial, sendo assim, impossível conhecer o desfecho desse processo.

O descumprimento da liberdade prometida em testamento teve lugar também para a ação movida por José crioulo em 1871, liberto por Antônio Luiz Alves Arruda, morador no município do Serro.⁸⁵ José crioulo se encontrava como escravo alugado na lavra de Francisco Leite Vidigal, no lugar chamado Canteiras. Na fala de Dario Clementino da Silva (quem assina a petição), o dito José crioulo já era livre desde o dia 27 de setembro de 1851, uma vez que por direito deveria “merecer toda a proteção da justiça e de gozar dos favores que as causas da liberdade têm sempre contra a escravidão como a expressa na Ord. do Livro 4º, título 11...” (BAT, 1871, f. 3). A sentença foi, assim, favorável à liberdade.

Outra situação em que expõe a posse coletiva de herdeiros é sobre o escravo Amaro pardo, que, em 1850, moveu uma ação de liberdade.⁸⁶ Amaro morava na fazenda do Brejo da Aldeia, distrito de Curimatháí, e era escravo de herança materna legada aos filhos Francisco Pereira Coelho, Mariana Barbosa Pontes, Antônia Barbosa Pontes, Anna Rodrigues da Silva e Florência Maria de Jesus. Dentre os herdeiros citados, apenas Florência Maria de Jesus ainda não havia concedido a liberdade ao escravo. Situações como a do escravo Amaro exemplificam os casos dos chamados meio-libertos, conforme também foi evidenciado nos estudos de Jesus (2007) e Gonçalves (2011). Segundo Gonçalves, o termo meio-liberto foi utilizado em Portugal como forma de designar e tratar o cativo mouro ou africano. Esse termo não aparece nos documentos aqui analisados, mas remete-se às situações em que escravos de herança possuíam parte de sua liberdade.

Segundo exposição do curador, Luís Afonso Fernandes, a senhora Florência era a última possuidora do referido escravo, conquanto fosse indenizada pela parte que sobre ele tinha, depois de feita a avaliação do escravo. Contudo, a alforria concedida por

⁸⁵ BAT, José crioulo, 1871, maço 122, cartório do 1º ofício.

⁸⁶ BAT, libelo, apelante Amaro com assistência de seu curador Luiz José Afonso, 1850 maço 112, cartório do 1º ofício.

apenas um dos condôminos era permitida por lei. Segundo Malheiro (1976, p. 97), “quando conferida a alforria por um condômino; os outros podiam por ser constrangidos a respeitá-la, mediante indenização das suas cotas”. Possivelmente, essa deveria ser a explicação para que Amaro pardo acionasse a justiça para conquistar o seu direito, no entanto, o processo encontra-se incompleto.⁸⁷

A partir do conjunto de demandas de libertos em reivindicar a liberdade, analisa-se, agora, as chamadas ações de manutenção de liberdade, em que as discussões partem da passagem da liberdade para a escravidão, ao contrário das ações de liberdade que marcam a passagem da escravidão para a liberdade.⁸⁸ Segue-se um trecho de uma ação de manutenção de liberdade, iniciada em Diamantina em 1861. A petição abaixo é de Inocência e Jorge.⁸⁹

Dizem Inocência de Souza Lima e Jorge de Souza Lima escravos que foram do Coronel Joaquim Jorge de Souza Lima, o qual lhes passou cartas de liberdade, de que a muito gozam os suplicantes apesar de se terem desencaminhado as referidas cartas, entretanto consta agora os suplicantes que eles são ameaçados de serem apreendidos como escravos e entregues ao Tenente Coronel Joaquim de Meneses, procurador do Tenente Coronel Delfim de Souza Lima, testamenteiro do supradito Coronel Lima e querendo os suplicantes evitar qualquer surpresa e violência pretendem provar com citação do referido procurador Meneses... (BAT, 1861, f. 2)

Inocência de Souza Lima e Jorge de Souza Lima haviam sido libertos há anos por Joaquim José de Souza Lima, o qual lhes havia passado cartas de liberdade com a condição de estes lhe prestarem serviços durante a sua vida. Segundo o que consta nos autos, o senhor Joaquim, ao se referir aos escravos na carta de liberdade, expressou-se “aqui estão cidadãos brasileiros” (BAT, 1861, f.2), o que sinalizava o novo *status* evocado pela Constituição de 1824 aos egressos da escravidão. Contudo, o foco do litígio em questão compreendia a ameaça de serem apreendidos como escravos, uma vez que já viviam como livres. Dentre as testemunhas inquiridas no processo, destacou-se o testemunho do advogado João Batista de Almeida e Silva Barca (já conhecido neste texto), natural da cidade do Serro, idade de cinquenta e oito anos, casado e morador em

⁸⁷ Amaro pardo aparece também na documentação como Amaro cabra.

⁸⁸ Segundo Lenine Nequete (1988, p. 263), a legislação que fundamentava tanto as ações de escravidão quanto as ações de manutenção de liberdade era o alvará de 10 de março de 1682, que estabelecia que todos aqueles que eram escravos antes de irem para o quilombo deveriam voltar caso os senhores reclamassem no período de cinco anos.

⁸⁹ BAT, Justificação, Justificante: Inocência de Souza Lima e Jorge de Souza Lima, Justificado: Delfim de Souza Lima, 1861, maço 119, cartório do 1º ofício. Na página 85, a citação do documento será referenciada no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

Diamantina. Segundo ele, entre os anos de 1847 ou 1848, o senhor Joaquim José de Souza Lima havia passado as cartas de liberdade aos justificantes, na qual impunha a condição já apresentada acima. Afirmou ainda a testemunha que muitas pessoas de fato sabiam sobre a existência das referidas cartas.

A presente ação deixa claro que, na ausência de provas concretas, a sentença proferida pelo juiz se consubstanciou a partir do depoimento de testemunhas. A sentença foi favorável aos justificantes em 3 de julho 1861. Tal fato reforça a importância das relações estabelecidas entre cativos, libertos e homens livres que foram sendo consolidadas no meio em que viviam ao longo do tempo. Assim é que muitos escravos e libertos lograram êxito em suas ações, as quais foram sustentadas apenas por meio do testemunho daqueles que eram chamados a depor sobre o caso.⁹⁰

No processo de Josefina parda, com assistência de seu curador Bernardino da Cunha Ferreira, em 1861, exemplifica outra situação de manutenção de liberdade.⁹¹ Josefina parda era menor e pertencia a Joaquim Elias Eliseu e à sua mulher, D. Constância, os quais sempre manifestaram o desejo de libertar não somente Josefina, como também o seu irmão, Henrique. Assim, em função do falecimento de ambos os proprietários, os herdeiros Caciano Cândido Azevedo Bello e seu irmão Joaquim Elias concordaram com a concessão da liberdade aos irmãos, ficando Caciano encarregado de libertar a escrava Josefina e Joaquim, de fazer a mesma coisa em relação a Henrique; encarregando-se um ou outro de lançá-los no livro de notas.

Conforme já se disse anteriormente, era de grande importância os registros das cartas de alforria, o que constituía uma garantia jurídica acerca de um documento expedido em âmbito privado. A ausência desse registro foi, certamente, o que comprometeu a liberdade da menor Josefina. Tendo sido Joaquim nomeado Tabelião da Vila de Curvelo, este entregou a carta de liberdade de Henrique a Caciano que, em seguida, registrou-a, não fazendo a mesma coisa com relação à carta de Josefina. Caciano estava muito doente quando, na presença de algumas testemunhas, inclusive de sua mulher D. Luísa Cândida e do confessor reverendo vigário João de Castro Bacellar, declarou “que havia num momento de raiva rasgado a carta da menor Josefina, mas que declarava-a liberta para descarga de sua consciência, pois era a menor livre” (BAT,

⁹⁰ No anexo 1 consta a relação de nomes das testemunhas que compunham os processos de liberdade arrolados entre 1850-1871.

⁹¹ BAT, Proclamação de liberdade. Apelante Josefina parda com assistência de seu curador Bernardino da Cunha Ferreira, Ré: Dona Luisa Candida Augusta de Aguilar, 1861, maço 122, cartório do 1º ofício. Das páginas 86 a 87, as citações dos documentos serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

1861, f. 3). Assim, sem o documento que comprovasse sua liberdade, e falecendo Caciano Cândido, Josefina foi indevidamente inventariada como escrava pela própria viúva de Caciano. Nos questionamentos do advogado da ré, Joaquim Felício dos Santos, suas indagações recaíam sobre a ambiguidade da questão: a justificante já vivia como livre ou se a liberdade seria concedida somente após a morte de Caciano? Segundo o relato da testemunha, tenente Joaquim Cassemiro Lages, a menor Josefina vivia como livre “pois as vezes que a justificante saía com a família de Caciano ia em companhia de suas filhas e não atrás como é costume neste país” (BAT, 1861, f. 10v/11). Tal afirmativa leva a constatar a forma como era tratada a dita Josefina, porém, ela era reconhecidamente livre, contudo, continuou vivendo em companhia da viúva de Caciano, após a morte deste. A sentença foi favorável à liberdade de Josefina, apesar de o processo ter se delongado por vários anos, pois somente em 15 de março de 1863 foi promulgada a decisão do juiz.

O caso de Josefina ilustra o reconhecimento social que a identificava como livre, caso semelhante ao que aconteceu com Moisés Conegundes de Salomé, conforme no processo que se segue, sendo ré a senhora Maria Umbelina d’Assunção que “tenta perturbar a posse da liberdade do suplicante”.⁹² Em 1857, D. Anna Maria de Salomé chamou Floriano Pinto de Guimarães para que redigisse um documento em que afirmava ser proprietária de três escravos. Eram eles: Moisés Conegundes de Salomé, Arao e Fellipe, estes dois últimos filhos da sua escrava Eva. Segundo o documento, D. Anna declarava que os dois primeiros, após sua morte, ficariam forros sob uma condição: servirem suas irmãs D. Francisca de Jesus Janoaria e D. Maria Umbelina da Assunção, enquanto vida elas tivessem. Com relação ao escravo Fellipe, a condição de liberdade era que ele se responsabilizasse pelas despesas do funeral da dita proprietária. Entretanto, segundo o senhor Floriano Pinto, redator do documento e testemunha no processo, D. Anna, já possuindo valor suficiente para custear as despesas de seu funeral, acabou por desistir da exigência em relação ao escravo Fellipe, conforme consta nos autos, por possuir “quantia superior a quinhentos mil reis e falaria com sua irmã Francisca para libertar a Felipe” (BAT, 1868, f. 8).

Segundo os autos, desde 27 de junho de 1857, estava Moisés de posse e uso de sua liberdade. Como prova, apresentava um comprovante de matrícula assinado por

⁹² BAT, Requerimento, apelante: Moisés Conegundes de Salomé, ré: Maria Umbelina d’Assunção, 1868, maço 122, cartório do 1º ofício, f. 2. Das páginas 87 a 88, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

Luciano Maria de Meneses e Araújo, professor aposentando da escola pública de instrução da cidade Diamantina:⁹³

Atesto que revendo o Livro das matriculas dos alunos da referida escola, as folhas 32 foi matriculado o aluno Moisés Conegundes de Salomé a 27 de junho de 1857, apresentado como liberto por Francisca de Jesus Janoaria e como tal ali sempre tido... (BAT, 1868, f. 3)

Soma-se a essa prova o depoimento da testemunha Floriano Pinto. Quando perguntado pelo advogado da ré, Agostinho José Ferreira de Andrade Junior, se Francisca havia matriculado a Moisés com ordem de D. Maria, este respondeu que sim. E perguntado se, em função da morte de D. Francisca, não ficou Moisés na posse do cativeiro de D. Maria, a testemunha afirmou que Moisés Conegundes ficava com D. Maria como forro. Prova disso é que lá “não comia, nem dormia em casa de D. Maria, e sim em casa de sua mãe” (BAT, 1868, f. 8). Na tentativa de deixar claro que Moisés não era livre, a ré afirmou que o suplicado frequentava a escola quando menino, sendo esse o motivo pelo qual não lhe prestava serviços. Porém, logo que o escravo teve condições, ela constantemente o alugava a diversas pessoas, “e apenas havia interrupção quando o suplicado evadia-se, mas nunca gozou de sua liberdade...” (BAT, 1868, f. 13v). O juiz municipal substituto, João Nepomuceno de Aguillar não aceitou as alegações da ré. Em 24 de fevereiro de 1868, a sentença foi proferida à causa da manutenção da liberdade de Moisés.

As ações de manutenção de liberdade, tanto de Josefina, dos irmãos Inocêncio e Jorge quanto de Moisés, comprovam que muitos libertos, no mais das vezes, estavam sob a constante ameaça de reescravidão. Apesar da existência do Código Criminal de 1830, que, em seu artigo 179, proibia “reduzir à escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade”,⁹⁴ essa infração da lei era bastante comum por parte dos senhores, ou mesmo de herdeiros. Assim, comprovar a liberdade conquistada, demonstrou também a inconstância com que os autores dessas ações viviam, uma vez que, o próprio medo de serem apreendidos como escravos rondava os espaços daqueles que já eram livres.

O cotidiano escravista permitia também possibilidades de negociações entre senhor e escravo para a compra de alforria. O processo que se segue agora é de Lucinda

⁹³ Sobre a presença de negros nas escolas mineiras e uma análise crítica em relação à historiografia educacional, ver Fonseca (2007).

⁹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 14 jul. 2015.

crioula, iniciado no ano de 1869.⁹⁵ Lucinda morava na Tábua⁹⁶ e, “temendo ser violentada em sua liberdade” (BAT, 1869, f.11) por um herdeiro de sua senhora, ela recorre à justiça, sendo representada pelos advogados Antônio (Hellyo) de Paula e, no final do processo, por Agostinho José Ferreira Andrada.

O caso de Lucinda exemplifica as possibilidades existentes de um escravo conseguir comprar a sua alforria mesmo antes de tal situação ter sido legalizada, o que só aconteceu em 1871, conforme já se mencionou nesta pesquisa. A ação impetrada por Lucinda sinaliza uma questão importante acerca da percepção da escrava para conseguir a liberdade: a negociação, a intensa movimentação da escrava no sentido de conseguir a tão almejada carta de alforria: “pedindo esmolas” para conseguir o pecúlio. Segundo a exposição do curador, foi concedida a licença pela senhora D. Joaquina de Souza Gomes para a escrava “tirar esmolas para sua liberdade” pela quantia de 1:000\$000 (BAT, 1869, f.2). Nos dizeres do documento, “a suplicante tirou com efeito diversas parcelas dadas por pessoas importantes, conseguindo a quantia de 23\$200...” (BAT, 1869, f.2). Porém, em documento assinado por D. Joaquina e anexado ao processo, o valor pela liberdade de Lucinda crioula seria de seiscentos mil réis. No caso em tela, os documentos atestam que a antiga senhora de Lucinda, tendo resolvido lhe dar a liberdade sem nenhum ônus, passou-lhe a carta de alforria, fato que foi presenciado e assinado por testemunhas, entre as quais estava, inclusive, o advogado Antônio (Hellyo) de Paula. D. Joaquina desistiu da alforria onerosa, e, segundo consta dos autos, ela afirmava que Lucinda crioula era forra e não tinha que servir a ninguém a não ser a ela mesma “pela estimação que tinha a ela” (BAT, 1869, f. 2) não sendo sua obrigação servir a herdeiros.

Os trâmites da ação de Lucinda prosseguem, sendo defendido pelo curador que sua constituinte não poderia ser depositada, pois era “reconhecida livre e senhora de si” (BAT, 1869, f. 14v). Em seguida, foram inquiridas as testemunhas cujos depoimentos foram acatados pelo juiz. A sentença favorável à liberdade de Lucinda é proferida então, no dia 7 de julho de 1870, pelo juiz Francisco Correa Ferreira Rabello. Contudo, tal sentença é contestada por um herdeiro, Camilo Ferreira de Azevedo. É representado pelo advogado Bernardino da Cunha, que apresenta ao Juiz Municipal e da Provedoria uma petição na qual solicita que o 1º tabelião reveja o inventário de sua finada tia

⁹⁵ BAT, justificante Lucinda Maria de Souza, 1869, maço 120, cartório do 1º ofício. Das páginas 89 a 90, as citações do documento serão referenciadas no corpo do texto, constando a localização da fonte, o ano em que se iniciou a ação e a folha do documento.

⁹⁶ Hoje, município de Joaquim Felício.

Joaquina e confirme se o suplicante havia sido considerado por esse Juízo inventariante como parte dos bens da senhora Joaquina. Segundo o advogado Bernardino Cunha, o que o herdeiro de D. Joaquina pretendia era questionar o pagamento não efetuado por Lucinda conforme o valor constante da carta estipulada pela sua senhora. Segundo o advogado do autor, “quando o escravo resgata sua liberdade por si com dinheiro próprio ou não, sendo de favor que ainda quando não pudesse pagar tudo com dinheiro era admitido a pagar com seus serviços” (BAT, 1869, f. 30v). Percebe-se, aqui, a leitura jurídica do advogado acerca das questões que envolviam o direito e a liberdade, baseada no jurista Perdigão Malheiro. Porém, na continuidade da fala dele fica explícito o reconhecimento da liberdade de Lucinda: “O herdeiro pede que a liberta deposite o restante de sua liberdade 570\$000 ou pague esta quantia em serviço depois de avaliada” (BAT, 1869, p. 30v). A palavra ‘liberta’ é o que mais chama atenção aqui e faz com que a exposição do advogado perca a força de argumento, uma vez que ele próprio reconhece que Lucinda já vivia na condição de livre e era reconhecida como tal. O curador, Agostinho José Ferreira Andrada, contesta as alegações do advogado e afirma que sua justificante fora declarada livre por sentença de 7 de julho de 1870. Em relação ao advogado Bernardino da Cunha, ele incita:

O advogado do constituinte teve completa ciência da sentença, nada opôs, conveio, consentiu e nem era possível que um cidadão tão distinto, tão amante da liberdade e digno secretário da Sociedade Patrocínio de N. S. das Mercês se opusesse a tão justa decisão, fundada nos depoimentos contestes de duas testemunhas que segundo o Direito fazem plena prova. (BAT, 1869, f. 34)

Nessa fala do curador fica evidente a contradição do advogado Bernardino. Mesmo possuindo uma orientação vinculada à causa da liberdade, uma vez que fazia parte de uma “Sociedade Emancipadora” em Diamantina, ele aparece defendendo ora senhores, ora escravos nos documentos, o que confirma que os curadores não eram defensores de uma “causa” apenas, assunto já tratado anteriormente neste texto. Pode-se aventar aqui a possibilidade de os curadores, muitas vezes, colocarem seus interesses profissionais acima de suas ideologias políticas. Na presente ação, o advogado Bernardino não contradiz as afirmações do curador Agostinho e o juiz, no dia 5 de setembro de 1871, profere a sentença confirmando a manutenção da liberdade de Lucinda. Desse modo, pode-se afirmar que as ações de liberdade apresentadas neste capítulo demonstram que em Diamantina, a exemplo do que se viu no restante do país, escravos, libertos, senhores, advogados, e, por que não dizer, o próprio regime

escravista, enfrentavam-se no campo jurídico. Ademais, é possível dizer que a ocorrência desses processos cíveis permite pensar que cativos e libertos certamente tinham consciência de suas chances em conseguir a causa favorável à liberdade, pois, de outra forma, não haveria uma demanda de ações, como vários estudos vêm atentando demonstrar. Visto assim, o próprio efeito desses processos, mediante a repercussão das sentenças entre os escravos, libertos, advogados, juízes e testemunhas, propagaram-se não somente nas áreas urbanas, como, também, encontraram, em fazendas e nas lavras, sujeitos que absorveram esse ideal.

Para o presente estudo, não se corrobora a ideia de que a concessão da liberdade fosse evidenciada apenas pela ótica senhorial. É importante também pensar nas próprias ações e atitudes de escravos para conquistar a liberdade. Escravos negociaram, exigiram, buscaram e se condicionaram às situações impostas por seus senhores. Contudo, o dito privilégio de liberdade não foi para todos os escravos em Diamantina: somente alguns cativos tiveram suas liberdades por meio das cartas de liberdade registradas ou não em cartórios, por meio de testamentos, inventários ou por meio do ato batismal. Mas as situações evidenciaram as percepções de escravos e libertos quando subtraídos de seus privilégios e direitos, ao procurarem os meios legais para o reconhecimento da sua liberdade.

Destarte, para esta análise, o período anterior à promulgação da lei de 1871 resguardou situações cotidianas que ora demarcaram acordos, negociações, comportamentos, solidariedades. Ademais, quantos João, José, Maria e outros não procuraram a justiça, reconhecendo-se, entretanto, que apenas uma minoria teve acesso a esse dispositivo? Certamente, o contato com o mundo dos livres possibilitou aos cativos serem defendidos e amparados pelo direito, afinal, de fato, não estavam sozinhos. O que confirma, dessa forma, o reconhecimento social dos direitos de escravos e libertos mediados pelas relações cotidianas. Enfim, entre os caminhos e descaminhos é que foi sendo defendida pelos autores das ações a tão almejada liberdade por meio do aparato jurídico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação dos resultados da pesquisa arrolados na presente dissertação amplia os debates que contemplam a escravidão sob uma nova perspectiva, valorizando as experiências do escravo e suas ações de resistência contra o sistema escravista. Prova disso foram os indivíduos conhecidos nesta pesquisa: Honório cabra, Virgínia cabra, Lucinda crioula, Moisés Conegundes, Patrício pardo, Raimunda Leocádia, dentre outros que mostraram que não foram escravos ou ex-escravos resignados, mas personagens ativos de sua própria história e que acionaram a justiça para defenderem a sua liberdade. Por outro lado, as histórias e situações envolvendo alforrias, protagonizadas por sujeitos que tinham a percepção de seus direitos, reafirmavam uma escravidão elástica, mediante as possibilidades existentes para se conseguir a liberdade. “Conquistada ou recebida, a alforria como prática e costume social corrente estava no horizonte tanto de escravos quanto de senhores (SALLES, 2008, p. 287). Nessa perspectiva, as concessões senhoriais de manumissões e as conquistas escravas configuraram, grosso modo, a experiência da escravidão e da liberdade.

As principais formas de obtenção de alforrias eram por meio da carta de alforria, por meio de testamento ou de inventário ou por meio dos atos batismais. A concessão de manumissões, para o período proposto, operava no âmbito das relações privadas, uma vez que não havia normas que gerissem os assuntos relacionados às manumissões, o que possibilitou a existência de uma diversidade de peculiaridades registradas no ato de alforriar. As situações apresentadas no decorrer do texto demonstraram que, muito além das reais condições impostas no âmbito das relações privadas, a liberdade era algo desejado e para conquistá-la, o cativo poderia se sujeitar a condições determinadas pelo seu senhor. Conforme dados constantes na pesquisa de Oliveira (2011), as alforrias condicionais se sobressaíram com relação às alforrias incondicionais ou onerosas no período compreendido nas décadas de 1860 a 1880. Assim, era comum que escravos fossem libertados sob condições, principalmente descritas em testamentos, o que, por sua vez, resultou em querelas jurídicas mediante situações em que cativos alegavam ter cumprido a condição imposta para conseguir a liberdade. Nesses casos, e conforme foi discutido, a questão era comprovar a alforria conquistada, demonstrando a precariedade e os obstáculos existentes em torno da busca pela liberdade. E assim, o caminho escolhido pelos escravos libertos era reunir provas e testemunhas para se confirmar que a alforria já havia sido alcançada.

Situações semelhantes também eram demandadas por aqueles que já viviam como livres e eram ameaçados a voltar ao cativeiro. Nesses casos, tratava-se de manutenção da liberdade, quando os libertos buscavam manter, pelo meio legal, a sua liberdade. Essas situações configuravam as chamadas práticas de reescravização, também evidenciadas nas ações impetradas por senhores, as chamadas ações de escravidão, que tinham como pretensão questionar a legitimidade do status jurídico do escravo, que vivia indevidamente como livre. Sobre os senhores que acionavam a justiça para requerer a posse de algum escravo, acredita-se que tais proprietários eram senhores de pouca posse, uma vez que se subordinavam a esperar pela efetivação dos processos, que poderiam durar muitos anos. Outras situações evidenciaram os argumentos apresentados nas ações cíveis de liberdade em Diamantina, como a existência de uma carta de liberdade que não foi entregue por um herdeiro ou viúvo(a), situações em que o escravo argumentava ter conseguido a liberdade incondicional, a alegação de ser descendente de uma mulher livre, no questionamento sobre a liberdade mediante doação no ato do batismo e casos em que o escravo de herança não consegue a alforria dentre todos os herdeiros e propõe comprar a parte que falta.

As ações cíveis foram importantes recursos utilizados tanto por cativos e forros quanto por senhores. Para a presente pesquisa, a temática central foi a liberdade. Dessa forma, trajetórias de vida foram reconstituídas (mesmo que parcialmente), mediante a apresentação de situações peculiares, evidenciando a participação de homens e mulheres que buscaram a justiça para conseguir, comprovar ou manter suas liberdades a partir de situações que envolviam questionamentos, acordos e negociações e que acabaram se tornando conflitos entre senhores, escravos e forros. Demonstrou-se assim que esses sujeitos que almejavam a liberdade a buscaram dentro de um campo de possibilidades existentes na própria instituição da escravidão, no caso, a justiça.

As questões jurídicas apresentavam, assim, situações específicas das relações entre escravos e senhores, mediante ruptura de acordos ou mesmo de direitos costumeiros e também pela utilização de leis civis, a maior parte herdada das ordenações portuguesas e do direito romano. Conforme evocado por alguns curadores em Diamantina, ao citar as ordenações, em seu livro 4, título 11, parágrafo 4, no qual se lê: “em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais”. Com relação aos curadores e aos advogados atuantes nos processos, observou-se a presença de advogados que, em alguns processos, empenhavam-se na defesa dos cativos, mas, em outros, não hesitaram em defender o direito de propriedade dos senhores, o que

demonstrava que não eram militantes rígidos de uma causa. Quem eram esses indivíduos? Levando em conta o período proposto nesta pesquisa, é possível também indagar sobre a atuação desses personagens após a promulgação da legislação emancipacionista de 1871. Alguns estudos sobre a escravidão no Brasil apontam para a participação de advogados e também juízes favoráveis ao princípio da liberdade. Para esse tema, com enfoque a cidade de Diamantina, ainda faltam pesquisas, pois são necessários estudos que visem conhecer esses indivíduos, suas aspirações e seus ideais para assim entender se estavam a favor ou não da defesa da liberdade.

Outro ponto a ser destacado é a ideia do direito do escravo e do liberto (re) conhecida por outros setores da sociedade. É importante ressaltar que, mesmo que a alforria fosse um instrumento legitimado pelo consentimento do proprietário, as ações, atitudes e percepções de escravos sobre a liberdade se tornaram o foco de suas lutas cotidianas, encontrando, inclusive, o apoio de homens livres. Nesse aspecto, o acesso ao mundo dos livres foi importante para aqueles que procuraram a justiça para demandar uma ação em prol da liberdade. Nos processos aqui analisados, constatou-se que o próprio acesso às pessoas que redigiram a petição, que poderia ser o próprio curador, foi determinante com relação ao acesso à justiça. Pode-se concluir a mesma coisa com relação às testemunhas que relatavam e defendiam os autores dos processos. Tais situações confirmam a importância das relações tecidas e consolidadas no cotidiano escravista entre cativos, forros e homens livres, uma vez que o depoimento de testemunhas foi decisivo em vários casos para a sentença dos juízes.

Ademais, as alegações de curadores, advogados e os relatos das testemunhas, revelaram, por sua vez, aspectos das relações cotidianas de escravos com seus senhores. É possível identificar, a partir da leitura dos processos, as proximidades existentes entre senhor e escravo e as formas de concessões de alforrias. Contudo, as possibilidades de negociações, acordos e condições existentes em torno das manumissões demarcaram as contradições de um sistema que legitimava a escravidão, que passou a ser questionado por cativos e forros quando seus direitos não foram cumpridos ou não foram reconhecidos.

Pode-se dizer que a ocorrência desses processos cíveis permite pensar que cativos e libertos certamente tinham consciência de suas chances em conseguir a causa favorável à liberdade, pois, de outra forma, não haveria uma demanda de ações reivindicando a manumissão, como vários estudos vêm buscando demonstrar. Visto assim, o próprio efeito desses processos mediante a repercussão das sentenças entre os

escravos, os libertos, os advogados, os juízes e as testemunhas propagaram-se não somente nas áreas urbanas, como também encontraram em fazendas e lavras sujeitos que absorveram esse ideal e ganharam novos espaços. Conforme referenciado no texto, a atuação da igreja em Diamantina sobre a questão abolicionista com a criação da Sociedade Patrocínio Nossa Senhora das Mercês (SPNSM), em 1870, e das publicações de jornais que abordavam a defesa à liberdade, a citar *O Jequitinhonha* e o *Sete de Setembro*, também contemplaram o espaço de discussões sobre a escravidão e liberdade na referida cidade.

Assim, é importante pensar nas próprias ações e atitudes de escravos para conquistar a liberdade. Escravos negociaram, buscaram e se condicionaram às situações impostas por seus senhores. Entretanto, o dito privilégio e direito à liberdade não foi para todos os escravos em Diamantina: somente alguns cativos tiveram suas cartas de liberdade, registradas ou não em cartórios. Em outros casos, houve aqueles que se encontravam na condição de escravizados e procuraram os meios legais ao justificarem serem eles nascidos de ventre livre. Assim, as situações expostas nesta dissertação evidenciaram as percepções de escravos e libertos quando subtraídos de seus direitos, ao buscarem a justiça para o reconhecimento da sua liberdade, expondo assim, realidades e impressões sobre a escravidão.

Destarte, para o período anterior à promulgação da lei de 1871, as situações que demarcaram acordos, negociações e comportamentos expostos nas ações de liberdade em Diamantina evidenciaram o papel ativo de cativos e libertos em defesa da liberdade; o que dialoga em harmonia com a atual historiografia que atribui visibilidade a esses agentes sociais. Ademais, o contato com o mundo dos livres possibilitou a eles serem defendidos e amparados pelo direito, afinal, de fato, não estavam sozinhos. A liberdade de cativos e libertos foi assim (re)conhecida por homens livres, pela justiça ao sentenciar as ações e, principalmente, por esses personagens que entraram em litígios com senhores ou “supostos senhores”.

Assim, as ações de liberdade foram importantes recursos utilizados por escravos e libertos em Diamantina, evidenciando a percepção destes autores sobre o direito de serem ou de se manterem livres por meio do aparato judiciário. Homens e mulheres, em sua maioria nascidos no Brasil, foram protagonistas de suas próprias histórias de liberdade, entre caminhos e descaminhos percorridos por esses autores das ações cíveis de liberdade em Diamantina. De fato, apenas uma minoria teve acesso a esse dispositivo. Isso não impede, porém, que se reconheça o papel desses sujeitos no

processo histórico, que ganhara novos contornos a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre.

FONTES

Fontes primárias

BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES. *Ações cíveis de liberdade*. Cartório do 1º Ofício. IPHAN-Diamantina/MG. 20 ações cíveis.

BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES. *Autuação de uma petição de João Batista Vieira, pedindo manutenção de seu escravo, apreendido no comboio de Antônio José Moreira*, 1861, maço 124. Cartório do 1º Ofício. IPHAN-Diamantina/MG.

BRASIL. *Leis do Brasil de 1808 a 1889*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>>. Acesso em: 4 set. 2015.

BRASIL. *Sobre a lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2033.htm>. Acesso em: 9 ago. 2015.

BRASIL. *Artigo 15 do Decreto nº 9602 de 12 de junho de 1886*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9602-12-junho-1886-543354-publicacaooriginal-53585-pe.html>>. Acesso em: 9 set. 2015.

BRASIL. *Artigo 260 do Código Criminal de 1830*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 8 set. 2015.

BRASIL. *Artigo 179 do Código Criminal de 1830*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em 14 jul. 2015.

Artigo 15 do Regulamento 15 de Março de 1842, § 3º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-143-15-marco-1842-560882-publicacaooriginal-84098-pe.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

Alvará de 10 de março de 1682. Disponível em: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/imagens_livros/19_ordenacoes_filipinas/livro_4/1045.jpg>. Acesso em: 11 jul. 2015.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'EL Rey Philippe I*. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 272f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2007.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1958.
- BATISTA, A. V. *A formação da rede urbana no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais*. Belo Horizonte: IGC/UFMG 1999.
- BELLINI, Lígia. “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria”. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade – Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BERGAD, Laird. *Escravidão e História econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. O teatro de sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M.de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife*. Recife, 1998.
- CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. As ações de liberdade: considerações teórico-metodológicas. *Mal-Estar e Sociedade*. Barbacena, ano V, n. 8, p. 41-61, jan./jun. 2012.
- CASTRO, Hebe Mattos de. História e Movimentos Sociais. In: CARDOSO E VAINFAS. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elservier, 2012. p. 95-111.
- _____. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil século XIX*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *História Social*. Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 19, p. 19-32, 2010.
- _____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, Maria; ARANTES, Antônio; BRANDÃO, Carlos, et al. *Colcha de Retalhos – estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DAMASIO, Adauto. *Alforrias e Ações de Liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

DIAS, Silvania de Oliveira. *As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana, 1850-1888*. 155f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, 2010.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: _____. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas (SP). Editora da UNICAMP, 1989.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O Turíbulo e a Chaminé: A ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina/1864-1917*. 210f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

FONSECA, Marcus Vinícius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FRAGOSO, João Luiz R & FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: estudos sobre famílias escravas em Paraíba do Sul, 1835-1972. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, ed. 14 (v. 2), 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da Capa Verde*. O Regimento Diamantino de 1771 e a Vida no Distrito Diamantino no Período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.

GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre as práticas de alforria em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GONÇALVES, Jener Cristiano. *Justiça e Direitos Costumeiros: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*. 187f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2006.

- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da Ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.
- _____. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. *Almanack Braziliense*. Ed. 6. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/viewFile/11667/13437>>. Acesso em: 11 jul. 2015.
- _____; PEABODY, Sue (org.). *Escravidão e liberdade nas Américas*. São Paulo: Editora FGV, 2013.
- _____; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. V. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Difel, 1962.
- IZECKSOHN, Vitor. “A Guerra do Paraguai”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 385-424.
- JESUS, Alysson Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade 1830- 1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LARA, Sílvia Honold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- LIBBY, Douglas C. & GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Vária História*, Belo Horizonte, ed. 30, p. 112-151, jul. 2003.
- LOPES, Reinaldo de Lima. *O Direito na História*. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 148, mar.-ago. 1988.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3. ed. 1 v. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARTINS, Marcos Lobato. *Estruturas e conjunturas da mineração de diamantes no século XIX em Minas Gerais*. In: Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica. Seminário de História Econômica da UNIFAL, 2013.

_____. Os conflitos na mineração e a Justiça. Diamantina, Minas Gerais, décadas de 1850-1880. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 207-230, 2014a.

_____. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014b.

MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1980.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *A propósito das cartas de alforria – Bahia, 1779-1850*. *Anais de História*, Assis, 1972.

_____. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX*. Uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1979.

_____. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEDAGLIA, Juliana & SILVEIRA, Carlos Eduardo (org.) *Conhecer para respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina*. Projeto de Extensão realizado pelo Curso de Turismo da UFVJM, com apoio PIBEX/PROEXC, 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/133530433/Guia-de-Consulta-Projeto-Conhecer-Para-Respeitar-1#scribd>>. Acesso em: 4 set. 2014.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis*. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MORAIS, Geraldo Dutra de. *História de Conceição do Mato Dentro*. Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

MOTA, Isadora Moura. *O Vulcão Negro da Chapada: Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. 224f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NEQUETE, Lenine. *O escravo na jurisprudência brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado*. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 1988.

NUNES, Marcos Antônio. *Estruturação e Reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais*. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2001.

OLIVEIRA, Livia Gabriele de. *A presença da Igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do Bispado de Diamantina – 1864-1888*. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, 2011.

OLIVEIRA, Maria C. de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador 1790/1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Estratégias de resistência através dos testamentos. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juristas, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PRAXEDES, Vanda Lúcia; DIAS, Gedey Aparecida Galvão Pimenta; OLIVEIRA, Livia Gabriele de. *Recontando a história: histórias e trajetórias de negros e negras forras em Minas Gerais no século XIX – as alforrias em Diamantina*, 2008. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vLYPxPWZJ2wJ:historia_de_mografica.tripod.com/bhds/bhd53/praxed.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt%7Clang_es>. Acesso em: 13 jul. 2015.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2000.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantina*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 41.

SCHWARTZ, Stuart. A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745. *Anais de História*. Ano VI, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, p. 71-114, 1974.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Elisa Vignolo. *As formas de obtenção da alforria: São João del-Rei 1820-1840*. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A032.pdf>.

Acesso em: 13 ago. 2015.

SODRÉ, Elaine L. de Vargas. *O poder judiciário nos confins do império: um relato do historiador em busca de fontes*. Disponível em:

<http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1166110777.texto_mostra_de_pesquisa.pdf>.

Acesso em: 10 set. 2015.

SLENES, Robert Wayne. *Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Cadernos IFCH/UNICAMP, n. 17, jun. 1985.

_____. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil sudeste – século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SOUZA, Laura de Mello de. *Norma e conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

SPINOSA, Vanessa. Trajetórias jurídico-políticas nos trópicos: o Brasil no contexto da independência. *XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 2013.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais – século XIX*. Bauru: Edusc, 2004.

VELLOSO, André & MATOS, Ralfo. A rede de cidades do vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. *Geonomos*, ed. 6, vol. 2, p. 73-87, 1998. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/6_2_73_87_Velloso.pdf>. Acesso em: 7 set. 2015.

VENANCIO, Renato Pinto & GAMA, Lana Lage da. *Alforria de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. Resgate*. Campinas, n. 2, 1991.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da Liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

ANEXO 1
Ações Cíveis de Liberdade em Diamantina- 1850-1871⁹⁷

Cartório de 1º Ofício

Ano	Local	Escravos/ Libertos	Cor/Origem	Idade	Ocupação	Proprietário (a)	Tipo de alegação	Testemunhas	Sentença	Caixa
1850	Fazenda da Aldeia, Distrito de Curimathaí.	Amaro.	Cabra/aparece Também na documentação a referência como pardo).	-	-	Antônia Maria de Jesus (falecida).	Liberdade por carta de alforria concedida por parte dos herdeiros, não obteve a liberdade por todos os herdeiros.	-	Processo inacabado.	112
1852	Distrito de Gouveia.	Joaquim, Maria, Moisés, Vicente e Carolina.	Aos quatro primeiro crioulos, a última, africana.	-	-	Maria Feliciana Filgueira dos Santos (falecida).	Liberdade por carta de liberdade, após a morte da proprietária.	João Nepomuceno de Aguillar; Francisco Felipe Santiago; Fermiana Luisa dos Santos.	Liberdade, no dia 19 de fevereiro de 1852, porém o réu contesta, sem conclusão aos 29/03/1852.	126
1861	Diamantina.	Inocência de Souza Lima/ Jorge de Souza Lima.	-	-	-	Coronel Joaquim de Souza Lima (falecido).	Liberdade por carta de liberdade, com condição de prestar em	Capitão Francisco Antônio de Aguilar; Capitão Ludgero Candido de Almeida;	Liberdade, no dia 03 de julho de 1861.	119

⁹⁷ A leitura dos documentos disponíveis possibilitou a identificação das ações movidas por cativos, por libertos e por senhores, o que configura as chamadas ações cíveis. Os documentos são intitulados (alguns deles) como libelo, requerimento, justificação, proclamação de liberdade, manutenção de liberdade, juramento verbal.

							serviços durante a vida do proprietário. Já viviam como livres e estavam ameaçados de serem apreendidos como escravos.	Advogado João Baptista de Almeida e Silva Barca; Manoel Ciríaco de Abreu.		
1861	Diamantina.	Josefina.	Parda	O documento traz referência que a escrava era menor de idade.	-	Caciano Cândido de Azevedo Bello (falecido).	Foi indevidamente inventariada como escrava. A suplicante já vivia como livre.	Reverendo Vigário João de Castro Bacellar; Tenente Joaquim Cassemiro Lages; José Lopes de Figueiredo; José de Oliveira e Silva; Elias Gomes Ribeiro; Augusto César de Azevedo Bello.	Liberdade, no dia 15 de março de 1863.	122
1861	Arraial do Inhaí	João, Maria, Francisco Catharina (como réus no processo).	Aos dois primeiros, cabras; aos dois últimos, pardos.	-	Cumpre jornais para sustentar a proprietária.	Catharina Josefa Brandão (herdeiro contesta a liberdade concedida).	Liberdade por carta de alforria sob a condição onerosa.	-	Processo inacabado.	112
1861	Freguesia do Rio Vermelho, no lugar denominado	Venâncio.	cabra	-	-	Segundo o documento, Venâncio foi “dado em mimo” ao	Nascido de ventre livre.	Capitão Thomás José de Souza; Cirino de Souza Neto (escravo); Tenente coronel	Processo Inacabado.	113

	“Mundo Velho”.					comendador Bernardo Ferreira Rabello.		Leonardo Alves de Campos; Francisco (ilegível) de Araújo; Coronel Francisco (Vaz) Mourão; Manuel de Campos Maciel; João de Paula Campos; Joaquim dos Santos Rocha.		
1862	Freguesia de Gouveia, no lugar denominado Paulista.	José Prudente da Silva.					Nascido de ventre livre.	Joaquim José Saraiva; Maria Pereira da Conceição; Bento José da Silva; Feliciano Pereira.	Liberdade, no dia 11 de janeiro de 1863.	133
1868	Diamantina.	Moisés Conegundes de Salomé.	-	-	-	Ana Maria de Salomé.	Liberdade com a condição de servir as irmãs até a morte destas.	Floriano Pinto de Guimarães; Manoel (Cyriaco) de Abreu.	Liberdade, no dia 24 de fevereiro de 1868.	122
1868	Curralinho.	Manuel de Sousa Bandeira.	cabra	-	-	João Teixeira de Sousa Bandeira (falecido).	Liberdade após a morte do irmão.	Manoel Francisco Alves Maia; Manoel Lourenço Mendes; José Lucas Domingues de Oliveira; Albino Domingues de Oliveira; Nasaria Perpetua Ribeiro; Elias Ribeiro de Carvalho.	Liberdade, no dia 07 de abril de 1868.	120
1868	Distrito de	Honório.	cabra	-	-	Antônio	Liberdade por	Francisco Dias	Liberdade,	132

	Araçuaí					Caetano de Araújo (falecido).	carta de alforria incondicional. Vivia como escravo da viúva do proprietário, que consumiu o título de liberdade do suplicante.	Camargo; Herculano Velloso Soares; Francisco Henrique Velloso; Joaquim Henrique Velloso.	no dia 02 de novembro de 1868.	
1868	Araçuaí.	Raimunda Leocádia.	-	-	-	Ana Leocádia dos Prazeres (falecida).	Liberdade por carta de alforria e já vivia na posse de sua liberdade por alguns anos.	-	Desistência do processo pela suplicante, no dia 14 de julho de 1868.	113
1869	Caetemirim.	Ricardo.	crioulo	-		Joana Perpetua de Lucena (falecida).	Liberdade por carta de liberdade, mas encontrava-se preso na cadeia como escravo.	-	Liberdade, porém o réu contesta. Audiência aos 11 de maio de 1872, sem conclusão.	123
1869	Não cita.	Antônia Raimunda de Andrade.	-	-	-	Raimundo de Andrade (falecido).	Pedido para verificação do inventário do proprietário/ Documento de liberdade perdido.	Clemente Pinto e Oliveira (foi apenas indicado/ sem relato).	Processo inacabado.	150 A
1869	Tábua.	Lucinda.	crioula	-	-	Joaquina de Souza Gomes	A liberdade é concedida pela	Agostinho José Machado; Agostinho Dias de	Liberdade, porém foi contestada	120

						(falecida).	proprietária, inicialmente, sob a condição onerosa. Contudo, ela desiste e passa a carta sem ônus e condição alguma. A suplicante já vivia como livre e temia “ser violentada em sua liberdade”.	Moura.	pelo réu. O processo se finaliza em 05 de setembro de 1871, com a liberdade da suplicante.	
1870	Arraial de São Gonçalo.	Francisco, Antônio, Cecília, Eva.	Aos dois primeiros, africanos, à terceira, cabra e à quarta crioula.	O documento faz referência a Francisco africano, com a idade “mais ou menos 40 anos”.	-	Ana Joaquina Guedes dos Santos (falecida).	Liberdade por testamento, com a condição de trabalhar quatro anos em benefício da capela de N.S. do Rosário.	-	Processo Inacabado.	122
1870	Diamantina.	Raymunda (como ré no processo).	-	Idade mais ou menos 25 anos.	-	Henriqueta Senhorinha Carlota da Fonseca.	Escrava dá-se por forra.	-	Processo Inacabado.	122
1871	Serro.	José.	crioulo.	24 a 25 anos.	Alugado na lavra de Francisco Leite Vidigal	Antônio Luiz Alves Arruda (falecido).	Liberdade por testamento (não apresenta condição ou não ao	-	Liberdade, no dia 03 de junho de 1871.	122

							suplicante para a concessão da liberdade).			
1871	Diamantina.	Patrício.	pardo	Maior de 14 anos e menor de 21 anos.	-	Joaquina de Souza Gomes (falecida).	Liberdade por doação na ocasião do batismo.	Maria Honorata de Nasareth; Amâncio Cândido de Oliveira.	Liberdade, no dia 04 de abril de 1871.	120
1871	Freguesia do Rio Manso.	Virgínia Nesta ação quem é o apelante é o “suposto” senhor Manuel Severino de Andrade.	cabra	Menor de 17 anos.	-	Alexandre José Domingues (falecido).	Concessão da liberdade à escrava por Manuel Severino de Andrade.	-	Manutenção da escravidão, no dia 21 de março de 1871.	132
1871	São João Batista de Minas Novas.	Thereza e seus filhos Jacinta e Manoel.	crioulos	-	-	Antônio dos Santos Rocha (1º proprietário) Lúcio da Silva e Oliveira (2º proprietário).	Liberdade após a morte do 2º proprietário.	José da Silva (Paradella); José Joaquim de Sant’Anna; Tenente Joaquim Cassimiro Lages; Jacinto Lopes de Figueiredo; Antônio Augusto Ribeiro Leão; Agostinho José Ferreira Andrade; Bernardino da Cunha Ferreira; José Evangelista Caldeira, Ana dos Santos (Flores); Francisca Rosa da	Processo Inacabado.	112

								Silva; José da Silva Viana, Antônio Pereira Rocha; Antônia da Rocha de Oliveira.		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: BAT, Ações Cíveis, 1850-1871, Diamantina/MG.